

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

JHONATHAN MARTINS DA COSTA

**ENTRE GOVERNOS E DESGOVERNOS:
A INSTRUÇÃO PÚBLICA E A PERSONIFICAÇÃO DA MODERNIDADE NA
PRIMEIRA REPÚBLICA “SENA MADUREIRA / ACRE, (1904 – 1916)”**

RIO BRANCO

2017

JHONATHAN MARTINS DA COSTA

**ENTRE GOVERNOS E DESGOVERNOS:
A INSTRUÇÃO PÚBLICA E A PERSONIFICAÇÃO DA MODERNIDADE NA
PRIMEIRA REPÚBLICA “SENA MADUREIRA / ACRE, (1904 – 1916)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão Educacional”, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas.

RIO BRANCO

2017

JHONATHAN MARTINS DA COSTA

**ENTRE GOVERNOS E DESGOVERNOS: A INSTRUÇÃO PÚBLICA E A
PERSONIFICAÇÃO DA MODERNIDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA
“SENA MADUREIRA / ACRE, (1904 – 1916)”**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Acre como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas

Orientadora – Universidade Federal do Acre (UFAC)

Profa. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva

Examinadora Externa – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Profa. Dra. Ednaceli Abreu Damasceno

Examinadora Interna – Universidade Federal do Acre (UFAC)

Aprovado em: 07/12/2017

Dedico este trabalho ao Senhor Deus, pois, até aqui, Ele me tem sustentado. À minha mãe, esposa e avós que tanto contribuíram direta e indiretamente para a obtenção deste título.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, meu Senhor, meu guia e meu refúgio, oferto este trabalho como forma de reconhecimento. Sem Ele eu nada seria.

Aos meus pais, Huerlens Teixeira da Costa e Rosângela Martins da Costa, por sempre depositarem em mim a esperança de dias melhores. Presto esta singela homenagem aos que mostraram a mim a possibilidade de vencer por meio da educação.

À minha esposa, Ramyla Gomes Brilhante, por ter acreditado em um jovem, na época acadêmico do curso de Licenciatura em História, bolsista do Colégio de Aplicação. O tempo o transformou em homem de família, servidor público e mestre em Educação. Obrigado por tantas palavras de incentivo, amor, carinho e cuidados no decorrer do meu percurso acadêmico e pessoal.

Aos meus avós, Jose Rui Martins (Ruizão) e Iolanda de Souza Martins, registro as minhas mais sinceras considerações: àquele que, de semianalfabeto, tornou-se um dos empresários mais bem-sucedidos na década de 90 neste Estado, ainda respeitado na atualidade, meus agradecimentos por ajudar este órfão de pai a chegar até aqui; a esta cabocla de Boca do Acre, que, com toda a sua mansidão e carinho, tornou-me um ser humano melhor.

À minha orientadora, professora Dra. Andréa Maria Lopes Dantas, pelo apoio incondicional, por suas palavras de conforto e exortações a fim de que este trabalho chegasse ao melhor grau de qualificação possível.

À professora Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva por sua generosidade em ter aceitado o convite em fazer parte dessa banca, registro os mais profundos agradecimentos pela colaboração e sugestões que foram dadas a fim de que pudesse entregar à sociedade acreana um bom trabalho, respeitoso à historiografia da educação local.

À professora Dra. Ednaceli Abreu Damasceno por suas grandes contribuições no decorrer do programa na Universidade Federal do Acre, desde o momento em que nos recebeu com extremo profissionalismo e afeto, até suas grandes contribuições para com a concretização dessa escrita. Ficam, aqui, registrados os meus mais profundos agradecimentos.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos à incentivadora, corajosa, sonhadora, desbravadora, visionária e amiga, professora Dra. Maria Jose Bezerra da Silva. Obrigado por suas palavras, pelo reconhecimento que me deste desde a graduação. Por onde passo, sempre faço uso do seu exemplo e história de vida, a fim de que mais pessoas possam ser atingidas pela Educação.

Encerro, registrando a irmandade da turma admitida em 2015 no mestrado em Educação da UFAC. Sou extremamente grato pela troca de conhecimentos efetivadas durante este período. A todos os colegas o mais sincero apreço, porém registro minha especial admiração pelo amigo Carlos José de Farias Pontes: a este ser conselheiro e de grande luz e à sua família, dedico toda sorte de benção.

“Estudar um período em que não há fontes vivas para confirmar ou refutar aquilo que ficou registrado exige do pesquisador que, de alguma maneira, faça uma viagem no tempo e penetre no mundo daquela época, para que se acerque dos embates, do posicionamento dos indivíduos e dos grupos sociais, a fim de que possa com maior segurança reconstruir a trama de relações que deram corpo aos acontecimentos”.¹

¹ Anselmo Alencar Colares. Historiografia Educacional da Amazônia: Uma Introdução – HISTEDBR – N°48, P.14 - 2012.

RESUMO

Essa pesquisa buscou compreender o processo de consolidação da Instrução Pública na cidade de Sena Madureira, capital do Departamento do Alto Purús, no Território Federal do Acre. O período de investigação compreende os anos entre 1904 e 1916, portanto, do ano de fundação de Sena Madureira até findado o mandato de prefeito do Dr. Samuel Barreira. Ênfase foi dada ao ano de 1914, por marcar a criação e a promulgação do “Primeiro Regulamento de Instrução Pública do Alto Purús”, documento norteador para a organização, consolidação e desenvolvimento da Instrução Pública no departamento. Foram tomadas como fontes privilegiadas da pesquisa as edições do jornal *O Alto Purús*, o qual estabeleceu-se como principal fonte de comunicação no departamento e órgão oficial da imprensa. O periódico foi responsável por publicar todos os atos oficiais da prefeitura e, posteriormente, da Intendência Municipal, e firmou-se como protagonista em defesa de ampliação e melhorias para a área da Instrução Pública de Sena Madureira. Esta pesquisa aborda desde a fundação do Departamento do Alto Purús e sua organização político-administrativa durante a gestão dos múltiplos prefeitos durante o período em questão, até as participações de *O Alto Purús* e do Dr. Samuel Barreira – como prefeito departamental –, na construção e consolidação da Instrução Pública, sobretudo pela instituição do primeiro regulamento. O estudo tem cunho documental, caráter qualitativo, e está fundamentada no periódico *O Alto Purús*. No decorrer da dissertação várias gestões são mencionadas, todavia foi do Sr. Samuel Barreira o grande destaque como transformador do cenário social de Sena Madureira: ele fora reconhecido como “pai” do desenvolvimento da Instrução Pública no Alto Purús, por sua ideologia e ações revolucionárias na área. Assim, a pesquisa concluiu que o prefeito Samuel Barreira se tornou para a comunidade puruense um grande ativista na área da instrução pública, desde seus “discursos acalorados”, ao planejamento, execução do ensino no departamento e aplicação de métodos pedagógicos modernos, todavia, tais ações eram meramente uma reprodução da visão republicana de ensino traçada pelo novo governo.

Palavras-chave: Instrução Pública. Departamento do Alto Purús. Jornal *O Alto Purús*. Educação e Modernidade.

ABSTRACT

This research sought the consolidation process of the Public Instruction in the city of Sena Madureira, capital of the Department of Alto Purús, in the Federal Territory of Acre. The period of investigation comprises the years between 1904 and 1916, thus the year of foundation of Sena Madureira until finding the mandate of mayor of Dr. Samuel Barreira. It was given emphasis to the year 1914, to mark a creation and promulgation of the "First Regulation of Public Instruction of Alto Purús", guiding document for an organization, consolidation and development of the Public Instruction in the department. They were taken as privileged sources of research in the editions of the newspaper O Alto Purus, which established itself as the main source of communication in the department and official press. The newspaper was responsible for publishing all official acts of the city hall, and laterally, of the Municipal Intendance, and established itself as protagonist in defense of expansion and improvements for an area of the Public Instruction of Sena Madureira. This study deals with the founding of the Department of Alto Purús and its political-administrative organization during the management of the multiple mayors during the studied period, until to the participation of Alto Purús and Dr. Samuel Barreira – as departmental mayor – in the construction and consolidation of the Public Instruction, mainly by the creation of the first regulation. The research has a documental nature, qualitative character, and based on the newspaper O Alto Purus. In the course of the dissertation several managements are mentioned, but it was Mr. Samuel Barreira the great highlight as transformer of the social scene of Sena Madureira – he was been recognized as "father" of the development of Public Education in Alto Purús, for his ideology and revolutionary actions in the area. Thus, the research concluded that the mayor Samuel Barreira became for the puruense community a great activist in the area of public instruction, from his "heated speeches", to the planning, execution of teaching in the department and application of modern pedagogical methods, however, such actions were merely a reproduction of the republican vision of teaching drawn up by the new government.

Keywords: Public Education. Department of Alto Purus. Newspaper O Alto Purus. Education and Modernity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
OS CAMINHOS DA PESQUISA	12
OS RECORTES	16
A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	18
2 CAMPOS EM DISPUTA: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS E DA CIDADE DE SENA MADUREIRA	21
2.1 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SENA MADUREIRA	21
2.2 ENTRE GOVERNOS E DESGOVERNOS.....	28
2.2.1 Gestão José de Siqueira Menezes (1904)	28
2.2.2 Gestão Cândido Marianno (1904-1909)	28
2.2.3 Gestão ‘interina’ de Samuel Barreira (1909-1910)	31
2.2.4 Gestão José Menescal de Vasconcellos (1910-1911)	35
2.2.5 Gestão Godofredo Maciel (1911-1912)	37
2.2.6 Gestão Tristão Araripe (1912)	39
2.2.7 Gestão Samuel Barreira (1912-1916)	43
3 A CRIAÇÃO DO JORNAL <i>O ALTO PURÚS</i> E SEU PROTAGONISMO NA DEFESA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SENA MADUREIRA	48
3.1 COMO TUDO COMEÇOU	48
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	52
3.3 UM JORNAL, VÁRIOS DIRETORES	53
3.4 A INSERÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA	55
3.5 EM DEFESA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	59
4 O DISCURSO DE SAMUEL BARREIRA: “ORGANIZAR PARA AVANÇAR”	64
4.1 OS PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E NO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS	64
4.2 A IMPORTÂNCIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA MODERNIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO	68
4.2.1 Ensino Primário	70
4.2.2 Ensino Secundário	79
4.2.3 Ensino Noturno.....	82

4.2.4 Grupo Escolar.....	84
4.3 O PRIMEIRO REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SENA MADUREIRA	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	105
ANEXO A – Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.	106
ANEXO B – Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.	107

INTRODUÇÃO

O empenho para a realização de um estudo voltado à organização da Instrução Pública na cidade de Sena Madureira no período departamental, se instituiu ainda no ano de 2013, período em que realizava a graduação em licenciatura em História, especialmente pela afinidade pelas disciplinas “História do Acre” e “História da Amazônia” e a abordagem relacionada à organização política dessas cidades. Estes fatos ocasionaram a opção pela linha de pesquisa “Política e Gestão Educacional”, no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre.

No transcorrer das atividades do Mestrado em Educação, durante a disciplina “História da Educação na Amazônia”, ministrada pela professora Dra. Andréa Maria Lopes Dantas, elaborei um artigo intitulado “A Imprensa Oficial na Cidade de Sena Madureira: Uma análise discursiva do Jornal *O Alto Purús* sobre a Instrução Pública durante o exercício do Dr. Samuel Barreira² como prefeito departamental (1912-1916)”.

A produção bibliográfica marcou meu contato com os periódicos publicados no Território Federal do Acre, sendo o Jornal *O Alto Purús* a principal fonte para as minhas pesquisas. Este periódico contém respostas para inúmeras perguntas relacionadas ao processo de organização da Instrução Pública na Cidade de Sena Madureira, desde sua fundação em 1904, até findo o mandato do Dr. Samuel Barreira como prefeito departamental em 1916, sendo este último o responsável pela elaboração e publicação do Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Alto Purús no ano de 1914.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este trabalho toma como fonte principal de estudo o jornal *O Alto Purús* editado na cidade de Sena Madureira, capital do departamento do Alto Purús, publicado nos anos de 1908 a 1918. Neste periódico é possível identificar todos os atos da administração departamental, equiparando-se a um diário oficial do ente público.

São esses atos e os fatos da cotidianidade dos senamadureirenses, tanto no âmbito político quanto social, que vão permitindo ao pesquisador reconstituir o cenário do período

² Durante a leitura haverá três termos de tratamento utilizado para com a pessoa do Samuel Barreira, sendo eles; de capitão, patente que possuía ao chegar em Sena Madureira; Doutor, utilizado na época como uma forma de tratamento respeitoso aos prefeitos do território do Acre; Coronel, patente no qual se encontrava ao término do seu mandato.

selecionado para a pesquisa, dando visibilidade às vozes que anunciavam o novo, propunham mudanças e apresentavam soluções para os problemas locais.

Todavia, ressalta-se o cuidado e a busca pela compreensão das informações contidas nos documentos respeitando dentro da fronteira do possível, a neutralidade no dar a ler desse trabalho, afinal segundo Certeau (2006, p. 34).; “[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”.

Em seu primeiro número, publicado em 24 de fevereiro de 1908, o jornal *O Alto Purús* apresentou-se como “órgão de comunicação oficial” da Prefeitura do Departamento do Alto Purús. Neste mesmo número, foram informados aos leitores a função, os propósitos e os limites do periódico, conforme infra mencionado:

Como órgão oficial dos poderes públicos neste Departamento, o Alto Purús enceta hoje sua publicação e se manterá dentro dos limites que lhe são destinados, podendo apenas tratar, a parte dos assuntos oficiais, dos de interesse gerais da República e com especialidade do Território do Acre e deste Departamento. (O Alto Purús, 1908, p. 01).

Por ser o principal canal de comunicação do departamento e órgão oficial da prefeitura, o objetivo basilar consistia em agregar e dar publicidade às ações públicas estabelecidas pelo ente público, assim divulgava em suas colunas “atos oficiais”, discursos das autoridades, leis, decretos, regulamentos, ofícios recebidos e expedidos pela prefeitura. Todavia vale ressaltar que, paralelamente, eram publicadas matérias de interesse da coletividade, como contos, anúncios e propagandas - inclusive de empresas de fora do Departamento -, notas diversas, colunas livres e referentes à vida social (aniversários, casamentos, hóspedes e viajantes).

Tratando de questões relativas ao papel dos jornais no período da administração departamental, no território acreano, Dantas (2011), afirma que:

Apesar da declaração expressa de que se constituíram em uma espécie de diário oficial do governo departamental, os jornais não se restringiram a publicação de atos oficiais e noticiais que davam conta de procedimentos administrativos e políticas que o governo federal e territorial estava a admitir para o território acreano. (p. 29)

O jornal *O Alto Purús* no período de sua existência (1908-1918) não foi o único periódico editado em Sena Madureira, haja vista a publicação de poucas edições por um concorrente logo extinto, contudo, foi o veículo exclusivo de comunicação oficial da prefeitura departamental. Devido à regularidade nas publicações e o tempo de serviços prestados, *O Alto*

Purús tornava-se o jornal mais influente no seio da sociedade senamadureirense, tendo inclusive, exemplares com circulação externa ao Território do Acre.

O Alto Purús era publicado semanalmente, sendo distribuído, através de venda avulsa ou assinaturas, aos domingos. Além da informação geral em que consta o nome do periódico, os dados de localização e data, é também anunciado que este constitui órgão oficial da Prefeitura do Departamento do Alto Purus. Sua estrutura permaneceu quase inalterada ao longo de sua vigência: as informações presentes no jornal eram ordenadas internamente em seções, em que se mesclam os chamados ‘atos oficiais’, com as informações relativas ao cotidiano da cidade. Estas últimas incluíam a notação de aniversários e falecimentos, propagandas de casas de comércio, de serviços prestados por profissionais liberais, matrículas em escolas particulares, notícias de outros estados e do exterior. Soma-se a isso a prestação de serviços, como a convocação nominal dos indivíduos que tinham correspondências depositadas no correio local.

Importante salientar que o jornal entre os dias 25 de maio de 1913 a 9 de abril de 1916 esteve sobre a direção da iniciativa privada, prática comum à época, apresentando-se como instrumento de comunicação independente e particular, estando sobre o comando do Sr. Passos Galvão. Intitulou-se como sendo “órgão de interesses gerais do Departamento”.

Diante dos fatos expostos o periódico *O Alto Purús* constitui-se como a principal fonte de pesquisa deste trabalho, afinal, segundo Capelato, a imprensa deve ser reconhecida como um instrumento de intervenção social e manipulação:

[...] instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículos de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, 1980, p. 19)

Este estudo visa compreender não apenas o dito o explícito, mas também o que estava nas entrelinhas do jornal, observando minuciosamente o processo de divulgação do jornal, sua relação com a administração pública, a forma como eram publicados os discursos a respeito do departamento do Alto Purús e principalmente da Instrução Pública, buscando compreender o posicionamento do editor no que seria dado a ler naquele momento.

Mantida essa perspectiva, busca-se ainda, compreender a posição dos diretores do jornal na distribuição das notícias no corpo do periódico, observando possíveis estratégias usadas pelo editor a fim de valorizar ou abstrair certas informações, constituindo assim, uma ferramenta incitante e interferente na opinião do leitor acerca daquilo que é divulgado. Cabe aqui o alerta dado por Luca (2006), quando este afirma que: “[...] uma notícia de capa a qual se

dedicam muitas páginas na revista ou jornal, obviamente, precisa ser entendida e avaliada de modo diferente de uma notícia periférica e com pouco espaço nas páginas do periódico” (p. 35).

Mesmo sendo um órgão de comunicação oficial da prefeitura, procurava manter, em suas publicações, um posicionamento ‘imparcial’. Tal neutralidade muitas vezes, ou quase sempre, não se sustentava quando, por meio dos chamados ‘atos oficiais’, ocorria a publicação de matérias específicas, que, em total caráter de parcialidade, tendiam à exaltação da gestão do prefeito Samuel Barreira.

O estudo deste impresso permite, ainda, compreender as lutas sociais do ‘movimento autonomista’³ que marcaram o período estudado. O jornal *O Alto Purús*, não apenas registrou os fatos, mas, participou intensamente do jornal, nos debates e definições políticas para a região do departamento do Alto Purús.⁴

O periódico “O Alto Purús”, por ser um jornal oficial, tinha seus diretores lotados na administração pública da cidade de Sena Madureira. Aqueles que, dentre os nomes, ocupavam a função de diretor do jornal de *O Alto Purús* possuía amplos poderes diante da sociedade puruense. Tal cargo era cobiçado por estar vinculado, na grande maioria das vezes, ao de Secretário da Prefeitura. O Capitão Samuel Barreira o ocupou em 1908, após convite pessoal do prefeito na época, o senhor Cândido Mariano.

No período de 1908 a 1910, era noticiado no “expediente” do jornal que aqueles que desejassem publicar algo deveriam “se entender” com o diretor do periódico, sendo indicado, nominalmente, a quem deveriam dirigir-se. A partir de 1911, o jornal não mais publicou o nome do diretor responsável e recomendava aos que almejassem realizar quaisquer publicações no jornal que o requeressem ao ‘secretário da prefeitura’.

O jornal mantinha suas publicações dominicais, podendo suas assinaturas serem realizadas tanto dentro como fora do departamento do Alto Purús, oportunizando que outros departamentos, quiçá até outros estados pudessem adquirir o periódico. Inicialmente sua assinatura tinha o custo de 30\$000⁵ anuais.

³ ... o brado “autonomia já!”, caracterizou de forma contundente a rejeição a imposição da ordem republicana na região, acrescentando-se que as administrações dos “estranhos no ninho” – Prefeitos Departamentais e Governos Territoriais-, com suas gestões efêmeras, excetos, honrosas exceções, também contribuíram para agudizar o sentimento de repulsa a ingerência institucional do governo federal no Acre. (BEZERRA, 2005)

⁴ Após a constituição do Território Federal do Acre em 1903, o mesmo foi dividido em três departamentos pelo presidente da República, a fim de melhor administrá-los, sendo eles a região: Alto Acre; Alto Juruá e Alto Purús, como consta no artigo 2º do decreto N°6.901, de 26 de março de 1908.

⁵ O custo da anuidade do jornal “O ALTO PURÚS” era justamente de trinta mil réis, moeda utilizada no Brasil a partir da chegada dos portugueses com vigência até o ano de 1942, com a instituição da moeda “cruzado” no governo de Getúlio Vargas. A informação pode ser conferida em <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,moedas-brasileiras,789,0.htm>.

O Jornal *O Alto Purús* expressava, de forma contundente, a vida no Departamento, mas apresentava um panorama externo que dava ao leitor o acesso a fatos ocorridos em outros pontos do território brasileiro e no exterior. Dentre as comunicações oficiais, o destaque é dado à Instrução Pública, especialmente pelo entendimento de que seria através da instrução da população que o departamento alcançaria desenvolvimento. A leitura proporciona ciência sobre atos de nomeação, exoneração e transferência de professores, criação de escolas, estatística escolar, criação e fechamento de escolas, compra de material escolar, bem como publicação de documentos oficiais e relatos da situação da Instrução Pública em outros estados da federação.

A leitura de *O Alto Purús* o destaca como um fiel defensor dos assuntos inerentes a Instrução Pública. As publicações não se restringiam ao caráter oficial, mas buscavam criar uma atmosfera propícia à consolidação, acima de tudo, do ensino primário, da luta contra o analfabetismo e contra a ignorância dos pais que muitas vezes não enviavam os filhos para a escola, da busca pelo aumento da verba pública da República para com as prefeituras. Vale destacar que o posicionamento favorável do periódico a respeito da Instrução Pública foi constante e independeu de quem ocupou o cargo diretor.

De acordo com Dantas (2011):

[...] as publicações dos relatórios de Governo são fundamentais na direção de publicizar informações bem como constituir um grupo de leitores que acompanham periodicamente o desenrolar das ações de seus governantes, especialmente no que concerne as questões educacionais”. (p. 33).

A partir do dia 15 de novembro de 1910, o jornal deu início a uma nova coluna em seu periódico, intitulada “Instrução Pública”, espaço destinado a informar e divulgar os principais feitos da administração local, exclusivamente relativos ao ensino. Corroborando com o posicionamento da autora supracitada, a coluna dava destaque aos relatórios da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.

OS RECORTES

SILVA et.al (2015) citam o recorte temporal como um elemento fundamental, “visto que, não se pode pesquisar tudo”. Partindo deste pressuposto, tratar sobre a organização da Instrução Pública na cidade de Sena Madureira, em um período que excederia uma década, perpassando pelas fases de formação da cidade de Sena Madureira (1904) e de publicação do Primeiro Regulamento de Instrução Pública de Sena Madureira (1914), até o fim do mandato

do prefeito departamental Coronel Samuel Barreira (1916), constituiria um período demasiadamente longo.

Diante da amplitude do material selecionado para análise da organização da Instrução Pública no Departamento do Alto Purús, após a leitura de todas as edições publicadas do jornal, o recorte temporal foi fundamentado na permanência de um governante por um período superior a cinco anos, inédito até o momento.

No período compreendido entre a instalação da primeira prefeitura do Departamento do Alto-Purús (1904) e o fim da gestão do prefeito Samuel Barreira (1912-1916), doze anos ao todo, foram nomeados diversos prefeitos e seus respectivos subprefeitos. Três subprefeitos eram indicados, de forma a garantir que, na impossibilidade de atuação do prefeito, o lugar não ficasse sem um representante legal do governo federal.

Dentre os chefes do poder departamental, o capitão Samuel Barreira foi o que permaneceu mais tempo no cargo, primeiramente na condição de interino no período de 1909 a 1910, e no segundo momento ocupando a prefeitura departamental por quatro anos consecutivos, no período de 1912 a 1916. A identificação dessa ocorrência foi definitiva na determinação de ênfase nos estudos do governo de Samuel Barreira.

Na leitura das matérias e notícias publicadas no jornal ‘O Alto-Purús’, é possível identificar que o Capitão Samuel Barreira ocupava a cena política e administrativa da cidade de Sena Madureira, assumindo vários cargos antes e após sua nomeação como prefeito efetivo no departamento. No período que antecede sua nomeação, Samuel Barreira foi diretor da imprensa, secretário da prefeitura, presidente da linha de tiro, presidente do Hospital 22 de Julho, presidente do Grêmio Recreativo e presidente do Congresso Industrial do Seringueiro⁶, demonstrando grande envolvimento com as questões locais.

Após a definição temporal, o percurso realizado foi o de identificar, em todas as edições publicadas pelo jornal, os dados referentes à organização da Instrução Pública na cidade de Sena Madureira no período de estudo.

Para permitir o cotejo entre as informações, os dados referentes à educação no período que antecedeu a gestão Samuel Barreira foram fundamentais. Considerou-se a premissa de que o Dr. Samuel Barreira dá início à sua vida política quando assume a prefeitura do departamento, provisoriamente, ou seja, no ano de 1909.

Dois anos após a sua investidura no cargo efetivo de prefeito do Departamento do Alto Purús, Samuel Barreira fez publicar no Jornal *O Alto Purús* o primeiro Regulamento de

⁶ Esses dados podem ser conferidos nas edições do jornal O Alto Purus cf. bndigital.br

Instrução Pública de Sena Madureira⁷ (anexo A), realizando um importante ato em prol da organização da Instrução Pública no departamento. Esse documento caracteriza peça fundamental para a compreensão do modo como a Instrução Pública foi pensada durante sua gestão para o departamento do Alto Purús.

A ORGANIZAÇÃO DAS SEÇÕES NO TEXTO

De forma a cumprir o propósito da pesquisa, esta foi estruturada, em três seções.

Na segunda seção descrevo o processo de criação do departamento do Alto Purús, iniciado por meio da anexação do Território do Acre através do Tratado de Petrópolis. Este último acordava a respeito da incorporação de uma faixa territorial pertencente à Bolívia e ao território brasileiro, por meio do decreto N° 5.188 de 7 de abril de 1904, sendo este documento responsável por oficializar e organizar essas terras batizadas como Território Federal do Acre. Diante de inúmeras adversidades e desafios, o presidente da República determinou a divisão do Território do Acre em três departamentos, sendo: o departamento do Alto-Juruá, o departamento do Alto-Acre e o departamento do Alto-Purús.

Ao manejar os dados da pesquisa, pude perceber a troca sucessiva dos governantes locais. As gestões duravam em média um ano, o que findou por gerar uma série de entraves para a administração municipal. Dentre os problemas, talvez um dos mais graves seja o grande número de funcionários que determinados prefeitos contratavam, ao ponto de inviabilizar o pagamento de salários, sobretudo o dos professores.

Na Terceira seção, a pesquisa enfocou a criação do jornal *O Alto Purús* e seu protagonismo para a cidade de Sena Madureira, principalmente no tocante aos assuntos vinculados a Instrução Pública, admitindo o suposto de que, nos dizeres de Dantas (2011), ao analisar o mesmo período:

O jornal desempenha, no período que a análise recobre, importante papel no processo de organização dos serviços da educação no Território do Acre ao se constituir como um orientador dos procedimentos administrativos que eram adotados pelo governo como e, principalmente como um arauto do “novo modelo de educação” que se estava a praticar país a fora. (p. 28).

⁷ Assim, como os demais documentos oficiais do departamento o Primeiro Regulamento da Instrução Pública foi publicado no jornal “O Alto Purús”, no dia 26 de abril de 1914, edição n°290. Consultado em 22 de novembro de 2017. <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=214248&pasta=ano%201911&pesq=regulamento%20da%20instru%C3%A7%C3%A3o%20C2%B4p%C3%BAblica>>

Os dados estatísticos presentes no *O Alto Purus*, demonstram que em um ano existiam vinte e uma escolas públicas em Sena Madureira, e no posterior apenas estão anotadas quatro. A abertura de escolas sem planejamento orçamentário fez com que o número de fechamento de escolas fosse brutal, a cada ano. Se, de um lado a Instrução Pública é colocada como elemento de modernidade, a ausência de previsão de como está se ordenaria finda por criar uma série de entraves para a administração local. A hipótese inicial para tal ocorrência está posto no entendimento de que, ainda que a Instrução Pública se constituísse em área privilegiada pela prefeitura para o desenvolvimento local, chegando inclusive a onerar um quarto do orçamento da Prefeitura, esta não alcançava a plena instituição, obrigando o gestor a estabelecer, a cada período, um novo processo de reorganização, fosse das orientações gerais, fosse no relativo à contratação de pessoal.

Esse ciclo é interrompido com a nomeação de Samuel Barreira como Prefeito efetivo do Departamento do Alto Purus em 1912. Durante o período em que foi Prefeito, Samuel Barreira equilibra as despesas municipais, mantendo em dia os salários dos funcionários da prefeitura, cria um órgão de inspetoria escolar que tinha como finalidade fiscalizar as escolas públicas produzindo relatórios periodicamente para o conhecimento do prefeito a respeito do quantidade e assiduidade de alunos matriculados, situação do espaço e da mobília escolar, condição funcional dos professores, resultado dos exames finais, dentre outros. Outra ação, indicada como de grande relevância em sua administração foi o aporte dado à instrução secundária, subsidiando os estudos dos alunos que se destacavam no ensino primário, no Ginásio Acreano.

Na quarta seção, busco reconstruir a história da Instrução Pública em Sena Madureira, desde a criação da cidade em 1904, até findada a gestão do Dr. Samuel Barreira como prefeito departamental efetivo em 1916. Portanto, descrevendo como se encontrava organizada a Instrução Pública, como ocorreu a instituição das escolas públicas, a coordenação do ensino primário, a inspetoria escolar e como ocorria o processo de contratação dos professores.

A seção é finalizada com a apresentação da Resolução nº 29, promulgada no dia 20 de abril de 1914, publicada no jornal *O Alto Purús* no dia 26 de abril de 1914, na edição de número 290. A resolução estabelecia o Primeiro Regulamento da Instrução Pública no Departamento do Alto Purus, assinada pelo prefeito Dr. Samuel Barreira e pelo Dr. Godofredo Maciel, na condição de secretário interino da prefeitura. Vale ressaltar que o instrumento homologado pelo prefeito na época, foi publicado como sendo um grande marco para a organização da Instrução

Pública na cidade de Sena Madureira, trazendo o que há de mais moderno no campo da regulação escolar.

Durante o andamento da pesquisa, muito me chamou a atenção o fato de que, desde o início de qualquer organização política, a educação privilegia-se nos discursos de quem pretende promover ou liderar tal organização. No departamento do Alto Purus é visível como os seus representantes legais tomam o tema da modernidade e progresso como basilares em seus discursos, dando continuidade ao discurso de modernidade da República, e agregando a esta temática elementos restritos à Instrução Pública.

2 CAMPOS EM DISPUTA: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS E DA CIDADE DE SENA MADUREIRA

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis⁸ por Brasil e Bolívia em novembro de 1903, o Estado brasileiro anexou uma nova extensão territorial que ficaria conhecida posteriormente como “Acre”. Inicialmente o território federal do Acre foi dividido em três departamentos, sendo o do Alto-Purús alvo de pesquisa neste trabalho.

Considerando a primazia e relevância de situar o leitor ao ambiente e aos gestores da época desta pesquisa, cabe a esta seção a apresentação inicial, tanto da localidade quanto dos gestores que estiveram à frente da administração do departamento.

2.1 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SENA MADUREIRA

O Tratado de Petrópolis consolidou a anexação de terras pertencentes à Bolívia ao território brasileiro, tal fato, ocorrido no dia 17 de novembro de 1903 estabeleceu a criação do Território Federal do Acre. Seu inóspito acesso infundiu o entendimento, na Presidência da República do Brasil, da necessidade de realização de divisão geográfica, política e administrativa. Assim, o Território Federal do Acre foi subdividido inicialmente em três departamentos, a saber: Departamento do Alto-Juruá, Departamento do Alto-Acre e Departamento do Alto Purús.

O decreto nº 6.901, de 26 de março de 1908, dispôs que a administração de cada departamento deveria ser realizada por homens indicados pelo Presidente da República, denominados prefeitos departamentais, cada titular tendo três substitutos nomeados pela mesma autoridade. Os suplentes assumiriam o cargo de prefeito, respeitada a ordem de nomeação, em casos de ausência do titular.

⁸ O Tratado de Petrópolis é um acordo diplomático entre Brasil e Bolívia, assinado no dia 17 de novembro de 1903, na cidade de Petrópolis, Brasil. O documento consistia na entrega por parte da Bolívia de uma faixa territorial ocupada por seringueiros brasileiros na fronteira com o Brasil, em troca de uma compensação monetária de 2 milhões de libras esterlinas. Acessado em 20 outubro de 2017 <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp066827.pdf>>

O jornal *O Alto Purús* publicou, inclusive, uma matéria a respeito das informações prestadas pelo Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Marechal Hermes da Fonseca⁹. Tal publicação tinha como objetivo apresentar ao departamento como o governo da República planejava organizar o governo local no território federal do Acre.

[...] resolvi concentrar nas mãos dos prefeitos todo o poder administrativo e político dos respectivos departamentos, e, para isso, não só coloquei a sua imediata disposição, deles recebendo ordens diretas, os contingentes da força do exército que lá se acham como deliberei não fazer nomeações, nem praticar atos naquele território, que não sejam de acordo e por indicação dos prefeitos. Penso que assim prestigiados, desaparecida as causas de conflito com os comandantes das forças federais, ora sujeitas as suas ações, os prefeitos poderão manter as suas perfeitas autoridades, afastando o perigo das constantes e desmoralizadoras deposições, tão prejudiciais e tão aviltantes do decoro administrativo (O Alto Purús 1911, n.174, p.1).

Assim, mediante ordem da República, *O Alto Purús* deu publicidade à chegada do primeiro prefeito departamental na região do Alto Purús, informando que:

Em 25 de Setembro de 1904 um homem ousado, um oficial ilustre do nosso exército, Siqueira de Menezes, aqui aportava, depois de haver vencido as mais serias dificuldades e de ter desenvolvido prodígios de energia para cá chegar. Vinha encarregado de lançar as bases de uma povoação que seria a sede da administração do Departamento do Alto Purús; e ao ver-se aqui, diante desta vasta extensão de terras altas, abundantemente providas de mananciais e a curta distância do Rio Purús, compreendeu num rápido e genial golpe de vistas, as reais vantagens que o local oferecia para nele se desenvolver uma grande cidade. (O Alto Purús 1913 n. 19 p.2).

O General José de Siqueira Menezes foi o homem de confiança do então Presidente do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca, para fundar uma cidade no departamento do Alto Purús, estando está na condição de capital departamental. Como se pode observar nas referências supra e infra mencionadas.

Aos Vinte e Cinco dias do mês de Setembro de mil e Novecentos e Quatro, da era cristã, décimos sexto da República, no lugar que então foi denominado Sena Madureira (...) presente excelentíssimo senhor General José da Siqueira Menezes, prefeito do Departamento do Alto Purús, e mais pessoas que esta assina foi instalada o governo do mesmo Departamento, com as formalidades legais e de acordo com o decreto do governo federal, sob o número cinco mil e oitenta e oito de sete de Abril de mil de novecentos e quatro”. (O Alto Purús 1914, n. 303 p.1)

⁹ O gaúcho Hermes da Fonseca foi presidente do Brasil, governou entre (1910-1914), acessado em 02 de outubro de 2017 <www.ebiografia.com/hermes_da_fonseca/>

O General Siqueira de Menezes, na condição de prefeito departamental, tratou de batizar a antiga vila Tapery¹⁰ logo na chegada, chamando-a de Sena Madureira, a capital do Departamento do Alto Purús. Apesar de inóspito, o local indicava um futuro promissor, por reunir tantos seringais com produção em alta escala do produto mais cobiçado à época: a borracha.

No cenário nacional, no ano de 1908, pouco se tinha conhecimento sobre o cotidiano de vida nos departamentos que integravam o Território Federal do Acre. Versado como um ambiente hostil e inóspito, terra sem lei e repleta de moléstia das mais diversas e severas possíveis, não se tinha clareza a respeito da forma de como estava organizado o território do Acre, assim, como as especificidades locais. Poucos eram os homens letrados que aceitariam vir explorar e desenvolver a região, e os que aceitavam tendiam a ser rotulados como meros forasteiros e aventureiros.

Todavia, alguns dos que aceitaram o desafio de migrar para a Amazônia, principalmente para o território federal do Acre, foram vistos como heróis, valorosos desbravadores que aceitaram o grande desafio de explorar o potencial das seringueiras. O jornal *O Alto Purús* expôs a visão que se estes homens tinham do Acre, enquanto território, informando que; “[...] Lá fora no Sul, quando se fala na capital deste departamento, ninguém a conhece porque se reúne todo o território na epigrafe geral – Acre - cujo nome é um assombroso, mixto de terror e admiração pela ousadia dos aventureiros”. (O Alto Purús, 1908. n.3, p 02).

De baixo, do mais humilde e improvisado barracão, coberto por folhas de palmeiras, à frente de um madeiro¹¹ fixado por meio de um ato público que representava a chegada do poder nacional à região, as autoridades instituídas pela União deliberavam todos os assuntos referentes à administração do departamento, realizavam casamentos, audiências e até despachos. Daquele espaço improvisado vieram as principais ordens para o início das atividades funcionais da cidade, como: a permissão para a derrubada da mata virgem, a fim de que ruas pudessem ser abertas e áreas serem destinadas a construção dos primeiros prédios públicos.

¹⁰ Desde 1861, brasileiros como Manoel Urbano da Encarnação chefiava expedições em terras bolivianas em busca da exploração do látex, para a produção da borracha. Com a seca do Nordeste de 1877, especialmente no Ceará, um grande número de pessoas migrou para a Amazônia, portanto, na chegada de Siqueira Menezes, já existia na localidade uma comunidade de nordestinos que trabalhavam em seringais na exploração do látex, sendo que a essa comunidade localizada na região do rio Purús havia sido batizada por esses imigrantes de Vila Tapery. Nome indígena que “se vincula a um tipo de moradia”. Acessado em 20 de outubro de 2017. <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=120050>>

¹¹ O jornal “O Alto Purús” na edição de número 02, em 1908 relatou em uma homenagem a fundação da cidade de Sena Madureira, capital do departamento do Alto Purús em 1904 a fixação de um madeiro, pedaço do tronco trabalhado de uma árvore nobre da região. Que teria como objetivo ser uma representatividade da força da floresta, virgindade da mata, em meio a nova cidade que se construía.

Dêo-se começo imediatamente a derrubada da mata, para a abertura de ruas e construção de prédios da atual povoação, restando apenas atualmente, da barraca original, atrás mencionada, um marco de madeira de lei, implantado no local aonde ela outrora teve sua efêmera e importante existência, com inscrições indicativas do fato. Esse humilde madeiro, rememora os primeiros passos para a fundação da nova cidade e atesta, na sua imobilidade de matéria inerte, os esforços e sacrifícios feitos para a construção da localidade, em meio da selva luxuriante. (O Alto Purús, 1908, n.02, p 02).

A capital do departamento do Alto Purús dentro do Território Federal do Acre passa a ser vista como a mais futura e próspera região. Sena Madureira com o passar dos anos, se preparava para ser o departamento mais importante do território, porém poucos foram os que aceitaram o desafio da União de instituir esta cidade.

Poucos são os relatos desse tempo: os desafios geográficos e de comunicação dificultavam o progresso da nova cidade que se estabelecia. A respeito de suas características iniciais, o jornal *O Alto Purús*, publicou as seguintes considerações:

Fundada a 25 de setembro de 1904, pelo Exmo. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes, primeiro prefeito deste Departamento, acha-se a capital situada à margem esquerda do rio Yaco, uma milha a montante da confluência do mesmo com o rio Cayaté, e a 24 quilômetros do encontro do Yaco com o Purús. (...) A sua distância a Manaus, capital do Amazonas é de 1288 milhas marítimas de 60 por grão, sendo de 135 metros a sua altitude sobre o nível do mar. (...). As primeiras autoridades da União vindas em 1904, para o estabelecimento do regime federal neste departamento, foram gentil e hospitaleiramente recebidas pela população daquela localidade, aonde as mesmas se albergaram por mais de um ano, à vista da não existência na ocasião do lugar Sena Madureira (O Alto Purús, 1908, N. 02, p,01)

A bordo de um vapor, o tempo de viagem do Departamento do Alto Purús a Manaus, capital do Amazonas, era de aproximadamente 17 dias, passando por postos alfandegários caríssimos que oneravam em até 100% o preço das mercadorias ao povo puruense. Uma das contribuições mais significativas por parte da União foi o estabelecimento da comissão de obras no território do Acre, a cargo do Dr. Bueno de Andrade¹², dotando-os de recursos pecuniários os mesmos estavam trabalhando com o macroprojeto de abrir varadouros ligando as três prefeituras do território, facilitando questões financeiras, administrativas e de comunicação. No microprojeto estava prevista a realização de algumas obras públicas, como escolas, a exemplo da seguinte publicação: “[...] A esse escopo primordial e necessário a existência administrativa

¹² Engenheiro, funcionário da República, chefiou a comissão que fiscalizava obras públicas no Território Federal do Acre e foi diretor de higiene pública por várias gestões no departamento do Alto Purús.

do Território, tem mais a referida comissão a tarefa de empreender a construção de espaços públicos diversos, tais como escolas públicas...” (O Alto Purús, 1908, n.06, p1).

A localização geográfica do departamento, quando comparada aos grandes centros comerciais da época, fazia com que o tempo e os recursos financeiros empregados fossem essencialmente considerados em qualquer tomada de decisão na cidade de Sena Madureira, sendo provável que este fato esteja relacionado à cidade ter sido fundada no ano de 1904, e somente a partir de 1906 ter assumido traços de urbanidade: “a 1ª de janeiro de 1906 foi inaugurada a primeira casa de Sena Madureira...” (O Alto Purús, 1909, N. 54, p.02).

Mesmo diante de todas as adversidades geográficas do departamento do Alto Purús, o mesmo reunia as melhores condições para sediar a capital, caso houvesse um acordo de unificação dos departamentos no Território Federal do Acre. Lá estavam contidos varadouros com boas condições de locomoção, conforme citação.

(...) um varadouro em boas condições, ou uma estrada regular daqui para Boca do Acre, cuja distância em rumo, é de 150 Kilometros aproximadamente, e bem servido ficará o público, porque a comunicação, ida e volta, a Boca do Acre, que em canoa fazem-se de 14 a 18 dias, poder-se-á fazer em 5 ou 6 dias a pé”. (O Alto Purús, 1909 n.55, p2).

Ademais, encontrava-se a sede dos Termos Judiciários e o Tribunal de Apelação como o Juízo Federal. Em reportagem assinada em 1908, pelo na época diretor do jornal Capitão Samuel Barreira na segunda edição do “O Alto Purús”, ficam claras as suas condições e pretensões em se constituir na capital do território acreano:

Escrevemos estas ligeiras e despreziosas notas sobre a capital do departamento, a fim de tornar conhecidas lá fora as nossas condições morais e materiais de existência, convencidos que prestamos bons serviços aos que se interessam pelo adiantamento e progresso desta região, momento quando se cogita de uma sede única para a administração do Território do Acre no caso de uma unificação das atuais prefeituras, achando-se Sena Madureira indicada naturalmente, pelo seu grau de prosperidade, índole dos habitantes e situação geográfica, para ser o coração do novo organismo político, administrativo e judiciário (O Alto Purús, 1908, n. 02, p. 02).

Doravante a toda essa expectativa que o Departamento do Alto Purús promovia sobre si, haviam outros fatores externos que travavam seu desenvolvimento, como as severas crises financeiras devido às constantes baixas do preço da borracha no mercado internacional a partir do ano de 1910, e a proibição da União de cobrança de impostos pelos departamentos.

A verba atual distribuída para as despesas destas prefeituras não comporta absolutamente os ônus que venho de citar e conhecida como é a vida caríssima desta

zona e os preços extraordinários por que são pagos os mais elementares serviços dessa asserção. A prefeitura deste departamento assoberbada com os múltiplos serviços a seu cargo e sem nenhum auxílio estranho para ajudá-la, seja proveniente de impostos locais que nunca foram cobrados (...) (O Alto Purús, 1909, N. 55, p1).

A respeito do Território do Acre, o Jornal ‘A Folha do Dia’ (1910) - importante periódico independente publicado na cidade do Rio de Janeiro - noticiou uma matéria sobre as dificuldades do Território Federal do Acre, ressaltando o quanto este já havia contribuído financeiramente ao país devido à exploração da borracha, desde a assinatura do Tratado de Petrópolis. O jornal *O Alto Purús* tratou de republicar a matéria produzida pelo outro periódico, o qual congratulava o Departamento do Alto Purús por seu potencial econômico, mas denunciava a falta de repasses orçamentários pela República:

(...) o Acre tem direito a muito mais pelo que concorre para as rendas da União (...). O Acre já tem dado a União tanto, que já pagou largamente o que ela despendeu por força daquele tratado. É a primeira vez com tudo, como observo o prezado colega, que o governo da República dota de um melhoramento real aquela terra, de que tantos e tão bons frutos já tem tirado”. (O Alto Purús 1911, N. 177, p.02).

A distribuição, legalização e efetivação da posse das terras no Departamento do Alto Purús ficaram a cargo da Diretoria de Regularização de Terras, que tinha um grande desafio, tendo em vista que a cidade surgia do zero em uma região abraçada pela floresta amazônica. Competia à diretoria o reconhecimento dos locais, medição, concessão e controle da distribuição de lotes de terra na região.

A prefeitura mantinha a Diretoria de Regularização de Terras, e não cobrava quaisquer tributos para a aquisição desses lotes. Segundo os registros, a isenção visava impulsionar o desenvolvimento no lugar, todavia, uma regulamentação da União já proibía os departamentos do Território do Acre de criarem qualquer tipo de imposto, reservando a atribuição ao governo da República por meio de decreto.

No dia 15 de janeiro de 1910, o Jornal *O Alto Purús*, no intuito de apresentar a nova organização política no território do Acre, publicou em sua capa o projeto que tratou a respeito da reorganização política-administrativa. Os pontos significativos da proposta, que afetaram diretamente as prefeituras dos departamentos, foram: a criação dos Conselhos Municipais e a instituição das Intendências. Estas novas modalidades administrativas eram organizadas da seguinte forma:

Art.7ª- Os municípios serão governados por um conselho municipal e por um intendente. Art. 22ª- Os Intendentes são os chefes do Poder Executivo Municipal, cabendo-lhes por isso a iniciativa das despesas bem como a da criação de cargos municipais, mediante a aprovação dos conselhos (O Alto Purús, 1910, n. 101, p 1).

Em 1910, *O Alto Purús* publicou a notícia que Sena Madureira, apesar de recém-criada, com seis anos de existência, receberia um consulado de Portugal em seu território. Devido à importância do Departamento para o território do Acre e à tão privilegiada localização de proximidade com Manaus, foi “[...] criado um vice-consulado nesta cidade e nomeado para esse lugar o súbito português Antônio Braga, comerciante aqui residente”. (O Alto Purús, 1910, n 102, p 3).

Todavia, enquanto o departamento do Alto Purús era privilegiado pelo governo português, o governo da República do Brasil nesse momento parecia esquecer o quanto o departamento do Alto Purús já havia proporcionado aos cofres públicos, quando houve a grande explosão do ciclo da borracha. Neste momento, incidia um período de calamidade financeira sobre o departamento:

[...] o Território do Acre não é um estado. Ele é governado pela União. Cumpre, pois, a esta socorrê-lo no atual caso de calamidade pública, em que ele se vê. Se o Acre já gozasse de autonomia e pedisse aquele socorro à União, ela não o daria? ” (O Alto Purús, 1914 n.314 p. 02).

Ainda assim, apesar desta desvalorização por parte da República pós crise na valorização da borracha no mercado internacional, nota-se, por várias vezes, a União agia no anseio de possuir o total controle da região. A instituição de órgãos federais que oneravam os cofres da prefeitura, e o freio aos investimentos que os prefeitos almejavam para a cidade de Sena Madureira.

Assim, surgiu a cidade de Sena Madureira, capital do departamento do Alto Purús. Da mata virgem, se abriram os ¹³varadouros que ligavam os seringais. Com a explosão do ciclo da borracha as terras ficaram supervalorizadas e a propaganda do governo da República foi intensa, a fim de alistar a maior quantidade possível de homens para desbravar a floresta amazônica. Entre o proclamado e o idealizado, foram abertas alas para a ‘urbanidade’ penetrar na selva. Toda uma estrutura de cidade foi pensada e executada em Sena Madureira, desde sua fundação

¹³ Pequenas trilhas abertas em meio a floresta fechada, traçando um caminho a ser percorrido pelos seringueiros na região.

em 1904 e construção da primeira casa de alvenaria em 1906, até a execução das demais grandes construções.

1.2 ENTRE GOVERNOS E DESGOVERNOS

Durante a vigência do departamento do Alto Purús, no território federal do Acre, vários prefeitos foram nomeados pela presidência da República. Devido a sua livre nomeação e exoneração, o cargo de prefeito departamental era rotativo, não ultrapassando, em regra, dois anos de gestão.

Infelizmente, essa rotatividade ocasionou muitas vezes desastres administrativos para o departamento. Esta subseção tem o intuito de apresentar as principais ações positivas e negativas de cada gestão.

1.2.1 Gestão José de Siqueira Menezes (1904)

O primeiro prefeito departamental, conforme dito anteriormente, foi o fundador de Sena Madureira em 1904. Após meses navegando no intuito de chegar ao departamento do Alto Purús, o General José de Siqueira Menezes toma como primeira medida o ordenamento da abertura da mata virgem. Porém, o mesmo logo teve que se ausentar da região devido à contração de uma moléstia, que o tornou fisicamente incapacitado para continuar no cargo. A substituição se deu pela nomeação do capitão do exército Sr. Epaminondas Thebano Barreto, que assumiu a responsabilidade na condição de prefeito interino, até que outra pessoa fosse nomeada pelo presidente da República para assumir o cargo.

1.2.2 Gestão Cândido Marianno (1905 a 1909)

Logo após o início das atividades de prefeitura do Alto Purús, no decorrer do ano de 1904, pela rotatividade característica do cargo e por mudanças na gestão local, assumiu a prefeitura do Alto Purús, à convite da Presidência da República, o Sr. Cândido Mariano no dia 13 de Março de 1905. Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, era visto como “um administrador honrado e progressista, (...) amigo afetuoso, (...) cidadão de tanto méritos e (...) militar de feitos bravos pela causa republicana” (O Alto Purus, 1908, n. 05 p.1). Sobressaia dentre as suas qualidades, conforme relatado pelo jornal, seu posicionamento extremamente favorável aos interesses da causa republicana.

Durante sua gestão, no ano de 1908, nomeou como secretário interino o Tenente Boaventura Gonçalves de Abreu, depois efetivou como secretário da prefeitura seu amigo o capitão Samuel Barreira. Resolveu, no mesmo ano, nomear o Dr. Samuel Libanio como Diretor de Higiene do Departamento, pois a questão sanitária afetava severamente a população de Sena Madureira. Ao assumir o cargo, Libanio enfrentou diversos problemas de saúde pública que marcaram a época na região, oriundos da falta de higiene pessoal dos habitantes, chegando a declarar em diversos relatórios os altos números de pessoas acometidas de úlcera inferiores.

Diante da forma como a gestão se organizava, ficava clara a intenção da nomeação de Samuel Barreira para a secretaria da prefeitura, pois a ele foi confiada à missão de fundar o órgão da imprensa oficial da prefeitura do Alto Purús. Assim, ainda em 1908, Barreira instituiu o primeiro jornal na cidade de Sena Madureira, nomeando-o *O Alto Purús* em homenagem ao departamento. Naquele momento, o jornal estaria sob a direção do prefeito departamental Sr. Cândido Marianno e dos senhores Samuel Barreira e Álvaro Leitão.

Durante a gestão do prefeito Cândido Marianno, foram solicitados da União vários subsídios financeiros, sendo um especial datado de 1908, para a abertura de um crédito orçamentário extraordinário, tendo em vista que o repasse realizado à prefeitura não sofria aumento há muito tempo e apresentava-se insuficiente para o desenvolvimento da cidade de Sena Madureira.

Grande parte do valor solicitado estaria destinada ao pagamento de despesas vinculadas à Instrução Pública da cidade Sena Madureira - capital, como relatado no dia 04 de fevereiro: “[...] A abertura de um crédito extraordinário de 125:000\$000, a disposição dessa prefeitura virá sanar os inconvenientes [...] concorrendo para o engrandecimento moral e material desta prefeitura” (*O Alto Purus*, 1908, n 02, p 02). Parte considerável deste repasse visava o pagamento de alugueis das casas transformadas em escolas em Sena Madureira.

Dentre as grandes ações da gestão de Cândido Marianno, destacam-se: a inauguração de novas salas na sede da prefeitura, a autorização da edificação do mercado público, e a participação na comissão responsável pela construção da igreja católica na cidade. O prefeito foi responsável, ainda, por iniciar as conversas e efetuar a compra do material proveniente da cidade do Rio de Janeiro, a fim de solucionar o problema da falta de iluminação pública em Sena Madureira.¹⁴

¹⁴ Os beneficiamentos citados na gestão do prefeito departamental Cândido Mariano podem ser verificados por meio do jornal “O Alto Purús” de 1908, sob a edição nº 1.

Diferentemente do 1ª Sub-Prefeito Samuel Barreira, o Sr. Cândido Marianno, não se apresentou contra ao processo de autonomia no Território do Acre. Em entrevista concedida ao jornal Folha do Norte de Belém do Pará, expôs ser a favor da “(...) autonomia do Acre, mais progressiva, proporcionando-se primeiro, aos seus habitantes os direitos da mais elevada significação política, como o direito do voto”. A matéria foi também publicada no Jornal *O Alto Purús* no dia 19 de setembro de 1909, nº84, p 2.

Já em 1910, com toda a especulação de autonomia em que o Território Federal do Acre estava envolvido, o Jornal do Pará fez menção de que haveria votos suficientes para concretizar a possível nomeação do Sr. Cândido Marianno como governador do Acre. Isto representava o quanto o senhor Marianno possuía influência para com o governo da República, provavelmente relacionada aos resultados de suas ações como gestor em Sena Madureira.

A povoação já conta um grande número de prédios, tem as suas ruas em número de dez todas abertas, possuem mais de vinte casas de comércio, acha-se drenada convenientemente, de modo a permitir o fácil enxugo do solo e goza de excelentes condições de salubridade, como atesta veementemente a proporção mínima de mortalidade que apresenta. (...) A administração do departamento acha-se convenientemente instalada em prédio próprio, coberto de telhas francesas o mesmo sucedendo com os seus principais auxiliares, residentes temporariamente num grande prédio, também pertencente à União e que será adaptado mui brevemente para o foro e tribunal de apelação criada ultimamente. (*O Alto Purús*, 1908, N 02, p 02).

Um grande desafio comum a todos os prefeitos que passaram pela administração do Departamento do Alto Purús era a manutenção das relações diplomáticas com a República, haja vista que a União não repassava a verba orçamentária suficiente para a boa manutenção e expansão dos serviços públicos da cidade de Sena Madureira, ao tempo que esta não podia cobrar impostos atribuídos àquela.

Em comunicado enviado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores no dia 13 de janeiro de 1908, o então prefeito Sr. Cândido Mariano esclarece que o repasse financeiro realizado pela União não está conseguindo mais suprir a demanda administrativa da prefeitura, influenciando diretamente no funcionamento das escolas, e consulta o ministro para um possível pagamento, por parte da União, dos oficiais que servem o Estado Maior do Comando do 1ª Distrito Militar, a fim de desonerar a folha da prefeitura do Alto Purús.

Mesmo assim, a União, no anseio de controlar o território por meio de seus departamentos, obriga a criação e construção de Companhias Regionais na sede dos respectivos departamentos. Todavia, se tem conhecimento de que, desde a crise em 1908, referente ao preço da borracha que atingia diretamente a instância federal, internamente, a consequência estava

centralizada no repasse para a prefeitura, a qual nunca recebeu de forma justa aquilo que era subtraído de seu território.

Com uma população superior talvez a sessenta mil habitantes, o Acre produz mais para os cofres públicos, que muitos estados da União, cuja população é infinitamente superior à sua. Apesar da vida dos habitantes se achar exclusivamente entregue a indústria extrativista da goma elástica, fonte única de receita para o erário nacional, a captação dos direitos de exportação é aproximadamente duzentos mil réis por habitante. (O Alto Purus, 1908, n. 02, p 01).

Vale lembrar que em 04 de fevereiro de 1908 em ofício enviado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o prefeito Cândido Marianno novamente havia relatado a dificuldade de condução das contas públicas no departamento, pelos motivos já versados:

[...] no estado em que se acham os serviços a cargo desta prefeitura, torna-se materialmente impossível administra-la com a verba de 250.000\$000 (duzentos e cinquenta contos de réis) que lhe foram distribuídas para suas despesas no exercício financeiro corrente (O Alto Purus, 1908, n. 02, p 02).

A questão é que mesmo com a baixa dos preços de mercado da borracha, a receita do Departamento referente à cobrança dos tributos crescia para os cofres da União, a qual detinha o direito exclusivo de instituir e receber o imposto da extração da goma elástica. “Conhecendo de perto o erro que cometeria, cobrando imposto não estipulados em lei, a administração deste departamento nunca lançou mão de semelhante recurso para auxiliar a deficiente verba que lhe tem sido distribuída” (O Alto Purus, 1908, n 03, p 01).

Genericamente, o mandato do prefeito Cândido Marianno foi caracterizado como o primeiro “de fato” no Alto Purús, iniciando pouco tempo depois da fundação de Sena Madureira e perdurando até 1909. Marcada por obras essenciais à cidade de Sena Madureira, a gestão sofreu intensamente com o desprestígio dos repasses financeiros praticados pelo União, o que fragilizou a relação do gestor com a República. Marianno solicitou afastamento do cargo de prefeito, momento em que o capitão Samuel Barreira assumiu na condição de suplente.

1.2.3 Gestão “interina” de Samuel Barreira (1909 a 1910)

Samuel Barreira, natural do estado do Ceará, desde muito jovem foi preparado para ser dedicado aos estudos, e assim o fez. Bacharel em Ciência, assentou-se como praça no corpo de artilharia do Exército, logo tornando-se capitão e chegando à patente de Coronel do Exército

Brasileiro. Barreira ocupava esta patente quando assumiu efetivamente a prefeitura do Departamento do Alto Purús em 1912.

Estando em Manaus na condição de professor de ginástica do Lyceu daquela cidade, foi convidado pelo então ilustríssimo prefeito do Departamento do Alto Purús, Sr. Cândido José Marianno, no ano de 1909, para deslocar-se até a cidade de Sena Madureira e auxiliá-lo diante das alterações que ocorriam na fronteira com o Peru.

Trabalhou com zelo pela coletividade, aguardando a chance de apresentar ao povo do Alto Purús, seu trabalho. “Ali chegando foi tal a sua conduta de sinceridade, carinho e zelo pelo desenvolvimento da terra, que logo se tornou merecedor de mais absoluta confiança da quase unanime população do Departamento” (O Alto Purus, 1914 n. 314, p 2).

Assumiu, a pedido do prefeito, o cargo de secretário da prefeitura do Departamento do Alto Purús e foi responsável pela criação do órgão oficial de comunicação da prefeitura, sendo nomeado diretor do jornal *O Alto Purús*.

No ano seguinte, após ida ao sul do Brasil para gozo de licença de férias, o então prefeito Cândido Marianno passou a administração da Prefeitura do Alto Purús ao sucessor Samuel Barreira. O momento fora registrado pelo periódico oficial da prefeitura, por meio seguinte ato:

Nesta data passo a administração deste Departamento ao Sr. Dr. Samuel Barreira, 1ª Sub-Prefeito do mesmo, por ter de retirar-me para o Sul da republica no gozo de férias regulamentares. Ao ausentar-se desta região tenho satisfação em agradecer-vos o auxílio que prestastes, bem como os demais funcionários deste posto, à minha administração. (O Alto Purus, 1909, n. 62, p 1).

Estando na condição de 1ª Sub-Prefeito na região do departamento do Alto Purús no mandato do Sr. Cândido Marianno, Samuel esteve à frente de várias benfeitorias para a cidade de Sena Madureira, que coincidentemente ou não, somente foram entregues à população daquela região após sua ascensão como prefeito interino. O dia 8 de agosto de 1909 consistiu uma importante data para o povo senamadureirense, devido à entrega de várias benfeitorias públicas, tais como a ligação da iluminação pública e particular, a inauguração da linha de tiro e do bosque público, e a realização de uma Conferência sobre Instrução Pública pelo ilustre literário Dr. Daniel Carneiro¹⁵.

¹⁵ Dr. Daniel Vieira Carneiro assinou as primeiras publicações literárias no jornal “O Alto Purus”, foi professor no departamento e em 1911 assumiu o cargo de juiz substituto no Território Federal do Acre.

A equipe administrativa nomeada à frente da prefeitura do Alto Purús compreendeu o Sr. Odorico Rangel, sob a função de secretário da prefeitura - este, por muito tempo, ocuparia cargos do primeiro escalão na prefeitura - e o Sr. Manoel Freire como oficial da prefeitura. Através deste último, Samuel Barreira acreditava que poderia iniciar um salto no desenvolvimento da cidade de Sena Madureira.

Aos poucos o gestor ganhou notoriedade à frente da prefeitura. Em umas das várias reportagens especiais, em homenagem à data de seu aniversário, o Jornal *O Alto Purús* o enaltece da seguinte forma, na tentativa de lapidar os corações puruenses a admiração pela pessoa do então prefeito.

A abnegação, o amor e a calma que caracterizam os sentimentos puros do benemérito e ilustre Sr. Dr. Samuel Barreira representam o perdão de honra que há de eleva-lo muito, muitíssimo de forma incalculável no conceito dos homens de bem e de todos os habitantes deste Departamento do Purús, que o estimam e veneram”. (O Alto Purus, 1910, n 126, p 02).

Aos olhos de Samuel Barreira, Sena Madureira era a mais populosa e desenvolvida cidade do Território, fazendo com que fosse muito cobiçada pelos revolucionários autonomistas, então o prefeito interino defendia de forma veemente e convicta o posicionamento contrário à autonomia do Território Federal do Acre, conforme discurso infra descrito:

(...) a ideia ardorosamente levantada no vizinho departamento do Acre de autonomia imediata, mas não a deixem arrastar por ela, pois pela ação natural e persistente se poderá atingir os ideais de emancipação e felicidade, certos de que o Governo da República, calma e patrioticamente vela pelos destinos do território”. (O Alto Purus, 1909, n. 62, p 2).

Na edição nº 92, de 14 de novembro de 1909, o Jornal *O Alto Purús*, publica uma das notícias mais importantes para a nova fase de organização pelo qual passava o departamento, na busca de um posicionamento efetivo da Instrução Pública em Sena Madureira. O então Sub-Prefeito Dr. Samuel Barreira, recebeu a planta da construção do primeiro prédio público destinado à Instrução Pública na cidade de Sena Madureira, das mãos do Dr. Joaquim Nunes de Oliveira, responsável por chefiar a comissão de obras federais em substituição do Sr. Osmando de Camargo. É presumível que o fato foi notícia no periódico oficial.

Remeto-vos as plantas e memorial descritivo que a estes acompanham, do projeto de um edifício destinado à Instrução Pública deste departamento, confeccionado pelo engenheiro, Alberto Armanno Ricci, por ordem desta prefeitura, rogando-vos que

emita sobre o mesmo vosso judicioso e autorizado parecer sobre o duplo aspecto técnico e estético (O Alto Purús, 1909, n. 92, p. 3).

Samuel Barreira criou, por meio da Resolução nº 1, o cargo de encarregado da Contabilidade da Prefeitura na cidade de Sena Madureira. O documento fora expedido em 26 de julho de 1910, e a medida foi extremamente importante e enaltecida pelos poderes maiores da República, devido à falta de transparência que esta prefeitura tinha, até então, para com as contas públicas. Assim, o prefeito Samuel Barreira consagrou-se como o primeiro prefeito a realizar a prestação de contas de gestão no departamento.

A grande crise política ocorrida na gestão do Dr. Samuel Barreira, como prefeito departamental, aconteceu justamente durante seu mandato como prefeito interino no lugar do Dr. Cândido Marianno. O grande movimento autonomista e todas as suas repercussões fizeram de Samuel Barreira o alvo desses então intitulados “anarquistas”, que passaram a difamar sua imagem. O Jornal *O Alto Purús* manifestou-se por meio da seguinte nota:

Nós atravessamos uma época de abastardamento em que é mais fácil dizer mal do que bem. E é por isso que a administração do Dr. Samuel Barreira, que para honra de seu nome, não cresceu retorcendo os galhos ao sabor das conveniências para ensombrar o parasitismo absorvente das rendas públicas, mas subiu verticalmente com o aspecto luxuriante da saúde no terreno da consciência e da verdade é por isso, que tentam abater-lhe o tronco bem firmado porque não lhe puderam atingir os frutos, escarvando-lhes as raízes para estancar-lhe o veio da seiva criadora e fecunda. (O Alto Purus, 1910, n 130, p 1).

O movimento dos autonomistas tinha caráter essencialmente contrário às intervenções federais ao pregar a autonomia dos habitantes do Acre na tomada de decisões sobre o território, e encontrou na pessoa do prefeito Samuel Barreira a personificação do termo “oposição” em Sena Madureira, por representar e ter grande influência com o governo da República brasileira.

No dia 09 de dezembro de 1910, encerrou-se o primeiro ciclo de gestão de Samuel Barreira à frente da prefeitura, na condição de Sub-Prefeito, na ocasião em que o Dr. Cândido Mariano reassumiu o cargo de prefeito do Alto Purús. O prefeito Samuel Barreira registra a adjudicação da administração da cidade, descrevendo a atual situação político-financeira no veículo comunicativo oficial.

[...] reina perfeita ordem e completa tranquilidade em todo o Departamento [...] a situação financeira desta prefeitura é neste instante por demais precária, entregando-a, nas mesmas condições que recebi do meu antecessor, Sr. Dr. Cândido Marianno estando já esgotadas as verbas voltadas para o corrente exercício... (O Alto Purus, 1910, n. 138, p 1).

Com o fim da administração interina de Samuel Barreira à frente da Prefeitura do Alto Purús, muitos dos que lhe sucederam cometeram equívocos administrativos, principalmente no que consta a vida financeira do Departamento, contribuindo ainda mais com a crise econômica oriunda do *déficit* de verba para a manutenção das contas públicas. *O Alto Purús*, publicou no dia 23 de abril de 1911, uma nota que esclarece justamente esse fato:

Acresce que várias das deliberações emanadas dos três sucessores do Dr. Samuel visaram criar novos lugares e, quando não, o aumento de ordenados, onerando assim a já diminuta verba da Prefeitura; e de tal forma que toda ela (400:000\$000), voltadas para tantos outros misteres, seria consumida somente com o funcionalismo, faltado ainda [...] 50:000\$000 para seu integral pagamento.

No dia 05 de fevereiro de 1911 publicou-se, no mesmo jornal, um ofício enviado ao Ministro da Justiça e Negócio Interiores, a fim de dar publicidade a um dos grandes desafios, sempre interferente no funcionamento do departamento, a serem vencidos nestas terras tão longínquas - a falta de repasse pecuniário:

[...] no exercício de 1910 não receberam seus vencimentos de junho a dezembro, inclusive por ter o Dr. Cândido Marianno esgotado a respectiva verba, deixando seu substituto o Dr. Samuel Barreira sem dinheiro necessário ao pagamento dos empregados da prefeitura. (*O Alto Purús* 1911, n. 140 p 2).

Assim, no dia 9 de dezembro de 1910, a presidência da República resolve exonerar o prefeito Samuel Barreira que estava à frente da prefeitura na condição de prefeito interino e nomeia para o cargo de forma efetiva o capitão Menescal de Vasconcellos.

1.2.4 Gestão José Menescal de Vasconcellos (1910 a 1911)

Antes de sua nomeação com prefeito departamental, Menescal de Vasconcellos ocupava o cargo de Comandante da Companhia Regional no Departamento do Alto Purús.

Como prefeito, na segunda quinzena do mês de dezembro (1910), nomeou o Sr. Otavio Varella como secretário da prefeitura e, para o cargo de diretor de Higiene do Departamento, o Dr. Astolpho Margarido.

Logo quando nomeado prefeito departamental, o Capitão Menescal de Vasconcellos preocupou-se em aumentar o número de guardas civis, sob as alegações de novos ataques por parte dos revolucionários que almejavam a autonomia, bem como pelo aumento significativo

do número de habitantes no Departamento do Alto Purús. Aumentou para 25 o número desses profissionais por meio da Resolução de nº1, publicada como ato oficial no jornal *O Alto Purús* em 25 de dezembro de 1910.

Diante das ações revolucionárias e violentas em prol da autonomia do Território do Acre, muitos compuseram as manifestações exacerbadas e extremas, atingindo diretamente a ordem natural do cotidiano da cidade de Sena Madureira, que incluíram desde ameaças pessoais, até o incêndio criminoso testemunhado à sede da prefeitura. Estes fatos prejudicaram todos os setores da administração da prefeitura e a vida cotidiana de cada puruense. A este respeito, o jornal *O Alto Purús* publicou em sua primeira capa as seguintes palavras:

É na hora mesma, em que a maré montante da calunia anônima e do ódio impenitente recresce e sob a ação corrosiva de sua própria decomposição moral, contra a administração deste departamento, procurando debalde a sobra, das mais desvairadas acusações, na louca efervescência da desordem, embarca o brilho da honra incorruptível com os lábios infamantes do vilipêndio, comprados a pena, atreita dos difamadores de profissão, repetimos, é na hora mesma, em que a obra da anarquia partidária acende a fornalha esbraseante da imprensa agressiva. (*O Alto Purús*, 1910, n 130, p 1).

Preocupado com a desorganização e crise financeira que o Departamento do Alto Purús vivia, o Ministro do Interior e Justiça solicitou a um funcionário da República o reconhecimento da real situação administrativa que motivava os reiterados pedidos de ajuda financeira que recebia. O ato, em forma de ofício, foi publicado no *O Alto Purús*, em 30 de abril de 1911:

[...] em resposta a V. Ex. o estado financeiro desta prefeitura, que está a reclamar com a máxima urgência, a atenção do governo, tal é a condição precária a que se acha reduzida, sobrecarregada de dividas e compromissos impossíveis de serem solvidos dentro da exígua verba orçamentaria destinada a cada exercício. (*O Alto Purús*, 1911, N. 147, p.1)

A falta de verba pública atingia não só o funcionalismo público, mas também os fornecedores, que prestavam serviços ao ensino. A Instrução Pública era diretamente afetada pela inadimplência nos alugueis dos espaços em que funcionavam as escolas públicas, como fica claro, em requerimento despachado e publicado no *O Alto Purús*, de 17 de setembro de 1911: “Leonel Pessoa de Farias, pedindo certidão do credito que tem a receber da Prefeitura de aluguel da casa onde funciona a escola do Cafezal, relativo aos meses de agosto a dezembro de 1910 – Certifique-se”. (*O Alto Purús* 1911, nº167, p. 1).

A acessibilidade remota impactava o transporte e as alfândegas, os quais suscitavam os altíssimos preços de mercadorias. Um exemplo relacionado foi a reabertura da concorrência pública para a aquisição de 04 (quatro) mesas e 12 (doze) cadeiras e bancos para as escolas públicas: como o único concorrente apresentava preço impraticável ao mercado, coube à prefeitura prorrogar o prazo e promover nova concorrência.

A gestão do prefeito José Menescal de Vasconcellos partiu de um momento delicado no Alto Purús. Naquele momento, parecia essencial não apenas a nomeação de um capitão do exército, mas de alguém que conhecesse bem o departamento e o povo puruense. Por ter sido chefe do exército no departamento em gestões anteriores, o seu nome foi aclamado pela presidência da República.

Todavia, sua gestão é amplamente marcada pela má administração econômica e por grandes períodos de inadimplência do funcionalismo público, dos espaços e serviços, conforme citado. Diante de todas essas adversidades a, fizeram com que sua gestão fosse curta, com célere exoneração e nomeação interina de outro prefeito, até a chegada do Dr. Godofredo Maciel.

Já no dia 5 de fevereiro de 1911, o Jornal O Alto Purús publicava a nomeação interina do Dr. Lafayette Corrêa. Vale ressaltar que uma das poucas decisões tomada pelo Dr. Lafayette Corrêa, contrapôs a principal ação de Vasconcellos na área da segurança pública: dos 25 guardas nomeados anteriormente, apenas 12 permaneceram sobre o custeio público. O discurso na época adotado para a deliberação administrativa foi à falta de verba.

Todavia, “Eleva para setecentos mil réis, (700\$000) os vencimentos dos professores públicos desta cidade e subúrbios e Quatrocentos mil réis (400\$000) os do interior deste Departamento”. (O Alto Purús, 1911, n. 141, p 2). Assim, Lafayette Corrêa concedia aumento salarial aos professores, por meio do ofício nº 72, sendo esta sua última ação de prefeito.

1.2.5 Gestão Godofredo Maciel (1911 a 1912)

O Sr. Godofredo Maciel foi nomeado prefeito do Alto Purús em 18 de março de 1911, recebendo o departamento das mãos do Procurador Seccional da República o Dr. Lafayette Corrêa, que ocupava o cargo de forma interina após a retirada do então na época prefeito titular capitão Menescal de Vasconcellos.

Um de seus primeiros atos foi à nomeação do Sr. Arthur Cyrillo Freire nomeado inspetor escolar e professor de educação cívica na escola pública desta cidade. Diante dos problemas econômicos que o departamento passava, o agora então prefeito Dr. Godofredo Maciel na busca de organizar as contas públicas instaura a criação de uma secção de

Contabilidade na Prefeitura, órgão que ficará responsável pela fiscalização financeira do poder público, para isso:

Fica criada na secretaria da prefeitura uma seção de contabilidade, contando de dois livros, devidamente abertos, rubricados e fechados pelo secretário, um servindo de caixa em que sejam lançadas com clareza e pontualidade todas as transações da prefeitura, o outro de registro de contas onde sejam escritos todos os créditos com sua procedência e respectivos credores. (O Alto Purús, 1911, n. 147, p 1).

Ainda em sua gestão foi realizada a reorganização das forças policiais locais, pois com o crescimento da população no Departamento do Alto Purús a violência começava a dar sinais. Mais do que apenas nomear novos guardas, o então prefeito instaura o I Primeiro Regulamento da Polícia do Departamento do Alto Purús, publicado por meio da Resolução nº 20.

Art. 1- Fica reorganizada a polícia deste Departamento do Alto Purús, de acordo com o Regulamento que com esta baixa, o qual desde logo, entra em plena execução. Outra área bastante trabalhada pelo então prefeito diz respeito à locomoção do povo puruense dentro do Departamento, tanto que abriu concorrência pública para a construção de uma só vez; "... 16 pontes no trecho da estrada do Juruá compreendido entre esta cidade e o rio Cayaté. (O Alto Purús, 1911, n. 155, p 1).

Após a reorganização da força policial local, o prefeito tratou de cuidar da Instrução Pública. Assim, no dia 21 de maio de 1911, Godofredo Maciel, por meio da Resolução nº7, determina a criação de um grupo escolar na cidade de Sena Madureira, no intuito de melhorar a organização do ensino, seguindo as instruções dadas pelo Sr. Arthur Cyrillo, Inspetor Escolar de seu governo. "Estava S. ex, aquele tempo no Ceará, de passagem para este mesmo Departamento, aonde vinha exercer sua profissão de advogado, quando foi de todo surpreendido com a aludida nomeação para a qual nem de leve acenará". (O Alto Purús, 1911, n. 179, p 1).

Na edição nº166 do jornal *O Alto Purús* Godofredo Maciel ocupou toda a primeira página do periódico, recebendo homenagens e felicitações devido seu aniversário. Dentre as informações apresentadas pelo jornal tratou O Alto Purús ordenou todas as ações vinculadas a pessoa dele, que enquanto prefeito do departamento do Alto Purús no campo da Instrução Pública: "A reforma da Instrução Pública, criando uma inspetoria de ensino, um grupo escolar, uma cadeira de educação cívica, três escolas primárias e construção do mobiliário escolar [...] Encomenda de um prédio para o grupo escolar". (O Alto Purús, 1911, n. 166. p. 1).

A gestão de Godofredo Maciel foi marcada por um período de reestruturação administrativa no departamento do Alto Purús. Vale o destaque à criação do setor de contabilidade no departamento, que favoreceu o processo de reorganização financeira e de

restabelecimento da ordem no pagamento dos salários, mesmo sem o aumento das verbas provenientes da União. A polícia e a manutenção da ordem no departamento, também receberam prioridade, via reestruturação e promulgação de um regulamento específico para os ocupantes deste cargo.

Godofredo Maciel atuou fortemente na área da Instrução Pública, podendo ser considerado o segundo prefeito mais atuante desde a fundação da cidade até 1916, apenas menos influente que Samuel Barreira. Dentre os principais feitos estão: a criação da Inspetoria de Ensino, que regulava, acompanhava e mantinha a prefeitura a par das condições de ensino no departamento, e a autorização para a abertura de um grupo escolar e de mais escolas.

1.2.6 Gestão Tristão de Araripe (1912)

O coronel Tristão de Araripe nascido no dia 21 de março de 1861, formado em Engenharia começou sua carreira militar ainda muito jovem no ano de 1877 tornando-se coronel no dia 13 de março de 1909.

Assumiu o cargo de prefeito do Departamento do Alto Purús logo após a exoneração do Dr. Godofredo Maciel no ano de 1912, sua chegada foi noticiada no jornal *O Alto Purús*:

O vapor Paraense, fundeado em nosso porto no dia 2 do corrente, trouxe abordo o coronel Tristão de Araripe, nomeado ultimamente inspetor das companhias regionais e distinguido com a confiança dos altos poderes da República para exercer o elevado e espinhoso cargo de prefeito deste Departamento federal. (O Alto Purus, 1912, n. 189, p 1).

Durante seus discursos sempre apresentou interesse em melhorar a situação da Instrução Pública em Sena Madureira, *O Alto Purús* inclusive chegou a publicar diversos discursos do prefeito ao povo puruense, afirmando que a Instrução Pública é a principal ferramenta que levará a cidade de Sena Madureira a uma nova realidade de prosperidade, civilidade e desenvolvimento.

A ideologia e retórica fazia aumentar a popularidade da figura do prefeito, bem como o constante na seguinte nota, publicada no jornal: “ do plano da administração do Ex. Sr. Coronel prefeito, um dos pontos mais simpáticos, senão o mais simpático o que provoca aplauso geral, é sem dúvida o que se refere a Instrução Pública” (O Alto Purus, 1912, n. 190, p. 1).

Durante suas preleções, o prefeito defendeu, categoricamente, que a Instrução Pública era o único meio real de transformação do homem e de toda a nação brasileira. Narrou vários exemplos de países europeus que deram certo, a partir do momento que priorizaram o ensino.

“[...] instrução, base primordial, pedra angular na formação de uma sociedade, alicerce sem o qual jamais se poderia constituir uma nacionalidade consciente de sua força, zeladora de seus direitos e cumpridora de suas leis”. (O Alto Purús, 1912, n. 190, p. 1).

Para o enorme desafio vinculado ao desenvolvimento da Instrução Pública, o prefeito Tristão de Araripe nomeou o Sr. Juvenal Antunes de Oliveira inspetor escolar de seu governo, que muito procurou fazer pelo ensino primário na cidade de Sena Madureira. As ações do Coronel Tristão de Araripe tornaram promissor o desenvolvimento do ensino primário em todo o Departamento do Alto Purús.

A partir de 1911, conflitos armados começaram a ganhar proporções maiores, na medida em que homens que almejavam a autonomia do Território do Acre ganhavam mais forças. Neste mesmo ano, o governo federal identificou pessoas do alto escalão dos Departamentos no Acre envolvidos nesse processo. No Alto Purús, desembargadores estavam envolvidos. Estes homens eram agremiados politicamente pelo Partido Progressista, e suas ações mais audaciosas ocorreram em 1912, com a invasão pela madrugada do fórum da cidade e furto de materiais, arquivos da justiça e pertences pessoais de funcionários.

O decreto presidencial nº 9.831, de 23 de outubro de 1912, tratou de reorganizar a Administração e a Justiça no Território do Acre. A partir deste ato, pode-se afirmar que a organização política no Acre é modificada: além dos três departamentos já existentes surge outro batizado de Tarauacá, tendo este como sede a ‘Vila Seabra’. Outra mudança bastante significativa é a criação de uma nova forma de administração imposta aos municípios, que inclui a direção por conselho e um intendente.

Todavia, mesmo diante de tantas mudanças o povo puruense estava aflito pela situação em que se encontrava o Alto Purús, afinal, em curto prazo a gestão do coronel Tristão de Araripe tornou-se o maior desgoverno da história do departamento.

Tal situação tornou-se ainda mais aguda, na última administração do Coronel Tristão de Araripe, ultimo prefeito nomeado, que em dois meses apenas de seu governo praticou uma serie de desgastes de tal ordem, que sem exagero podemos afirmar ser o produto de verdadeira loucura. Como início de sua administração suprimiu a modesta e insuficiente iluminação pública da cidade, porque, dizia; quem quiser andar à noite, que ande no escuro, eu não ando a noite e isto é uma despesa inútil à prefeitura (...) negava-se a ouvir toda e qualquer reclamação que se lhe levava, tendo sempre como resposta invariável, que esta cidade devia se acabar aqui apenas devia ficar um posto fiscal e uma força para garanti-lo. Ao referir-se à população, dizia por escarmio, que era uma população de mendigos. (O Alto Purus, 1912, n. 1, p 1).

Diante de tais fatos, o povo puruense tomou a posição de lutar pela exoneração do prefeito Coronel Tristão de Araripe. Como o mesmo resistia em sua permanência no cargo e o

governo da República não se posicionava, foi deflagrada uma guerra contra o prefeito que, para continuar no poder, além das forças policiais, contou com capangas para o uso da força.

Com base no registro oficial dos discursos, esta região jamais teve um prefeito tão incompreensível como este.

Não trazia nenhum programa de administração, e como ele próprio o dizia; para governar só precisaria da guarda de seus soldados e do silêncio dos vencidos. Sem leis e sem regulamentos era o seu programa; domar homens pelo alcance dos trabucos enfraquecê-los pela fome e pela miséria, eis o sonho mal que alimentou cérebro doente do último prefeito do Purús. (*O Alto Purús*, 1912, n.º1, p. 1).

Seu posicionamento era totalmente avesso ao desenvolvimento da região. Em alguns momentos, Araripe referiu a inutilidade da existência de Sena Madureira para o Brasil.

O início do movimento armado, datado de 5 de maio do corrente ano, deixou a cidade deserta e sem a prestação dos serviços públicos, inclusive os oferecidos pelas escolas mantidas pela prefeitura. No decorrer daquela semana o povo puruense experimentou dias difíceis, de conflito e incessantes trocas de tiros, inclusive ouvidos à luz do dia. A sede da prefeitura foi invadida pelos defensores do movimento autonomista, e o comitê revolucionário anunciava por meio de um boletim informativo a informação de renúncia do prefeito.

[...] ao comércio, as famílias e as autoridades de Sena Madureira que, após o longo sacrifício de uma luta que se prolongou por espaço de três dias, acabou por abandonar a prefeitura o coronel Tristão Araripe, triunfando em toda linha a causa dos oprimidos. (*O Alto Purus*, 1912, n.1, p 3).

Todavia, foi expedida uma nota no dia 10 de Junho de 1912, assinada pelo Coronel Tristão Araripe informando a retomada da cidade de Sena Madureira por ele. Parte do discurso que ele autodenomina “reestabelecimento da legalidade”, encontra-se transcrito:

Não tiveram pejo de se entregarem ao saque, a pirataria e ao incêndio. Esse estado de coisas, indigno da nossa cultura e civilização perdurou por um longo mês, até que no dia 8 do corrente a expedição militar sob o comando do digno Sr. Capitão Luiz Narciso de Barros Cavalcanti retomou a cidade após renhido combate, pondo em debanda o inimigo e restabelecendo a legalidade. (*O Alto Purus*, 1912, n.197, p 2).

Vale ressaltar que o retorno à administração da prefeitura do departamento deu-se em um período crítico, devido às consequências dos conflitos. Em documento expedido ao Ministro da Justiça e publicado no periódico *O Alto Purus*, o prefeito Tristão de Araripe, informou que

“o restabelecimento do regime legal” ocorreu após “combate de cinco horas”, em meio à “cidade abandonada, casas saqueadas e edifício da prefeitura reduzido a cinzas”.

Passada a luta armada e restituído ao cargo de prefeito desta capital o Coronel Tristão de Araripe conduziu com muita cautela esse segundo período de governo. À medida em que despachava os assuntos inerentes ao Departamento, também solicitava do governo da República providências para que o povo não voltasse a rebelar-se. Aos poucos as reformas foram ocorrendo no Acre, como noticiado no *O Alto Purús* em 1912, n°218:

A organização do regime municipal e a criação de uma prefeitura e reorganização do poder judiciário, com novos órgãos, para seu regular financiamento, revelam a preocupação em que está o governo de, sob moldes legais, outorgar ao Acre a autonomia que o povo legitimamente almeja. Mas, só uma conjugação de esforços e de boa vontade dos habitantes daqui, orientando-se numa sábia política de trabalho, de ordem, de moderação, de respeito à lei, ao princípio de autoridade, encarnado naqueles aos quais ora incube a administração desta terra, pode levar a bom termo os desejos magnânimos do governo da República. (*O Alto Purús*, 1912, n 218 p. 1).

O Departamento do Alto Purús sempre sofreu com as discontinuidades nas administrações locais, e esse cenário de revezamento de vários prefeitos, subordinado às determinações do governo da República, já era motivo de grande insatisfação por parte dos puruenses. “Um prefeito hoje, outro amanhã, era o cenário mutável e fugidivo que assistimos no decorrer de poucos meses. Demitidos sem nenhuma apuração de fato, mal chegava um, já o outro vinha atrás sobraçando as escondidas uma nomeação”. (*O Alto Purús*, 1912, n. 1 p 2).

Mesmo diante do retorno da gestão do prefeito Tristão de Araripe e diversas várias reformas políticas e administrativas, o cotidiano da cidade foi alterado e não conseguiu estabelecer-se com a tranquilidade necessária para o bom funcionamento na cidade. Assim, o governo da República decide realizar uma nova nomeação para o departamento.

O Sr. Samuel Barreira é nomeado para o cargo de prefeito, e o Sr. Bernardo Porto para o cargo de 1ª Sub-Prefeito. Ambos gozavam de amplo prestígio, não só do âmbito da administração da República, mas, às vistas do povo puruense.

O que será o governo de Samuel Barreira e Bernardo Porto, já se pode prever nos poucos dias em que os destinos deste Departamento se acham em suas mãos. Nem um ato de vingança, nem uma palavra de queixa, antes um olhar e uma fisionomia de esperança, mesmo naqueles que num orgulho de uma vitória fictícia os oprimiam há poucos dias é o que se nota em toda a população (*O Alto Purús*, 1912 n. 220 p 1).

‘O Alto Purus’ propagava discursos que deixavam claro o fracasso e a frustração residuais à gestão de Tristão de Araripe, e que promoviam Samuel Barreira e Bernardo Porto como instrumentos de redenção e pilares de “esperança”, conforme trecho subscrito:

1.2.7 Gestão Samuel Barreira (1912 a 1916)

Entre idas e vindas do cargo de prefeito da Cidade de Sena Madureira, Samuel Barreira colecionou muitos aliados e adversários. Muitos acreditavam que seu êxito na vida pública o conduziu ao reconhecimento e a um respeito que ultrapassou as fronteiras do Território do Acre. Quando prefeito interino, o governo da República o exonerou, mas após pressão da população acabaram revogando tal ato e reconduzi-lo ao cargo após três dias. Na ocasião, inclusive, diversas cartas foram enviadas aos poderes maiores na capital do país. Segue trecho de uma, dentre tantas:

Sabemos que as insinuações de alguns espíritos malévolos junto ao governo da República, haviam conseguindo a demissão do Dr. Samuel Barreira, Iº Sub-Prefeito deste Departamento, atualmente no exercício do cargo de prefeito, sendo nomeado para substituí-lo o Dr. José Martins de Freitas. A Notícia dessa demissão causou logo dolorosa e péssima impressão não só na capital da República, como muito principalmente nas duas grandes praças do norte, Belém e Manaus, cujo comercio vê no digno e ilustre funcionário a mais segura garantia para os largos interesses que mantem nesta zona [...] O governo compreendendo de relance que havia sido vítima de sua boa-fé, dando ouvido a insidiosas e infundadas acusações que não se pejaram de ir rojar-se aos seus pés, reconsiderou logo o seu ato, e cassou três dias depois a nomeação anterior, mandando que o Dr. Samuel Barreira se conservasse no seu cargo... (O Alto Purus, 1910, n. 132. P 2).

Samuel Barreira, sempre que foi solicitado, assumiu a prefeitura do Alto Purús com a missão de levar desenvolvimento à Sena Madureira.

Seu perfil de atuação era enérgico com relação às contas públicas do órgão. Até a criação da secção de contabilidade da prefeitura realizada na gestão do Dr. Godofredo Maciel Barreira permanecia como único prefeito a deixar registrado o trânsito financeiro, como consta em ofício do Sr. Rivadavia Côrrea ao ministro do Interior e Justiça, publicado no *O Alto Purús*, em 30 de abril de 1911, infra citado:

Da administração deste, de abril de 1909, a 19 de março de 1910 em que estive pela primeira vez em exercício, há apenas um balanço geral publicado no dia 18 de setembro, no número 130 do O Alto Purús, jornal oficial deste Departamento, dos que vos envio um exemplar. Do segundo período de sua administração, que começou em 19 de março e findo com a demissão em 9 de novembro do ano próximo passado, encontrei no arquivo da secretaria um livro caixa, de caráter particular e sem

formalidade legal, onde, entretanto se acham escrituradas com clareza todas as transações da prefeitura durante o seu governo. (O Alto Purus, 1911, n.191. p.01).

No dia 24 de novembro de 1912, o Jornal O Alto Purús publica em sua capa, duas matérias principais, sendo a primeira intitulada “Paz no Departamento do Alto Purús” e a segunda “Capitão Samuel Barreira”, ambas discorriam sobre a nomeação de Samuel Barreira para a prefeitura do Alto Purús, e sinalizavam o fato como sinônimo de sorte àquela região. A primeira reportagem valoriza e enfatiza as qualidades do então prefeito, e a segunda quase figura uma biografia do mesmo. Aponto, aqui, como suas características e peculiaridades foram avaliadas e descritas:

Poderemos, no entanto garantir a nossos leitores, que Samuel Barreira como prefeito, se militará exclusivamente a cumprir a nossa constituição, garantindo a cada um, os seus direitos de cidadão brasileiro, como amigos dedicados desta terra; será o portador de paz, irmã gêmea da felicidade, para o povo trabalhado e sóbrio, de quem é ele o mais entusiasmado amigo [...] não há, com efeito, quem de boa-fé conteste a entusiástica popularidade de que aqui dispõe o capitão Samuel Barreira, que soube pela Nobreza de seu caráter e pela amenidade e fidalguia de seu trato, conquistar a admiração e estima de todos, do mais opulento proprietário ao mais humilde trabalhador. (O Alto Purus, 1912 n. 220, p 1).

Antes do efetivo regresso do Dr. Samuel Barreira à cidade de Sena Madureira, ele se encontrava residindo na capital federal. Mesmo sendo nomeado no ano de 1912, só retornou ao departamento no ano seguinte, mais precisamente no dia 6 de março de 1913.

A magnitude da estima e do respeito do povo puruense por Samuel Barreira, pode ser expressada pelos trechos de um hino a ser cantado pelas crianças das escolas públicas da prefeitura do Alto Purús, destacados abaixo:

Grande amigo do povo é chegado, a esta terra que o quer e bendiz, terra amada a que foi reservado, um futuro risonho e feliz [...] Para os fortes ousado e valente, quando os fortes na luta o complicam, para os fracos bondoso e clemente, quando os fracos seu nome suplica [...] Quem conquista de um povo o louvor, Por seus feitos sublimes de glória, tem o nome em doirado lavor, entre heróis, imortais, na áurea da história. (O Alto Purus, 1913 n. 227 p. 02)

Pouco antes do regresso definitivo à cidade de Sena Madureira, Samuel Barreira nomeou um novo diretor para a imprensa oficial: o Sr. José de Alencar Mattos. O cargo de diretor de Higiene e Assistência Pública foi ocupado pelo Sr. Dr. Astolpho Margarido da Silva, e o de Inspetor Escolar pelo Sr. José Florêncio de Souza Leão. Este último já havia sido o professor responsável pela escola mista do bairro Cafesal.

Enfim, Samuel Barreira desembarcou no dia 06 de março de 1913, agora como prefeito efetivo em terras puruenses. Os registros oficiais evidenciam quão aguardado foi o momento pela população.

Os seus atos na passada administração, sempre pautadas nas normas do Direito e da Justiça, o critério com que resolvia os casos de mais difícil solução, impuseram-no a confiança dos seus governados de tal modo que se tornou o ídolo deste laborioso e heroico povo. Tem assim suas justificativas o delírio de sua recepção e o auge de entusiasmo que tocou a alma deste povo, que tanto sofrerá e via finalmente conseguindo sua maior aspiração com o seu regresso, no memorável dia 6 da corrente. (O Alto Purus, 1913 n. 234 p 2).

O impacto de suas ações, por muitas vezes extrapolava as fronteiras. Por isto, o Dr. Samuel Barreira era um homem respeitado e admirado não só pelos puruenses, mas por todos os líderes e homens importantes do Território do Acre. A exemplo, o mesmo promoveu um grande encontro a fim de deliberar sobre os assuntos de interesse geral, visando o desenvolvimento do Território. Seguem trechos do convite divulgado:

[...] tenho a honra de convidar-vos para virdes ou enviardes um representante autorizado e idôneo a esta cidade de Sena Madureira, a fim de que possamos em maio, vindouro apresentar ao Governo e Congresso, em memorial coletivo, a síntese das necessidades mais palpitantes do território... (O Alto Purus. 1913, n. 237 p 3).

Sob outro ponto de vista, há uma fala do diretor do jornal *O Alto Purús*, o Sr. Passos Galvão, que expôs seu juízo acerca da cidade de Sena Madureira e da dimensão do trabalho do prefeito Samuel Barreira. Vale destacar que a citação provém de entrevista concedida ao Jornal Folha do Norte, de Belém do Pará, no ano de 1915 - portanto, período em que o periódico não mais consistia em órgão oficial da prefeitura - . *O Alto Purús* republicou a matéria no dia 14 de março de 1915:

A cidade de Sena Madureira, ao qual a administração do Samuel Barreira tem felicitado, apresenta presentemente, isto é, ao tempo da minha estadia ali, um aspecto agradabilíssimo, com ares de cidade adiantada, onde a ação do homem se tem vantajosamente se manifestado, procurando dota-la de tantos melhoramentos imprescindíveis à salubridade e ao conforto de seus habitantes. (O Alto Purús, 1915 n. 334 p 2).

Outro que também em entrevista colaborou, por meio de suas palavras, para o engrandecimento de Sena Madureira e da gestão de Samuel Barreira, foi o Dr. Godofredo Maciel, que estando fora do Departamento, atendendo a pedidos, concedeu uma entrevista ao

jornal O Diário. A entrevista foi também publicada no periódico senamadureirense, no dia 21 março 1915, e trechos seus seguem abaixo:

As condições administrativas do Alto Purús, são, atualmente, as melhores possíveis. De dois anos a esta parte, o Purús goza de perfeita calma e paz, havendo ordem inalterável, não só em todos os ramos da administração pública como no meio da população, hoje disposta a empregar todos os esforços para a manutenção desse estado [...] os dois pontos principais de que tem preocupado Dr. Samuel Barreira, em sua administração, tem sido o desenvolvimento da Instrução Pública e o auxílio a lavoura local... (O Alto Purús, 1915 n. 336 p 1).

Estando no Departamento do Alto Purús, o Coronel Carlos Tristão de Araripe Norberto Júnior, ex-prefeito deste Departamento e atual integrante do Conselho Municipal no Departamento do Alto Acre, esteve a convite do prefeito Samuel Barreira fazendo uma visita por vários órgãos mantidos por esta prefeitura.

[...] o coronel Carlos Norberto trouxe magnífica impressão, segundo ouvimos, tecendo calorosos elogios à administração desta prefeitura e admirando-se do carinho com que é tratada aqui a instrução, apesar da escassez da verba que o governo federal destina as prefeituras do Acre (O Alto Purús, 1915 n. 341 p 1).

Durante sua gestão, a maior interferência administrativa se deu com a inauguração da Intendência Municipal de Sena Madureira, está sob administração do Sr. Coronel Julião Augusto de Almeida Sampaio. O documento que a instituiu foi o Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912¹⁶, da Presidência da República. Vale o destaque à divisão do município do Alto Purús em quatro circunscrições e a criação do Conselho Municipal de Sena Madureira.

Em meio à crise referente ao preço de mercado praticado pela borracha, o prefeito Samuel Barreira idealizou a fundação de uma cooperativa. A informação chegou inclusive a ser capa do jornal Alto Purús, que anunciou:

Sob o patriótico concurso das autoridades de Sena Madureira, no Departamento Federal do Alto Purús, acaba de ser levada ali a efeito a instalação de uma sociedade cooperativa, da qual fazem parte os produtores de borracha e agricultores, e cujo fim principal consiste em amparar e promover o desenvolvimento das indústrias locais [...] Registrando, portanto, mais esse fato da instalação de uma sociedade cooperativa no Acre, a primeira que se instala na Amazônia, e que virá concorrer para o florescimento do comércio e da indústria ali... (O Alto Purús 1914 ED 288 p 1).

¹⁶ Para mais informações a respeito da criação da Intendência Municipal de Sena Madureira oficializada por meio do decreto nº9.831/1912, acesse: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html>>

Samuel Barreira sempre se apresentava como conciliador. Seu retorno à Sena Madureira refletia justamente esta marca como gestor, afinal a cidade havia passado por um período de conflito: seu regresso ao cargo de prefeito trouxe tranquilidade ao cotidiano do povo puruense. Esse cenário foi favorável à promulgação de várias medidas importantes como a instituição do Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Alto Purús - 1914 até o término de seu mandato em 1916. Sobre este cenário sociopolítico favorável à governança, *O Alto Purús*, publicou a seguinte informação:

O nosso Departamento desde março de 1913, quando assumiu a administração da prefeitura o ilustre Dr. Samuel Barreira, tem fruído uma paz de tal forma admirável que, lá fora, supõem impossível em parte alguma do Acre viver-se sem ser em continuas lutas e desavenças. (O Alto Purús 1914 ED 323 p 1). E sobre o ano de 1913? Nem se quer uma palavra se leu, naqueles jornais, sobre desordens ocorridas neste Departamento – nem uma palavra. Positivamente essa observa observações tem sua significação, valem, por certo, alguma coisa. (O Alto Purús 1914 ED33 p 2).

Assim, a primeira seção efetiva o encontro do leitor com informações essenciais à compreensão do contexto deste trabalho, quais sejam: a formação territorial, administrativa e política do Departamento do Alto Purús. Para tal, foram consideradas informações contidas no período entre sua fundação, enquanto departamento de um território federado, percorrendo as sucessivas gestões na cidade de Sena Madureira, até o término do mandato do prefeito Samuel Barreira em 1916.

3 A CRIAÇÃO DO JORNAL O ALTO PURÚS E SEU PROTAGONISMO NA DEFESA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SENA MADUREIRA

Os impressos representam significativos mananciais de informações sobre o repertório de uma época e sobre os usos que dele faziam seus colaboradores. Nele se fazem presentes projetos, opiniões, conflitos e debates, que apontam a complexidade de interesses e experiências dos indivíduos e dos contextos em que se inscrevem (SILVA; NASCIMENTO; ZICA, 2010, p.233).

3.1 COMO TUDO COMEÇOU...

No dia 24 de Fevereiro de 1908 houve a distribuição para todo o Território Federal do Acre da primeira edição do jornal “O Alto Purús”, instituído como órgão oficial da prefeitura departamental¹⁷. Com sede na cidade de Sena Madureira, tornou-se para todo o território um dos mais importantes periódicos a circular na região. Dominicalmente percorria ruas, varadouros e rios, levando as mais variadas informações a respeito dos acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

O periódico foi fundado na gestão do então prefeito Cândido Marianno, o qual convidou o capitão Samuel Barreira para participar da criação e direção, conjuntamente ao Sr. Álvaro Leitão, em 1908. Estes últimos foram os responsáveis pelas primeiras edições.

Logo nas primeiras páginas, O Alto Purús apresentou-se como instrumento oficial, referindo suas finalidades:

Como órgão oficial dos poderes públicos neste departamento, O Alto Purús enceta hoje sua publicação e se manterá dentro dos limites que lhe são destinados, podendo apenas tratar, a parte os assuntos officias, dos de interesses gerais da República e com especialidades dos que afetaram a grandeza e prosperidade do Território do Acre e deste departamento [...] É pensamento exclusivo de a sua administração utiliza-lo para a publicação dos atos emanados dos governos Federal e do Departamento, que se relacionem com os interesses gerais da República e que de perto afetem os interesses particulares do Território do Acre e da Prefeitura do Alto Purús [...] O Alto Purús absolutamente alheio à política e a questões partidárias, tem por fim exclusivo contribuir com o concurso inerente as suas forças para o engrandecimento deste longínquo e ainda ignorado canto da futura nação brasileira, já apelando para os poderes públicos da República, já o tornando conhecido de todo o resto do país, onde infelizmente ainda se faz uma ideia falsa e irrisória sobre a vida, hábitos costumes e desenvolvimento material dos seus habitantes. (O Alto Purús, 1908, p. 01).

¹⁷ O jornal O Alto Purús foi fundado pela prefeitura do Departamento do Alto Purús, portanto, é um jornal oficial, criado e mantido pelo poder publicou, atuou no maior período de sua existência como um setor de comunicação oficial da prefeitura.

Apesar de ser um órgão oficial da Prefeitura do Alto Purús o jornal faz questão de relatar em sua primeira publicação seu posicionamento apartidário - a informação é de difícil concepção, tendo em vista que todos os funcionários responsáveis pelo periódico neste primeiro momento, apesar de voluntários, estavam profissionalmente vinculados à prefeitura. O encerramento da coluna de apresentação expõe como finalidade central o progresso geral do departamento.

Mesmo diante de suas exposições anteriores, com um ano de existência, os editores reconhecem que comumente sobressaíram suas ideologias, diante da impossibilidade da neutralidade perante a informação.

Se algo contrariamos foi obedecendo aos nossos princípios e convicções arraigadamente republicanas; não só por isto como também por entendermos que sendo a República a única forma de governo compatível com a nossa índole, nossos costumes e nossas aspirações, devemos todos trabalhar pela sua grandeza, pelo seu predomínio. (O Alto Purús 1909, N. 53, p 1).

Prática recorrente, em 25 de fevereiro de 1911, data correspondente ao aniversário de três anos, houve um espaço no corpo do jornal reservado a lembrar o porquê da existência daquele veículo de comunicação, bem como sua missão.

É interessante notar a ênfase sempre dada à afirmação de que, apesar de ser um órgão oficial da prefeitura, o periódico manterá a neutralidade, como forma de divulgar os atos da prefeitura, mas acima de tudo defender os interesses do povo puruense. A dita imparcialidade é incongruente com diversas notícias publicadas inclusive nesta mesma edição do jornal.

Não tem a pesar na balança de seus méritos a vitória dos partidos, nem outro ideal até hoje os encantos, senão o de servir a causa pública nas suas mais legítimas aspirações [...] Órgão oficial da prefeitura deste Departamento, ele não tem sido um simples repositório de expedientes, mas um combatente assíduo do engrandecimento de nossas riquezas, aventando os mais bem estudados problemas, de grandezas e melhoramento públicos [...] As suas páginas sem choque de ideais, sem fulgurações de pensamento, sem atrativos de leitura ai estão, mas repletas de informações que são repositórios fieis de toda engrenagem de nossa vida local, no ramo administrativo, ou fontes de largas considerações sobre palpitantes necessidades da região [...] Leal ao dever que lhe deu a impossibilidade que cerca todos os jornais do governo, tem mantido sempre até hoje a mais meticulosa severidade de opinião, não intervindo em questões que afetam interesses partidários ou espírito de facções [...] Assim constituído para publicidade dos atos de administração no Departamento, ele representa também um fator de grande estímulo e eficaz incentivo para a prosperidade de nossas riquezas [...] Um jornal oficial, frio, pesado, como soem ser todos, pouco representa para os exaltados do sentimento, mas para os que acompanham com interesse os atos do governo, ele tem o valor de uma grande conquista que só as ideias democratas podiam desvelar as consciências dos livres cidadãos de hoje. (O Alto Purus, 1911, n. 141 p 2).

A neutralidade pessoal na perspectiva do escrito torna-se uma missão quase impossível na visão de alguns pensadores, para outros sequer chega a ocorrer.

O jornal tende a personificar as especificidades ideológicas de seu editor e/ou diretor, por mais que anseie transparecer que os profissionais têm capacidade de acessar dados e esclarecer fatos da forma mais imparcial possível ao ser humano.

A realidade de uma narrativa nunca ocorre acanhada das singularidades pessoais e posição social do indivíduo. Assim, muitas vezes, a neutralidade no texto jornalístico se torna um produto exigido para sua comercialização.

Porém, nessa perspectiva para a valorização da credibilidade do órgão de comunicação é importante que o mesmo alcance a sobreposição da objetividade à imparcialidade alcançando a maior veracidade possível da situação narrada. A respeito dessa reflexão, expõe uma fala de BIROLI e MIGUEL, que diz;

Na qualidade de vinculação da narrativa ao mundo real, a objetividade é balizada por estes dois ideais complementares, que sustentam as pretensões de escolha não enviesada dos fatos a serem reportados e de narrativa isenta e factual. O grau de adesão a esse conjunto de ideais determina a respeitabilidade dos órgãos e dos profissionais de imprensa, interna ao campo, e a credibilidade de suas informações, externa a ele. (Opinião Pública 2012. p, 04)

O Alto Purús exercia várias funções informativas, todavia sua prioridade estava na missão de anunciar os atos oficiais dos poderes constituídos, apresentando, portanto, a natureza de um “Diário Oficial” da prefeitura. Tal prática era comum à época, em algumas regiões, como se pode observar em um circular enviado pela União ao departamento:

[...] a fim de esta diretoria, constantemente informada, possa fornecer as informações que lhe são pedidas de vários países da Europa por intermédio das suas delegacias, venho solicitar a vossa excelência as necessárias providencias para que seja enviado regulamento a esta missão e Diário Oficial ou o jornal que publique os atos oficiais desta prefeitura”. (O Alto Purús 1909, ed.56, p 1).

Nessa perspectiva, o periódico era responsável por publicar circulares, memorandos, ofícios recebidos e expedidos, balanço financeiro da prefeitura, nomeações e exonerações de agentes públicos, enfim, todo e qualquer ato executado pela prefeitura. Todavia, inclusive no intuito de fidelizar uma categoria de leitores ao periódico que não incluía agentes públicos, o jornal ultrapassava esta fronteira, e expunha concomitantemente notícias diversas, colunas

literárias, e colunas livres - estas últimas, permitiam a publicação de matérias diversas, por quaisquer pessoas, mediante pagamento.

Assim, registraram-se as primeiras linhas do jornal *O Alto Purús* (anexo B).

Durante a vigência do periódico, a concorrência por outros jornais no departamento era quase inexistente. Nenhum deles conseguiu consolidar-se no departamento, exercendo a periodização regular de publicações, como *O Alto Purús*.

O Alto Purús encontra-se arquivado na plataforma digital “Hemeroteca”, da Biblioteca Nacional. É provável que a irregularidade nas publicações dos outros periódicos, tenha inviabilizado o conhecimento e acesso aos mesmos atualmente, todavia sabe-se da sua existência pelas menções no próprio jornal *O Alto Purús*. A exemplo, no dia 25 de agosto de 1912, publicou as seguintes considerações acerca do jornal ‘Brasil Acreano’:

Bem ao começo da administração atual, quando o ex. Sr. Coronel Tristão de Araripe não se ocupava de seus inimigos hoje aqui existentes senão para lhes deferir as petições e os conservar nos empregos, havia nesta cidade o Brasil Acreano, órgão dos descontentes calculados, com a missão exclusiva de apregoar, do modo mais petulante, todos os males que inventava, e de ocultar com esforço o bem mais evidente. (*O Alto Purús*, 1912, n. 206, p 1).

Com relação ao periódico supracitado, é notável que o mesmo atuava como órgão de imprensa “opositor” à gestão de alguns prefeitos, possuindo ideologia partidária definida e defensora de alguns, como Samuel Barreira. O próprio jornal *O Alto Purús* revelou fatos convenientes a serem refletidos, como por exemplo, suas fortes críticas aos mandatos passados de prefeitos deste departamento, ao tempo que era enfatizado o nome do Sr. Samuel Barreira, reforçando a percepção de que o periódico não apresentava-se apartidário como alegava em suas edições. Tal afirmativa aporta-se em uma publicação do *O Alto Purús* datada de 23 de dezembro de 1912, diz que;

A 19 da corrente reapareceu esse nosso colega, órgão do povo, de cujos direitos é estinho defensor. É ele órgão do Partido Progressista deste Departamento, consequentemente, órgão político. Na política, vem de há muito tempo sustentando uma renhida e brilhante campanha, em prol da reintegração do ex. Sr. Dr. Samuel Barreira no alto cargo de prefeito, de que havia sido destituído, por motivo de caprichos pessoais, ou, aliás, interesses mesquinhos, inconfessáveis, do que acabam de se convencer o ex. Sr. Presidente da República e o seu eminente secretário da justiça. (*O Alto Purús*, 1912, n 224 p 2).

Essa subseção apresenta como o periódico *O Alto Purús* foi constituído, porém demonstra que tal veículo de comunicação não tem natureza exclusivamente informativa ou

equiparada a um ‘diário oficial’. O jornal constituía veículo de propaganda dos governantes, na busca de promover popularidade a cada gestão.

Diante das exposições realizadas, é essencial analisar *O Alto Purús* e suas especificidades sob diferentes pontos de vista.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No primeiro ano de fundação do jornal *O Alto Purús*, suas edições continham os termos “ÓRGÃO OFICIAL” e “PREFEITURA DO ALTO PURÚS/TERRITÓRIO DO ACRE”. Ambas as informações eram enfatizadas pela apresentação no cabeçalho, em letras maiúsculas. Segue a baixo a capa da primeira edição do jornal *O Alto Purús*, publicado no dia 24 de fevereiro de 1908.



Estruturalmente, dividia-se cada folha do periódico em quatro colunas, sendo que as primeiras informações intituladas “expedientes” descreviam os valores de assinaturas, valores para publicações particulares, datas limites para solicitar publicações, dias da semana de circulação do jornal e identificava, nominalmente, o(s) diretor(es) responsável(is) pelo periódico.

Desde sua criação em 1908, o jornal *O Alto Purús* possuía um espaço relativamente grande dedicado às propagandas. Logo na primeira edição, foram publicadas 18 propagandas dos mais variados gêneros, demonstrando o quanto era diversificado o capital financeiro e comercial na ainda recém-criada cidade de Sena Madureira.

Diante do cenário de crise financeira no ano de 1908, oriundo do preço praticado no mercado da borracha, o periódico já iniciou a distribuição de seus exemplares praticando preços ajustados à realidade econômica local. Pelos valores de 30\$000 anuais, 16\$000 por semestre ou 9\$000 por trimestre também era possível a assinatura por leitores domiciliados fora do departamento. Já os anúncios e outras publicações particulares eram feitas à razão de 300 reis a linha do corpo 8 do periódico. Convertendo¹⁸ os valores aos dias atuais, cada mil réis equivale a cento e vinte e três reais.

Assim como o cargo de prefeito no Território Federal do Acre, o comando do jornal também estava vinculado às nomeações do prefeito em exercício, razão pela qual também houve grande rotatividade no cargo de diretor. Na maioria das vezes, este era ocupado de forma cumulativa pelos indicados para assumirem a Secretaria da Prefeitura do Alto Purús. Por isso, já em 1909, o Sr. Luís Fonseca passou a incorporar a redação de *O Alto Purús* na condição de chefe.

2.3 UM JORNAL, VÁRIOS DIRETORES

Samuel Barreira foi o primeiro diretor do *O Alto Purús* - cargo que dividiu com Álvaro Leitão -, até 1909, quando assumiu a prefeitura do departamento na condição de primeiro Sub-Prefeito. Nesta ocasião, nomeou Odorico Rangel para o cargo ocupar o então vago de diretor do jornal.

Odorico Rangel era amigo de Barreira, conforme entendimento que o cargo de diretor deveria ser confiado a pessoas próximas do prefeito em exercício, pois como principal meio de comunicação, o ato de 'dar a ler' ao povo puruense era fundamental para manter a harmonia do trabalho de uma gestão. Todavia, em 12 de junho de 1910 no retorno de Cândido Marianno as atividades como prefeito departamental, Samuel Barreira reassume o cargo de diretor do jornal.

Na edição de nº123, *O Alto Purús* publicou uma breve retrospectiva a respeito do período de governo do então prefeito Cândido Marianno (1905-1910). Nessa matéria, é

¹⁸ <<http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>>

encontrada a seguinte afirmativa: “vieram à tona da publicidade três periódicos, em meio até então pouco propício a leitura e as belas letras. ”, o que autentica a existência de outros periódicos na cidade de Sena Madureira.

Até a edição de número 123, publicada no dia 10 de julho de 1910, mesmo sendo um órgão oficial da prefeitura, ocorreu a personificação do jornal na figura do diretor geral, pelo destaque ao seu nome na capa. Subentende-se que qualquer pendência poderia ser resolvida se tratada diretamente com o diretor, centralizando o poder de decisão. Todavia, a partir da edição de número 124, datada de 24 de julho de 1910, ocorreram mudanças e já não constava o nome do diretor geral na capa do jornal. Ao invés disto, o mesmo recomenda que quaisquer problemas, correspondências ou publicações possam ser endereçadas para a redação do *O Alto Purús*, sugerindo maior autonomia e liberdade do jornal no tocante as decisões a serem tomadas.

No período em que assumiu a prefeitura pela segunda vez na condição de prefeito interino, no dia 19 de julho de 1910, o Dr. Samuel Barreira nomeou o Sr. Victor Manoel de Freitas como diretor do jornal. Todavia, quando em novembro Samuel Barreira deixa o cargo, o novo prefeito nomeia o Dr. Romeu Estellita no dia 25 de dezembro do corrente ano para assumir a direção.

Em 1911, mais precisamente a partir de fevereiro, o Sr. Otavio Varella na condição de secretário da prefeitura assume também o cargo de diretor do Jornal. Em março do mesmo ano, quem assume a direção do jornal é Sr. Soares Bulcão, também secretário da prefeitura na gestão do Dr. Godofredo Maciel.

Outra mudança ocorreu no dia 17 de março de 1912, no cargo de prefeito no Departamento do Alto Purús, que consistiu na exoneração do Sr. Cândido Marianno para o cargo de prefeito e ulterior nomeação do Coronel Tristão Araripe pelo alto poder da República. Logo, no dia 04 de abril, foi publicada no jornal a portaria emitida pela prefeitura do departamento nomeando o Sr. João Gonçalves Chaves diretor do *O Alto Purús*. São notórias a instabilidade e a rotatividade vinculada entre os cargos de prefeito e diretor do jornal.

Com o retorno efetivo de Samuel Barreira ao cargo de prefeito do Departamento do Alto Purús no ano de 1912, o mesmo nomeia o Sr. Major Henrique Soares Pereira para o cargo de Diretor da Imprensa Oficial. Todavia, pouco antes de sua chegada ao Departamento em 1913, ele nomeia o Sr. José de Alencar Mattos para o cargo, estando Samuel Barreira na capital da República, demorou alguns meses para chegar à cidade de Sena Madureira. Almejando uma boa administração, logo que desembarca muda novamente o diretor do jornal. O trecho a seguir

visa justificar o quão é delicada a escolha de diretor, para a gestão de um órgão oficial senamadureirense.

É órgão oficial, fundando, quase que exclusivamente, para as publicações dos atos da prefeitura; entretanto, sem afastar-se do seu objetivo, não tem ele se descurado dos problemas sociais, por isso que tem estado sempre ao lado das boas causas, na defesa extremada dos princípios fundamentais da sociedade. (O Alto Purús, 1913, n.232, p.1).

O então nomeado prefeito efetivo do Departamento do Alto Purús, Dr. Samuel Barreira, ao chegar no dia 06 de março de 1913 nesta terra, tratou logo de iniciar os trabalhos. Dentre as primeiras resoluções promulgadas por ele está um documento que regulamenta as atividades internas da imprensa oficial da prefeitura, publicado no dia 30 de março de 1913. Este documento oficial era o primeiro a dar clareza no tocante às competências de cada funcionário do periódico, os cargos exigidos para o funcionamento do jornal, dentre outras disposições.

2.4 A INSERÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

A crise financeira se alastrava no decorrer de todo o ano de 1911, alcançando inclusive a sede da redação do jornal O Alto Purús. Esta encontrava dificuldades financeiras devido à elevada inadimplência de seus assinantes e aos sucessivos cortes de repasses financeiros da prefeitura. Assim, houve o entendimento de que;

[...] devido à nova organização dada ao Alto Purús, cuja relação e direção material, por motivo de economia, ficaram a cargo do secretário da prefeitura, foi dispensado do lugar que exercia no mesmo jornal o Sr. Luís Fonseca Milanez (O Alto Purús, 1911, n 143, p 3).

Diante do novo contexto em que estava inserida, a prefeitura resolveu no dia 20 de abril de 1913, surpreendentemente no próprio jornal O Alto Purús, publicar na parte reservada aos editais da prefeitura a concorrência pública para o arrendamento das oficinas da imprensa oficial.

Devido às dificuldades financeiras para manutenção da estação radiográfica e do órgão de comunicação oficial, tomou-se a medida de arrendar o órgão, sendo que uma das cláusulas de destaque delimitava o arrendamento por um período máximo de até cinco anos. A Resolução °8, assinada pelo prefeito Samuel Barreira, considera devidamente arrendadas as oficinas da

imprensa oficial desta prefeitura, ficando extinta a mesma, mantida pelo poder público e dispensados todos os funcionários que nela exerciam suas atividades.

Após essa transição, O *Alto Purús* tornava-se como anunciado na parte superior de sua capa, um órgão dos interesses gerais do departamento.

Inicialmente não houve grandes mudanças estruturais no jornal. Contudo, por deixar de ser um órgão oficial, foi retirado o brasão da República de suas capas, as páginas passaram a ter mais uma coluna, chegando a cinco. Quando a publicação era a respeito de alguma lei ou regulamento, a mesma era disposta em três grandes colunas.

Estando sob a direção do Sr. Manoel dos Passos Galvão, continuava a circular de forma dominical. Dentre as primeiras grandes mudanças que ocorreram, convém elencar a criação da intitulada “Coluna Livre”, na qual através de pagamento, uma pessoa poderia fazer publicações de interesse próprio. Este não era espaço para anúncios, mas para publicações referentes a assuntos diversos. Como se pode observar a seguir:

COLUMNALIVRE

DECLARAÇÃO

Adelbert H. Alden, Limited, communica ao commercio e a quem interessar possa que, desde primeiro de janeiro do corrente anno, assumiu inteira e unica responsabilidade pelo activo e passivo da sociedade que gyrava sob a firma E. F. Temporal, em liquidação, com séde em São Pedro do Icó, Departamento do Alto Purús, Territorio Federal do Acre, conforme balanço procedido em 31 de dezembro de 1912, e a escriptura Publica lavrada em notas do tabellião Cezario Pinto de Mesquita do segundo termo da comarca de Senna Madureira.

Pará, 7 de abril de 1913.

E. F. Temporal, em liquidação, com séde em São Pedro do Icó, Departamento do Alto Purús do Territorio Federal do Acre, communica ao commercio e a quem interessar possa que, desde primeiro de janeiro do corrente anno, transferiu todo o seu activo e passivo a Adelbert H. Alden, Limited, conforme a escriptura publica lavrada em notas do tabellião Cezario Pinto de Mesquita, do segundo termo da comarca de Senna Madureira.

Pará, 7 de abril de 1913.

P. p. E. F. Temporal, em liquidação.
(Assignado) Antonio Pinto do Areal Souto.

Outra mudança significativa ocorreu nos preços da assinatura praticados: para a cidade seriam de 15\$000 anual, 9\$000 semestral e 300 para um número avulso. Já para o interior do

Departamento os valores eram de 30\$000 anual e 16\$000 semestral. Assim, iniciava-se um novo ciclo na história da imprensa escrita e na cidade de Sena Madureira, sobretudo para o Departamento do Alto Purús. O próprio jornal mencionou:

O Alto Purús inicia hoje uma nova fase, deixando de ser órgão oficial da prefeitura, em virtude do contrato lavrado desde 16 corrente. Continuaremos a publicação de todos os expedientes da prefeitura e iniciamos o da Intendência Municipal, recentemente instalada e já regularmente funcionando. Com um preito de homenagem as tradições do Departamento, concordamos na permanência do mesmo nome de Alto Purús, pois traduz a denominação geral de todo o Departamento e nenhum melhor podia substituí-lo por isso que foi o primeiro jornal que circulou nessa região [...] Procuraremos, na medida de nossas forças e de acordo com os recursos de que dispõe o nosso meio, editar um jornal que seja o genuíno representante dos interesses gerais de Sena Madureira; torna-lo noticioso, já retratando as principais ocorrências de nossa cidade [...] No nosso posto aqui permaneceremos sempre prontos a trabalhar pelo engrandecimento desta terra que julgamos de imenso futuro. (O Alto Purús 1913 n 1 p 2).

No relatório produzido e apresentado pelo prefeito Samuel Barreira ao Ministro da Justiça e Negócio do Interior, o mesmo escreve a respeito do arrendamento das oficinas do jornal O Alto Purús, sustentando a tese de que a economia seria muito grande os cofres da prefeitura. Tal medida é apresentada como enormemente necessária:

Logo ao assumir o exercício de prefeito, no ano findo, verifiquei a excessiva verba, cerca de 40:000\$000 (Quarenta contos de réis) despendida pela prefeitura com a referida imprensa, motivo por que resolvi abrir concorrência para arrendá-la, como fiz pela Resolução N.8, seguida do respectivo contrato, ambos a estes anexos. Presentemente a prefeitura gasta apenas com a publicação de seu expediente a quantia de 12:000\$000 (Doze contos de réis) anuais. (O Alto Purús, 1914, n 284 p 1)

Na edição do Alto Purús do dia 22 de fevereiro de 1914, o mesmo faz referência à data 24 do corrente mês, referente ao aniversário de sete anos do jornal que muito teria contribuído para informação desse departamento. Foi ressaltado o protagonismo do Dr. Samuel Barreira nos fatos que envolvem o periódico.

Já a esse tempo era um dos fortes colaboradores do progresso desta cidade, o exm. Sr. Dr. Samuel Barreira, que tomou parte ativa na fundação deste jornal, como se vê do número inicial, presentemente muito raro. De então, até hoje, tem tido o Alto Purús diversos diretores, até a fase atual quando deixou de ser órgão oficial trazendo esta medida em boa hora tomada pelo prefeito deste Departamento uma considerável economia para os cofres da prefeitura, desde 25 de maio do ano findo.

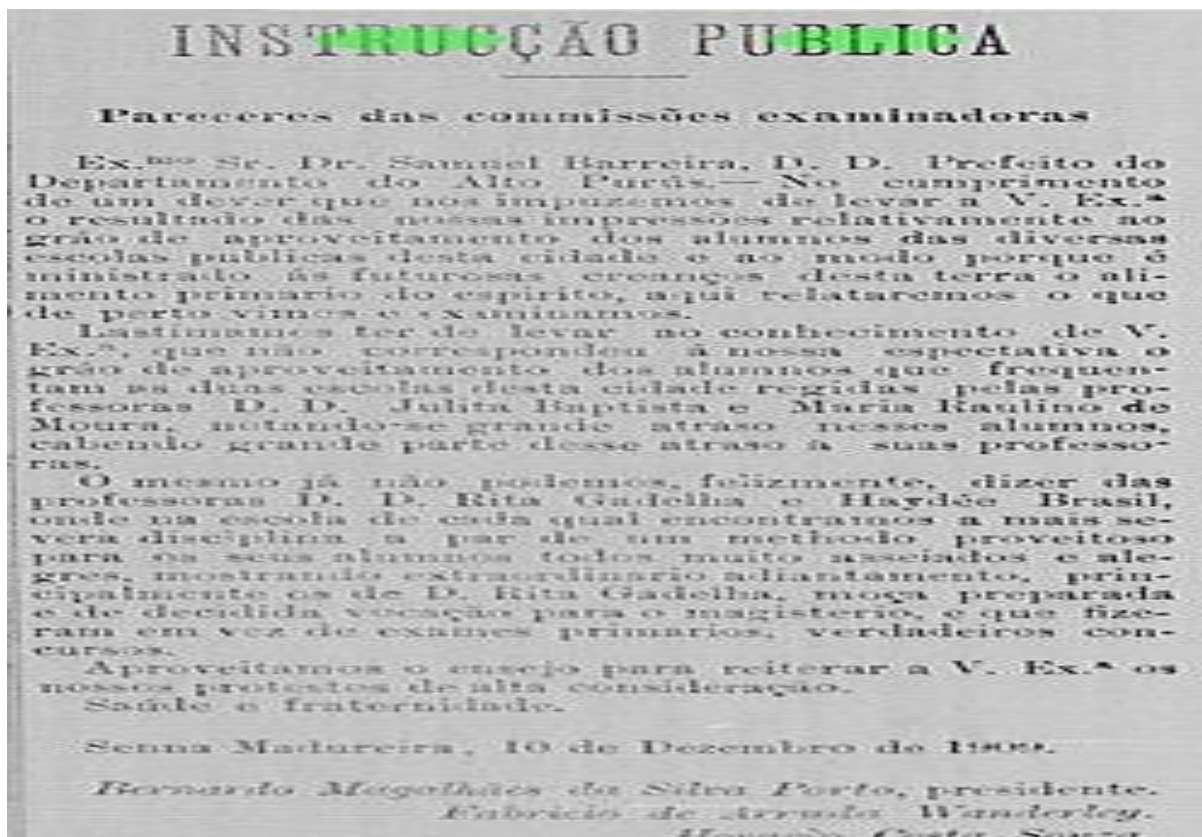
No dia 9 de abril de 1916, é assinado um novo documento da prefeitura do Alto Purús pelo Sr. Passos Galvão, diretor e arrendatário do jornal, no qual revogava o acordo de

arrendamento. Assim, a oficina e todo serviço do periódico *O Alto Purús* voltavam a ser de responsabilidade na prefeitura, e o mesmo deixava de ser órgão de comunicação independente, para retornar à condição de órgão de comunicação oficial.

Na edição do jornal de 16 de abril de 1916, o mesmo já publicou seu novo perfil e declarou a respeito dos dividendos do jornal, por meio da seguinte nota:

Tendo sido assinado a dez do corrente a rescisão do contrato existente entre a prefeitura deste Departamento e o Dr. Manoel dos Passos Galvão, firmando em 16 de maio de 1913 para o arrendamento das oficinas do Alto Purús, ficam sobre a responsabilidade daquele Sr. todos os negócios referentes ao Alto Purús até o dia 9 do corrente. (*O Alto Purús*, 1916, n. 392, p 1).

Mesmo diante de tantas variações administrativas, o jornal *O Alto Purús* manteve sua linha editorial, quase não variando com relação à forma como se dava a ler suas notícias. Dentre as mudanças ocorridas em 1916, houve aumento de número de páginas do jornal, passando de quatro para uma variação editorial de seis ou até sete páginas. Apesar do retorno ao caráter oficial, o jornal manteve os espaços dedicados a instrução pública, lançando coluna a respeito.



2.5 EM DEFESA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

O jornal O Alto Purús, seja na versão de órgão oficial ou na privada ‘independente’, sempre assumiu e defendeu a Instrução Pública como sendo a principal força propulsora para o desenvolvimento não só do Departamento do Alto Purús, mas de o Território do Acre. Sempre tratou com responsabilidade e firmeza as informações referentes à Instrução Pública, inclusive criando um espaço específico para o tratamento do tema, fato que representa o compromisso assumido pelos diretores que estiveram à frente do jornal.

Foi a partir do dia 15 de novembro de 1910, que o jornal O Alto Purús deu início a uma nova coluna em seu periódico, intitulada “Instrução Pública”. O espaço tinha cunho informativo à respeito do ensino no Departamento do Alto Purús. Eram publicados muitos relatórios assinados pelo secretário da prefeitura, e por vezes pelo inspetor escolar, bem como informativos referentes a: números de matrículas, frequência média de alunos, abertura de escolas e investimentos na área. As condições dos materiais escolares eram vistoriadas e os livros inspecionados, além de haver submissão de curtos exames a fim de aquilatar o nível de conhecimento adquirido pelos alunos.

A primeira publicação da coluna “Instrução Pública” encontrada durante esta pesquisa resultou no achado de rico relatório a respeito de visitas que foram realizadas nas escolas existentes no Departamento do Alto Purús no ano de 1910. Este trabalho fora confiado à comissão composta pelo Sr. Luís Santos, na época secretário da prefeitura na gestão do Dr. Samuel Barreira, e pelos ilustríssimos Srs. Dr. Carlos Ribeiro, diretor interino de Higiene do Departamento e do Sr. Horácio Costa Souza, inspetor escolar.

Em 1911, a primeira coluna exclusiva sobre a Instrução Pública apareceu no dia 25 de fevereiro, exercendo nova função: o espaço seria responsável pela divulgação dos resultados dos exames finais dos alunos das escolas públicas de Sena Madureira. Estas publicações eram referentes a todas as quatro escolas de ensino primário, mais a escola de prendas¹⁹. Os resultados não vinham acompanhados de notas, mas de conceitos assim definidos: “aprovado plenamente”, “aprovado”, “aprovado simplesmente” e “aprovado com distinção”. Todavia, não

¹⁹ Escolas de prendas, eram instituições de ensino voltada para a oferta do público feminino, consistia na instrução de ‘coisas consideradas para as mulheres’ como; bordado, costura e cozinha. <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>, acessado em 10/10/2017.

foram publicados quaisquer nomes das pessoas que compuseram a comissão responsável pela função.

Em 09 de abril de 1911, a coluna trouxe, de forma esclarecedora, informações a respeito do que poderia ser considerado uma “minirreforma na área da Instrução Pública”. O então prefeito, Dr. Godofredo Maciel, realizou o agrupamento das 1ª, 2ª e 3ª escolas pública - todas funcionariam no mesmo endereço: um prédio à frente da Praça 25 de Setembro. Acreditou-se que a proximidade física traria resultados pedagogicamente positivos, ao facilitar a troca de experiências entre os professores.

[...] o prefeito deste Departamento atendendo as necessidades urgente de organizar a instrução regulamenta-la dar-lhe a amplitude conveniente acaba de tomar as medidas precisas, e estas, no intuito de sistematizar, o ensino, divulgando-o mais possível e nada poupando para que ele corresponda às necessidades do nosso meio.

Já em 1912, a coluna “Instrução Pública” apareceu pela primeira vez no dia 14 de janeiro, sob a edição de nº184. Na oportunidade, teve-se em apresentar os resultados referentes aos exames finais dos alunos matriculados nas escolas públicas do Alto Purús. Todavia, desta vez divulgou duas categorias inéditas de aprovação: “aprovado com distinção e louvor” e “aprovado amplamente”. Outra questão importante foi a inserção das novas escolas - a 5ª, a 6ª escola e o Grupo Escolar - nos exames finais.

A divulgação do resultado dos exames escolares não possuía apenas caráter informativo, mas também publicitário, na perspectiva de que dava visibilidade a gestão dos prefeitos que se encontravam no governo do departamento do Alto Purús. Esta inferência parte do entendimento que a Instrução Pública sempre figurou entre as principais bandeiras levantadas para o desenvolvimento local, e que, nestes resultados, os alunos do ‘Grupo Escolar’ apresentavam média acima das demais escolas.

Portanto, a exposição da aprovação dos alunos pertencentes ao departamento à população, principalmente daqueles que compunham o grupo escolar, reforçava o compromisso dos prefeitos com a Instrução Pública, e representava o sucesso da criação do grupo escolar e seus métodos modernos de ensino na construção do conhecimento.

No que concerne à organização pedagógica da escola primária, é preciso ver nas prescrições sobre os programas de ensino e nos exames as faces de uma mesma estratégia de modelação das práticas docentes e das condutas dos alunos. A seletividade do ensino (o sistema de exames e avaliações) foi um dos fatores determinantes na consagração de um modo de ensinar e aprender comumente utilizado nas escolas elementares ao longo do século XX. (SOUZA, 2009, p.105)

O rigor dos exames públicos e toda a pompa que envolvia esse momento pode ser interpretado com um recurso de legitimação dos grupos escolares perante a sociedade. Mais do que um ato burocrático e/ou pedagógico, eles representavam um ato político, pois davam visibilidade a ações do governo diante das famílias e de figuras de destaque na cidade. Os alunos eram examinados de forma explícita, mas outras formas de exame (ainda que simbólicas) ocorriam nesses rituais: a comunidade examinava a escola; as famílias examinavam o trabalho do diretor e do corpo de professores, os inspetores examinavam a atuação da direção dos docentes; o diretor examinava o desempenho das professoras através dos resultados de seus alunos e as professoras examinavam sua classe. Os alunos por sua vez, examinavam o desempenho dos colegas e eram examinados por todas as outras instancias. (SILVA, 2014, p. 110)

Após muito tempo sem nenhuma publicação referente à coluna da “Instrução Pública”, no dia 27 de abril de 1913 o Jornal O Alto Purús a publica com bastante entusiasmo. Afinal, o prefeito Samuel Barreira havia retornado à cidade de Sena Madureira e ao cargo de prefeito do Departamento, após muitas entrevistas concedidas antes de seu regresso e já narradas aqui anteriormente. A coluna inicia como verdadeira propagadora de boas novas, ou melhor, anunciadora da grande mudança, organização e avanço.

Já não falta a criança a luz que lhe deve iluminar o espirito infantil e descuidoso. Não falta a infância os meios necessários à sua educação primária, por que a Instrução Pública está nesse Departamento mais ou menos regularizado, graça a boa e criteriosa administração do atual prefeito. Reorganizar e difundir por toda a extensão do Departamento o ensino público foi sempre um desejo ardente do Sr. Dr. Samuel Barreira, objetivo repetidamente manifestado em todas as ocasiões que se lhe deparava o ensejo de falar sobre a vida e os negócios do Departamento do Alto Purús. (O Alto Purús 1913 Ed. 239 p. 03).

Todavia, a maior parte da coluna foi destinada ao combate daquela que há muitos anos vinha sendo a maior vilã para o bom desempenho da Instrução Pública neste Departamento - a frequência escolar. Destacava-se nada valer a reorganização do ensino, a contratação de bons professores e a expansão do número de escolas sem a necessária frequência escolar nas escolas do departamento, e o papel dos responsáveis pelos estudantes neste processo, afinal apoiar o ensino seria “... um dever a que não deve faltar o cidadão que deseja a grandeza moral de seus tenros e estimados descendentes” (O Alto Purús 1913 Ed. 239 p. 03).

Era claro na coluna que a gestão do atual prefeito estaria fazendo o melhor para garantir instrução primária de qualidade às crianças do Departamento e que não aceitará a continuidade de tal prática. Todavia, é importante salientar que o problema da falta de frequência regular nas escolas deste departamento não era resultante exclusivo do entendimento da família de que a instrução não era necessária ou não que o colégio não atendia às demandas da escolarização da criança. Acima de tudo, fatores como o modo de vida e de produção em uma comunidade

formada quase que exclusivamente por seringueiros, as moradias afastadas das escolas, a suscetibilidade ao clima extremo da selva amazônica e a importância do extrativismo familiar, resultavam na dificuldade dos pais em acompanhar o empenho e frequência escolar dos seus.

Após muito tempo, a coluna Instrução Pública volta a fazer parte do *O Alto Purús*, na época não mais jornal oficial. Nesta edição, em 6 de junho de 1915, ganhou notório destaque ao ser publicada na capa do periódico, apresentando ao povo puruense a efetivação de um novo avanço na formação do cidadão civilizado, através do programa das escolas públicas mantidos pela prefeitura.

Outra coluna, inaugurada no dia 11 de junho de 1911, que tratava a respeito dos assuntos referentes a Instrução Pública no Departamento do Alto Purús, era a “Inspetoria Escolar”. O fato corrobora a tese inicial de que o jornal *O Alto Purús*, enquanto principal meio de comunicação impresso deste departamento, tornou-se o principal protagonista na defesa do ensino. Na publicação de inauguração da coluna, foram utilizadas letras garrafais e em negrito, que ocupavam a primeira página, deixando evidente a intenção de destaque do tema por Dr. Godofredo Maciel e Arthur Cyrillo Freire, prefeito e inspetor escolar vigentes, respectivamente.

Na inauguração da coluna foram publicados três importantes ofícios. O primeiro abordava a reabertura da 2ª e abertura da 5ª escola pública mantidas pela prefeitura. A última escola, devido ao período financeiro delicado, não estaria provida de materiais para os alunos, sendo até a mobília instalada - mesas e cadeiras, a exemplo -, material de empréstimo da prefeitura.

Os outros dois ofícios faziam menção ao mesmo fato - a denúncia de castigos corporais na 4ª escola pública – e foram encaminhados ao professor Joaquim Gomes de Silveira Ramalho, responsável pela instituição. No documento o inspetor, deixa claro a “(...) estranheza que lhe causou o conhecimento de tais fatos, pois, inteiramente contrários às boas normas adotadas nas escolas deste Departamento, não deixará de tomar enérgicas e prontas providencias no caso de verificada a precedência da denúncia.”.

Ao manifestar-se a favor da Instrução Pública, *O Alto Purús* sempre tomava posição a favor de um ensino universal, de qualidade, que contribuísse para o desenvolvimento econômico, social e político desta região, e a abertura de duas colunas específicas sobre o tema é demonstração deste comprometimento. Cabe ressaltar que, enquanto a “Instrução Pública” era responsável por propagar as ações cotidianas realizadas pelo poder público por meio das escolas, atuando como um canal de informação para a população em geral, a coluna “Inspetoria

Escolar” tinha um cunho mais formal, publicando os ofícios expedidos e recebidos pela inspetoria escolar do departamento, portanto, assumindo um cunho institucional e deliberativo.

3 OS DISCURSOS DE SAMUEL BARREIRA: “ORGANIZAR PARA AVANÇAR”

Samuel Barreira foi o gestor que mais tempo esteve à frente da prefeitura do Departamento do Alto Purús. Desde 1909, quando assumiu a gestão provisória da prefeitura, atuava de forma ativa para estabilizar e melhorar as condições da Instrução Pública, principalmente na cidade de Sena Madureira, capital do departamento.

“Organizar para avançar” era uma frase sempre dita pelo prefeito em se tratando de instrução. Essa frase afirmativa não era propriamente de Samuel Barreira, mas sim dos modos operantes de fazer política no período da pesquisa (1904-1916).

3.1 OS PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E NO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS

Fundamentalmente, é importante compreender os movimentos relacionados à Instrução Pública que estavam sendo realizados na recém-criada República Brasileira, pois o território seguia as orientações dadas pela União. Assim, ao se falar do departamento do Alto Purús de 1904, é imprescindível a obtenção de conhecimento a respeito do Brasil nesse período.

Não se pode deixar de reportar que, faziam apenas 15 anos o país havia se tornado uma República, inclusive promulgada por meio do decreto Nº 1 de 15 de novembro de 1889 durante o mandato do presidente Marechal Deodoro da Fonseca. A instrução no império ainda era rudimentar, e a República apresentava-se como revolucionária, nova, moderna e solutiva para grande parte dos anseios da sociedade. Schueler e Magaldi (2008) discutiram este processo de transição para a educação republicana, conforme trecho infra citado:

A memória da escola primária e da ação republicana em prol da educação escolar foi edificada por cima dos escombros de antigas casas de escola, de “palácios escolares”, de debates, leis, reformas, projetos, iniciativas e políticas de institucionalização da escola nos tempos do Império. Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, de precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam ideias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatoria, os castigos físicos e etc. – á má formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – improprias, pobres, incompletas e ineficazes. Sob o manto desta representação em negativo, era crucial para intelectuais políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana. Pretendia-se (re) inventar a nação, inaugurar uma nova era,

novos tempos. (SCHUELER, Alessandra & MAGALDI, Ana Maria - Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Scielo 2008).

Certa vez um ancião afirmou para criar da identidade de algo novo, certamente teríamos que “condenar maciçamente a velha identidade”. Assim pode ser avaliado o processo de transição do regime político no Brasil, que buscou inclusive uma nova identidade para a Instrução Pública.

Afinal, o velho e atrasado regime imperial daria espaço à moderna governança denominada República, e isto tornava necessária uma ampla reforma no sistema de ensino. Modernizada, a educação poderia assumir seu compromisso no processo de reinvenção da nação.

A instalação da República se deu, principalmente, por uma necessidade de mudança política e econômica pela qual o mundo todo passava. As modificações ocorridas no cenário nacional foram reflexo desta tendência, e impactaram todos os segmentos do Estado. Na área da Instrução Pública não seria diferente: havia um anseio coletivo pela criação de um sistema nacional de ensino brasileiro, e este desejo desencadeou uma série de reformas.

Logo após a proclamação da República, foi promulgado o decreto nº 346 de 19 de abril de 1890, responsável por criar a Secretaria do Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. A legislação instituiu o órgão responsável pela Instrução Pública no país.

Art. 1º - Fica criada uma nova Secretaria de Estado com a denominação de secretaria de estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

§2º - Para a mencionada Secretaria de Estado serão transferidos: da Secretaria do Interior, os serviços relativos à Instrução Pública, aos estabelecimentos de educação e ensino especial ou profissional, aos institutos, academias e sociedades que se dediquem às ciências, letras e artes; e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, os serviços dos correios e telégrafos. (Niskier, 1995:183).

Ainda a respeito do ano de 1890, outro fator importante foi a implantação da “Reforma Benjamin Constant”, assinada em 08 de novembro. Esta oportunizava uma nova diretiva para a Instrução Pública do Distrito Federal, pois serviria de parâmetro para que outros estados pudessem segui-la.

O autor da referida reforma era investido da condição de primeiro ministro, sendo, portanto, responsável por tratar das questões inerentes a Instrução Pública na nova República. Militar de formação positivista, projetava o ensino das escolas primárias, defendendo uma instrução primária gratuita, livre e leiga, dividida em duas categorias: de 1ª grau para crianças

de 7 a 13 anos de idade, e de 2ª grau para de 13 a 15 anos. Admitia-se que até os 8 anos de idade alunos de ambos os sexos pudessem compartilhar o mesmo espaço, porém, após tal faixa etária, deveriam ser distintas as classes para meninos e meninas.

A respeito do conteúdo ministrado, o Decreto nº 981 de 08 de novembro de 1890 dispunha:

Art. 3º O ensino das escolas primárias do 1º grau, que abrange três cursos, compreende: Leitura e escrita; Ensino Prático da língua portuguesa; Contar e Calcular. Aritmética pratica até regra de três, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos, e depois dos processos sistemáticos; Sistema métrico precedido do estudo de geometria pratica; Elementos de geografia e história, especialmente do Brasil; Lições de coisas e noções concretas de ciências físicas e história natural; Instrução moral e cívica; Desenho; Elementos de música; Ginásticas e exercícios militares; Trabalhos manuais (para os meninos); Trabalhos de agulhas (para as meninas); Noções práticas de agronomia (...) Art.4º O ensino das escolas primárias do 2º grau, que abrangem três classes, compreende: Caligrafia; Português; Elementos de Língua Francesa; Aritmética (estudo complementar). Álgebra elementar. Geometria e Trigonometria; Geografia e História, particularmente do Brasil; Elementos de Ciências físicas e história natural aplicáveis as indústrias, a agricultura e a higiene; Noções de direito pátrio e de economia política; Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topográfico; Musica, Ginásticas e exercícios militares; Trabalhos manuais (para os meninos); Trabalhos de agulhas (para as meninas). (Decreto n. 981 de 08 de novembro de 1890)

A legislação também tratava de regulamentar as plantas de construção de cada edifício escolar. A respeito da estrutura das escolas primárias, foi determinado:

Artº 9 Cada escola primária terá, além das salas de classe e outras dependências, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreio, e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos. (Decreto n. 981 de 08 de novembro de 1890)

Em se tratando do ensino secundário, a reforma orientava a oferta pelo Estado exclusivamente através do Ginásio Nacional, localizado no Rio de Janeiro, que poderia ministrá-lo nas modalidades internato ou externato. A vida escolar regular tinha duração de 7 anos, nesta categoria de ensino. O plano curricular do ensino secundário sugeriu os estudos das ciências fundamentais como parte privilegiada, segundo o disposto no art. 26 do decreto:

Artº 26 O curso integra de estudos do Ginásio Nacional será de sete anos, constatando das seguintes disciplinas: Português; Latim; Grego; Frances; Inglês; Alemão; Matemática; Astronomia; Física; Química; História Natural; Biologia; Sociologia e Moral; Geografia; História Universal; História do Brasil; Literatura Nacional; Desenho; ginastica, evoluções militares e esgrima; Música. (Decreto n. 981 de 08 de novembro de 1890)

Após, a proclamação da República era necessária a construção de uma nova lei maior. Assim, a Constituição de 1891 foi criada com o intuito de atender uma República que, pós-proclamada, segundo Oliveira (2003), “educaria, instruiria, e formaria os homens cultos e os cidadãos livres”. Ainda, segundo o autor, “das reformas da educação e do aperfeiçoamento da instrução nasceriam os homens com uma nova mentalidade para superar o atraso intelectual e cultural do país.”.

A Constituição de 1891 atenderia aos novos anseios do país, garantindo à educação o status de direito civil adquirido, mesmo diante da uma hegemonia liberalista oligárquica que comandava o país. Porém, o que de fato se concretizou com a nova constituição foi a descentralização do sistema de ensino, conforme citado por Oliveira (2003):

A constituição de 1891 instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização política e administrativa (...), por conseguinte, a descentralização administrativa e política em todo o território nacional acabaram por justificar a ausência da União no campo da educação, bem como, de constituir-se como um sistema nacional de ensino. Os estados autônomos passaram a legislar e organizar sua rede de ensino em termos de estrutura, organização e métodos didáticos. Na prática com a descentralização administrativa, cabia a União criar e controlar a educação superior em todo o país, bem como criar e controlar o ensino secundário e a instrução de todos os níveis no Distrito Federal. Aos estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, aí incluído as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para rapazes. Apesar de legislar sobre o ensino secundário, os estados ficaram subordinados as determinações da União, responsável pelo ensino superior.

Outra reforma importante instituída na República no período pesquisado, trata-se do “Código Eptácio Pessoa”. Esta reforma promovia alterações no ensino secundário reduzindo de 7 para 6 anos a conclusão do curso. Além disso, modificou a parte literária do currículo fazendo com que, cada vez mais, o ensino secundário fosse reconhecido como apenas uma passagem preparatória e obrigatória para o ingresso no ensino superior.

Já em 1911, durante a presidência do Marechal Hermes da Fonseca, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, assinado pelo Sr. Rivadavia Correia, ministro do interior. Tal reforma foi rotulada como aquela que desoficializou o ensino brasileiro por defender medidas parecidas com a da Reforma de Leôncio de Carvalho de 1879. Todavia, ela apresentou-se em resposta às críticas referentes a má qualidade do ensino secundário ofertado no país. Destacava-se na Reforma de 1911 a abolição dos diplomas, a obrigatoriedade da

frequência no ensino e a criação dos exames admissionais para as instituições de ensino superior.

No decorrer do ano de 1915, a primeira República passou por mais uma reforma no campo da Instrução Pública: a “Carlos Maximiliano”. Esta sim, assumiu um papel fundamental na reestruturação da Instrução Pública no país, chegando inclusive a revogar orientações de reformas anteriores. A este respeito, Palma Filho (2005) cita:

Talvez, esta tenha sido a reforma educacional mais inteligente realizada durante toda a Primeira República. De forma liberal, Carlos Maximiliano afasta-se da orientação de Epiácio Pessoa – rigorosa uniformização do ensino -, uma vez que estava mais preocupado em melhorar a qualidade do ensino secundário, bastante combalido pela desastrosa e inoportuna reforma levada a efeito por Rivadavia Corrêa. Todavia, Carlos Maximiliano se preocupou apenas com a função de preparatório ao ensino superior que, ainda, era o que os estudantes e seus familiares esperavam do ensino secundário.

A Reforma Carlos Maximiliano preservava os pontos de sucesso das reformas anteriores, não se impondo a fim de refutar todas as outras, fazendo alterações pontuais e específicas, podendo assim ser considerada uma reforma inteligente e de natureza agregatória. Atuou mais fortemente suas contribuições ao ensino secundário²⁰. Preservava, por exemplo, a admissão em escolas superiores por meio de exames características da Reforma de Rivadavia Corrêa (1911), bem como a diminuição curricular e o ensino seriado da Reforma Benjamim Constant (1890).

Como dito anteriormente, é importante a compreensão das reformas no campo da Instrução Pública em nível nacional, para que não possamos formular severas críticas à forma como se organizava a Instrução Pública no Departamento do Alto Purús, durante a primeira República, quando o Brasil iniciava uma nova organização política, econômica e social. Tais vertentes, certamente influenciaram na estruturação do projeto de Instrução Pública nas gestões do prefeito Samuel Barreira em Sena Madureira, capital do departamento.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA MODERNIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO

²⁰ Mais informações a respeito desta reforma promovida pelo Carlos Maximiliano, pode ser observada no artigo “A República e a educação no Brasil” Primeira República (1889-1930). João Cardoso Palma Filho em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>>

É importante salientar que da data de fundação da cidade de Sena Madureira (1904) à de criação do periódico *O Alto Purús* (1908), são escassos os relatos a respeito da Instrução Pública no departamento, porque *a priori* não havia nenhuma escola na região, conhecida como Vila Tapery. Cabe, portanto, a esta pesquisa, a identificação dos movimentos que representam as tentativas de instalação e organização da Instrução Pública no departamento do Alto Purús no decorrer do tempo.

As primeiras informações gerais a respeito da Instrução Pública em Sena Madureira, datam do ano de 1908. Porém, a partir de 1909, surgem publicações de dados estatísticos a respeito da Instrução Pública na região.

No dia 28 de fevereiro de 1909, o jornal *O Alto Purús*, publicou informações de um recenseamento estatístico realizado na sede do departamento do Alto Purús, solicitado pela União. Dentre as várias informações coletadas, é importante destacar que até o final do ano de 1908, o departamento já contava com cerca de 2.137 habitantes, dos quais 529 eram do sexo feminino e 1.608 do sexo masculino. Deste montante, apenas 937 pessoas sabiam ler, sendo outras 1.100, analfabetas.

Os dados coletados no Alto Purús podem ser considerados ainda mais graves quando contextualizados à definição de “analfabetismo” do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) até 1940. Em 1908, a instituição considerava suficiente para a categorização do indivíduo como alfabetizado que o mesmo fosse capaz de assinar o próprio nome, conforme evolução histórica da metodologia classificatória, descrita no artigo “Retrato do Analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil”, de Paini et.al (2005) infra citada:

Os formulários dos censos, até 1940, definiam a pessoa como analfabeta ou alfabetizada perguntando-lhe se sabia assinar o nome, pois a condição sócio-político-cultural da época exigia apenas esse nível de conhecimento de grande parte da população. A partir do censo de 1950, até o de 2000, a pergunta passou a ser: “sabe ler e escrever um bilhete simples?”. A pergunta indica preocupação com o uso social da escrita e não mera confirmação de saber escrever ou desenhar somente o próprio nome, o que já é um avanço. (PAINI; GRECO; AZEVEDO; VALINO; GAZOLA. 2005. p. 224)

A organização da Instrução Pública em qualquer lugar passa inicialmente por um planejamento, mesmo que simples ou rudimentar. A respeito da organização do ano letivo de 1910, foi imprescindível, por exemplo, a criação de um cronograma para o ensino. Todavia essas datas poderiam variar conforme as especificidades de cada local, principalmente com relação ao clima. Na Amazônia, o tempo chuvoso característico dos meses de fevereiro a abril,

associado à curta calha de seus rios, provocava diversas alagações. Sujeito a estas situações, constantemente o Departamento do Alto Purús necessitava de resoluções diretas do gabinete do prefeito, alterando estes cronogramas.

Em seguida, é reproduzido um trecho em que uma dessas resoluções transferia as férias escolares para o trimestre de fevereiro a abril, citada no O Alto Purús:

Resolução N.3. – Considerando que a maior força da estação invernososa se faz sentir neste Departamento nos meses de fevereiro a abril, época de máxima alagação e conseqüentemente dos maiores obstáculos ao transito público, máxima da população Infantil. – Considerando ainda que dentro desse período foram encerradas as festas do carnaval e da Semana Santa, em que geralmente não há frequência de alunos nos estabelecimentos públicos de ensino. Resolve: Art. 1^a. - Ficam transferidas as férias escolares para o trimestre de fevereiro a abril, encerrando-se as aulas dos respectivos estabelecimentos no dia 31 de janeiro de cada ano, para serem reabertas no dia 1^a de maio seguinte. (O Alto Purus, 1910, n° 134, p.1).

Conforme apresentado no início deste capítulo, após a implantação de um novo sistema político no Brasil, instaurou-se a República. Como reflexo, advieram modificações na recém-criada cidade de Sena Madureira.

Até o ano de 1914 nenhum regulamento, plano ou legislação específica fora outorgada pelas autoridades locais para norteio do trabalho de Instrução Pública neste departamento, até a promulgação do primeiro regulamento específico.

Ao tempo que se abriam as escolas rapidamente, também assim fechavam. Da mesma forma, contratavam-se professores sem efetivar os pagamentos de forma devida. Assim ocorreu até a efetivação do Dr. Samuel Barreira como prefeito departamental.

Nada de mais moderno poderia Samuel Barreira fazer do que constituir um apanhado de regras que guiasse os caminhos da Instrução Pública do departamento. Assim, fora criado o Primeiro Regulamento de Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.

Para diagnosticar os efeitos deste documento, é fundamental compreender a organização a Instrução Pública antes e após sua promulgação. Essa avaliação será apresentada em subseções, de forma individual para cada modalidade.

3.2.1 Ensino Primário

Na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradica-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional. (CARVALHO, 2000, p. 227).

A Instrução Pública necessitava ser projetada no Departamento do Alto Purús, que, criado em 1904, seguia a tendência dos índices de analfabetismo da região amazônica, superiores à média nacional. Esta estatística não era vista com bons olhos pela República. Nesta perspectiva, a oferta do ensino primário era de suma importância.

No curso da pesquisa, as primeiras informações a respeito do ensino primário no departamento foram identificadas na segunda edição de *O Alto Purús*, em 1908. A matéria reportava que, naquele ano, o departamento já contava com cerca de mil habitantes e que, para estes, havia quatro escolas de ensino primário “mantidas pela prefeitura, sendo duas na zona urbana e duas na suburbana, todas com ótima frequência de alunos cujo aproveitamento é deveras lisonjeiro”. (*O Alto Purús*, 1908, n 02, p 02).

A partir de 1908, há relatos oficiais de que Sena Madureira já contava com o incrível número de vinte e uma escolas públicas, sendo todas de ensino primário. Porém, não há relatos documentais de como estas foram instituídas, o que gerou diversas críticas e desconfiança no alto escalão da República.

A falta de registros oficiais e o fechamento em massa em curto espaço de tempo corroboram com a hipótese de que as instituições de ensino foram abertas de forma desproporcional e sem planejamento financeiro. O jornal oficial publicou, em 04 de fevereiro de 1908, relato do prefeito, encaminhado via ofício ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a respeito da suspensão das atividades nas escolas do departamento:

Tendo em vista a deficiência absoluta da dotação orçamentaria a que me refiro, fui obrigado a suspender provisoriamente mais da metade das escolas já abertas e em trabalho, bem como a deixar de prosseguir diversas obras em andamento, imprescindíveis ao desenvolvimento da zona. (...). Ousou apelar para o justiceiro espírito de Vossa Ex. solicitando o aumento de 50% da verba consignada no orçamento vigente, para as despesas desta prefeitura, a fim de ocorrer ao pagamento de professores públicos, livros e material escolar... (*O Alto Purús*, 1908, n 02 p 02).

A desorganização na abertura e da incapacidade de manutenção destas escolas, foi pauta de um pronunciamento ocorrido na Câmara dos Deputados, e publicado na capa do jornal *O Alto Purús* no dia 08 de março de 1908. Na ocasião, o Dr. Germano Hasslocher, representante do Rio Grande do Sul, fez um discurso em defesa do Território Federal do Acre, a fim de atrair a atenção do país para a situação financeira que ocasionava diversos prejuízos ao ensino: “A Instrução Pública não foi descuidada, achando-se em funcionamento na época atual dezoito

escolas de instrução primária, fornecendo-se aos alunos livros, papel e todos os objetos necessários ao ensino, por conta dos cofres públicos”. (O Alto Purús, 1908, n. 03, p 03).

De alguma forma, a educação não era vista como obrigatória, para aquela comunidade, então, além do fator financeiro, a baixa frequência dos alunos consistia um fator relevante e de interferência direta no fechamento dessas escolas de ensino primário no departamento por parte da prefeitura.

Deste modo, publicou-se uma série de ofícios expedidos e recebidos, correspondentes aos mapas de frequência escolar, fechamento e reabertura de escolas no Departamento, como a Portaria n°188, publicada em 08 de março de 1908, infra citada:

Autorizando a reabertura da escola que fora encerrada por falta de frequência legal, em virtude do ofício N° 461 de dezembro último, do lugar S. Braz no rio Purús, a qual continuará sobre a direção do Sr. Mizael da Costa Nogueira. (O Alto Purús 1908, N188, p 02)

No dia 12 de julho do mesmo ano, publicou-se um abaixo assinado, que representou fielmente a coação popular dos habitantes do Porto de Mamoriás para a reabertura de uma escola, conforme a seguir:

José Rodrigues Mendonça, Ana Maria da Silveira, Libanio de Souza, F Joaquim Santana, Luiz Onofre de Souza Raimundo Rumeiro, Antônio Ferreira, José Alípio Nobre, Raimundo Romão Filho, José Alves de Oliveira, Francisco Xavier de Lima, Rosendo Costa Xavier, e Antônia Ladislau Ribeiro, por meio de um abaixo assinado, requerendo a reabertura da escola mixta do lugar denominado Porto de Marmoriás – Deferido; A secretaria para atender aos petiçãoários, de acordo com as ordens em vigor para o serviço de Instrução Pública neste Departamento. (O Alto Purús, 1908, n. 06, p 02).

Para a obtenção de um panorama de funcionamento e da proporção entre a quantidade de matrículas e frequência escolar no departamento, são apresentadas as publicações do jornal O Alto Purús, as quais descreveram, no dia 08 de março de 1908, os resultados dos exames das duas escolas mistas²¹ de ensino primário, mantidas pela prefeitura: a primeira “Escola Mixta” estava sob a direção do Professor Manoel Luiz de Medeiros Filho e contava com 49 alunos matriculados, dos quais 12 não compareceram para a avaliação; enquanto a Segunda Escola Mixta, dirigida pela Professora D. Maria do Carmo Souza Medeiros, contava com 21 alunos matriculados, sendo 08 o número de alunos que não a realizaram.

²¹ A palavra “mistas”, constantes em vários momentos no texto, reflete as escolas que reuniam alunos e alunas no mesmo ambiente escolar, dentro de suas turmas, sendo mais específico. Importante salientar que a grafia da no jornal “O Alto Purús”, à época, consistia em “mixta”.

No referido ano do recenseamento (1909), o departamento continha somente três escolas públicas de ensino primário, demonstrando uma frequência média de apenas 125 alunos. Todavia, posteriormente a duas edições, houve informação do funcionamento de quatro escolas públicas no Alto Purús. A quarta fora aberta em fevereiro do ano de 1909, motivo pelo qual não entrara na estatística publicada. Detalhes do funcionamento e localização das instituições foram dispostos na edição de número 56, conforme segue:

Ficam criadas nesta cidade quatro escolas públicas, assim distribuídas: Primeira e Segunda escola, a funcionarem no prédio grande da Prefeitura, à praça de 25 de setembro, canto da Rua Yaco, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino terceira, mixta, na margem esquerda do Cafesal e a quarta também mixta, no subúrbio sul da cidade, margem esquerdo do rio Yaco. (O Alto Purús, 1909, n. 56, p. 01).

Novamente, a insuficiência de verba pública foi utilizada como justificativa pela prefeitura para a reabertura das 17 escolas de ensino primário fechadas no departamento:

Figura no primeiro plano a criação de escolas primárias, convenientemente dotadas de material e de pessoal docente, inidôneo, encarregadas de difundir a instrução no interior do Departamento. Das 21 escolas públicas que estiveram abertas, só existem quatro funcionando presentemente nesta cidade, por falta de verba para custeá-las, havendo as demais sido encerrada a medida em que iam faltando recursos administrativos. Tais estabelecimentos de ensino, modestos como eram, prestavam regular auxílio a instrução e foram criados por ocasião da aprovação legislativa à medida em que reservava no orçamento da República, a importância correspondente a 20% da borracha exportada pelo Território, para ser aplicada em benefício do mesmo. Mais tarde foi criada a Comissão de Obras Federais, dotada com a referida verba, e desse modo à administração deste departamento teve sua despesa acrescida, sem que tivesse margem para cobrir do déficit que necessariamente se apresentou. (O Alto Purús, 1909, n. 54, p 01).

Outro fator que muito prejudicava a qualidade dos serviços públicos prestados do departamento, especialmente na área da instrução, consistia nos constantes e longos períodos de atraso no pagamento do salário dos profissionais, que, muitas vezes também recebiam salários abaixo do praticado pelo sul da República, para o exercício dos mesmos cargos.

A exemplo, no dia 30 de maio de 1909, edição nº 56, publicou-se na coluna destinada aos atos oficiais da prefeitura do jornal *O Alto Purús* a autorização de averbação concedida, via procuração pública impetrada por um professor auxiliar nominado Joaquim Gomes da Silveira Ramalho, tais fatores motivaram revolta e desestímulo em muitos destes funcionários.

Após solicitação, o Prefeito conseguiu a liberação de um orçamento excepcional para o ano de 1909, superior aos valores praticados desde a fundação da cidade de Sena Madureira. Imediatamente foram realizados investimentos na Instrução Pública, conforme indicado no

periódico oficial: “Grande foram às reformas feitas nas instalações das escolas, seja no material para o ensino, seja na disposição geral das salas de instrução, o que por certo virá contribuir para o progresso do ensino elementar no nosso meio”. (O Alto Purús, 1909, n. 64, p. 03).

Todavia, o repasse excedente, apenas permitiu a recuperação e a aquisição de materiais para as quatro escolas primárias localizadas na zona urbana e suburbana. O fechamento de 17 das 21 escolas anteriormente criadas era agravado pela falta de cobertura educacional no interior do Departamento.

O montante dos fatos pareceu muito incomodar o prefeito, o qual enviou um ofício ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, solicitando da União um crédito especial no valor de 300:000\$000 (trezentos contos de réis), a fim de destinar esse valor apenas para a reestruturação dessas escolas que haviam sido fechadas:

[...] abertura de um crédito extraordinário [...] para os serviços mais urgentes a realizar-se neste departamento [...]. Criar escolas de Instrução primaria ao Departamento, a fim de difundir o ensino pelo grande número de menores que ao esmo existem e de que cuja educação o poder público tem o dever de cuidar. (O Alto Purus, 1909, n.55, p 01).

Devido à falta de intervenção da prefeitura para com as escolas primárias fechadas no interior do departamento, não só por falta de verba, mas pela baixa adesão de alunos, o senhor Antônio Joaquim Vieira apresentou uma proposta não convencional: considerando o alto número de crianças sem instrução próxima ao seu seringal, resolveu comunicar a prefeitura da abertura de uma escola em sua propriedade de forma independente. Um de seus funcionários letrados, o Sr. Vicente de Paula Medeiros, foi escolhido para dirigir a escola de ensino primário e guiar a instrução daquelas crianças.

A prefeitura parabenizou o ato de Antônio Joaquim Vieira, intitulado-o com o mais alto grau de patriotismo da história recente da cidade. Na declaração oficial, o prefeito interino Samuel Barreira prometeu uma contrapartida material:

Nessa iniciativa, o sentimento patriótico que vitais aos interesses deste Departamento, alia-se a elevação de espirito nitidamente humanitário e progressista, que vos impulsiona nesta nobre tarefa de dar a infância instrução, que tem por parte deste governo o maior interesse e carinho. Já tenho providenciado sobre a remessa de livros, e outros objetos, único auxilio que, de pronto esta Prefeitura pode oferecer, faço votos para que essa útil e nobre instituição tenha a mais vasta prosperidade, para ganho de seus ilustres promotores e progresso deste departamento”. (O Alto Purús, 1909, n.62, p 1).

Durante a pesquisa não foi identificada nenhuma orientação a respeito do ensino de atividades físicas aos alunos. Não havendo nenhum regulamento específico a respeito da Instrução Pública, subtede-se que sua oferta não era obrigatória aos meninos e meninas do ensino primário no Alto Purús. Todavia, sabe-se que em programas que regulavam a Instrução Pública e serviam de parâmetro para as demais regiões, as atividades físicas estavam presentes.

A única publicação sobre o tema, encontrada dentro dos limites temporais estudados, datou de 05 de setembro de 1909, e tratou de um caso específico em que um juiz substituto, voluntariamente, ofertou aulas de ginástica:

Sr. Mendes de Almeida, o simpático moço que com tantos critérios exerce o cargo de juiz substituto desta comarca, está ministrando, espontânea e gratuitamente, instrução física aos alunos das escolas públicas desta capital. S.S. estabeleceu o seguinte programa para a suas aulas de ginastica. Segunda-Feira, 1ª Escola do sexo masculino, Terça, 2ª Escola do sexo feminino, 3ª Escola mixta do Cafesal, Quinta, 4ª Escola mixta do Yaco. Sexta e Sábado aulas de inspeção em qualquer das escolas. (O Alto Purus, 1909, n. 83, p. 03).

Todas as novas reformas aplicadas na área da Instrução Pública que ocorreram a partir de 1909, na gestão interina do Dr. Samuel Barreira como prefeito, refletiram diretamente na maior atenção do povo puruense aos assuntos vinculados ao ensino no departamento. Como consequência, aumentaram, de forma significativa, o número de matrículas e os níveis de frequência escolar.

Em determinado momento, a fim de comportar a grande quantidade de alunos proveniente do constante aumento da frequência escolar, Samuel Barreira chegou a transferir “a escola do sexo masculino do salão do congresso Seringueiro para uma das salas do Juizado Seccional” (O Alto Purús, 1909, n.86, p.2).

Ainda a respeito das reformas e do processo de expansão promovidos pelo Dr. Samuel Barreira em Sena Madureira, temos a edição de nº92 de *O Alto Purús*, publicada em 14 de novembro de 1909. Esta continha uma das mais importantes notícias referentes ao desenvolvimento da Instrução Pública no departamento: o recebimento de um projeto arquitetônico enviado pelo chefe da comissão de obras federais, Dr. Joaquim Nunes de Oliveira, para a construção de um edifício destinado à Instrução Pública, para fins de apreciação do Dr. Samuel Barreira.

[...] remeto-vos as plantas e memorial descritivo que a estes acompanham, do projeto de um edifício destinado a Instrução Pública deste departamento, confeccionado pelo engenheiro Alberto Armanno Ricci, por ordem desta prefeitura, rogando-vos que

emita sobre o mesmo vosso judicioso e autorizado parecer sobre o duplo aspecto técnico e estético. (O Alto Purus, 1909, n.92, p. 01).

A obra, batizada como Palácio da Instrução Pública, tornou-se referência na propagação da importância do ensino, não só no Departamento do Alto Purús, mas em todo o Território do Acre. Naquele momento, o projeto recebera aval por meio de relatórios técnicos do então Diretor de Higiene do departamento, o Sr. Dr. João D. C. Rião, e do próprio prefeito interino Dr. Samuel Barreira, que apenas teceu algumas orientações, conforme infra citado:

[...] destinar ao sexo masculino o pavimento térreo e ao feminino o superior. Este último pavimento recebe mais a luz, e, por conseguinte, melhor prestar-se-á para as aulas do sexo do sexo feminino, em que serão também ensinados trabalhos de agulha. [...] este pavimento poderá comportar 189 alunas, distribuídas pelas quatro salas [...] no jardim poderá ser feito um muro de alvenaria entre os pavilhões destinados a ginastica, ficando o do sexo feminino independente de comunicação com o do sexo masculino, construída uma escada que se comunique com o pavimento superior, ocupado por aquele sexo. (O Alto Purus, 1909, n° 92, p 2).

O Jornal *O Alto Purús* republicou, no dia 12 de dezembro de 1909, uma matéria do periódico *A Imprensa*, da cidade do Rio de Janeiro, referente ao relatório enviado pelo então prefeito do Departamento do Alto Purús, Sr. Cândido Marianno sobre o exercício do cargo no ano de 1908. O periódico carioca teceu e elogios à gestão do prefeito, e atribuiu à União o baixo nível de desenvolvimento do departamento.

Sobre a Instrução Pública do Departamento, faz considerações, lamentando o seu pequeno desenvolvimento, atento á deficiência das dotações orçamentarias, às quais permitem apenas manter quatro escolas primarias na sede do Departamento. Diga-se de passagem: esse fato, por si constitui a mais grave e justa acusação que se possa fazer aos governos da União em relação aos negócios do Acre. (O Alto Purus, 1909, n° 96, p, 02).

Diante das dificuldades financeiras pelo qual o Departamento do Alto Purús passava, por conta da crise da borracha, o estado vizinho, Amazonas, resolveu criar e manter por despesas próprias uma escola pública, na boca do Cayaté, em janeiro de 1910. Vale aqui destacar a diferença na questão salarial dos professores que no Território do Acre e do Amazonas trabalhavam, pois estes não contavam com os baixos salários e constantes atrasos nos pagamentos daqueles.

A este respeito, Vale citar trecho do ofício expedido pelo Prefeito Tristão de Araripe a uma professora que cobrava direito aos salários atrasados pela prefeitura, referente ao período de outras gestões, no ano de 1912:

O hábito que tem esta população, na ignorância de processos administrativos, coagindo os prefeitos a dar-lhes serviço, na persuasão de que será sempre satisfeita, independentemente de crédito, talvez tenha sido o motivo de não ter havido ordem escrita deste e de outros serviços executados neste Departamento. (O Alto Purús, 1912, n° 217, p 02).

No dia 10 de julho de 1910, o Jornal O Alto Purús, publicou uma matéria com a retrospectiva dos principais fatos a respeito do Departamento do período entre 1905 e 1910. No que se refere à Instrução Pública na região, foi alegado que “surgiram escolas públicas de instrução primária, de prendas domésticas e de música, onde as crianças até então incultas poderão receber benéfico ensino, subtraindo-os da ignorância”.

Ora, naquele período, até o presidente Hermes da Fonseca reconhecia as taxas de analfabetismo brasileiras como um dos maiores problemas de seu governo. Destaca-se, portanto, a omissão do jornal, como órgão de comunicação oficial, da real situação da Instrução Pública do departamento do Alto Purús. Esta envolvia não só o fechamento de diversas escolas, mas os calamitosos índices de analfabetismo, que chegavam a ser superiores à média nacional.

O Alto Purús publicou no dia 18 de setembro de 1910, em sua edição de número 130, um extenso relatório construído pelo Dr. Samuel Barreira, prefeito interino, e apresentado ao prefeito titular o Dr. Cândido Marianno, a respeito da Instrução Pública. O mesmo expôs além dos atos tomados pela prefeitura, suas próprias concepções no que se refere a pasta:

Mantive as mesmas escolas criadas, procurando com particular interesse dar-lhes a máxima regularidade e criei anexa a 2ª Escola do sexo feminino desta cidade, uma aula mixta de música prática, teórica e trabalhos manuais, confiada à competência e zelo da normalista senhorita Ana Libanio... tive a satisfação de verificar quão útil foi o sacrifício por ventura imposto á prefeitura com a criação da aula a que venho de me referir. (O Alto Purús, 1910, n° 130, p, 02).

Samuel Barreira era contra a ministração do ensino por professores ambulantes no departamento. Estes, como a própria etimologia sugere, eram pessoas letradas que poderiam viajar por vários quilômetros levando conhecimentos básicos.

Instituídos durante a reforma Leôncio de Carvalho, através do Decreto N°7.247 de 19 de abril de 1879, conforme já citado neste trabalho, os professores ambulantes figuraram como alternativa para a diminuição dos altos índices de ‘analfabetismo’ que afetavam o Brasil e principalmente a Amazônia.

No artigo intitulado “Moacyr primitivo e a Instrução Pública: Império e República”, as autoras debatem a reforma de Leôncio de Carvalho, promulgada durante a nova República: “[...] a proposta de criação das escolas ambulantes como uma medida para difundir a instrução primária. Tais escolas consistem em professores ambulantes que vão de povoado em povoado, ensinando o essencial: ler, escrever e contar”. (p. 02)

Por sua vez, Samuel Barreira sempre foi um defensor da escola instituída em um espaço físico e de convivência social:

A remodelação e ampliação do ensino, no Departamento é uma medida inadiável atento o crescer extraordinário da população infantil. Sou contrário, tendo em vista a índole e os hábitos do nosso povo, a ideia do ensino às populações do interior do Departamento, por meio de professores ambulantes, como solução do problema de difusão do ensino no interior dos Departamentos. É uma medida inexecutável, seja diante da carência absoluta de pessoal idôneo que se desempenhe conscientemente dessa incumbência, seja pela falta de transporte, em grande período de tempo, anulando assim no professor a sua principal condição a mobilidade. (O Alto Purús, 1910, n° 130, p, 02).

Devido às dificuldades de propagação da Instrução Pública para o interior do departamento, e sendo contra a modalidade do ensino ambulante, Samuel Barreira estava diante de um impasse de grandes proporções. Ele afirmava não ser lícito que milhares de crianças fossem “condenadas a ignorância absoluta, por objetivos de que nem elas nem os pais têm culpa” (O Alto Purús, 1910, n° 130, p, 02).

Entendendo que a Administração não poderia continuar negando instrução às crianças do interior do departamento, em grande maioria filhas de seringueiros, durante do Primeiro Congresso Industrial Seringueiro deste Território, especulou-se a criação de:

[...] internatos nos pontos mais populosos e de recursos, mantidos ou subvencionados pelo poder público, nos quais sejam ministradas instrução elementar, profissional e prática, aos filhos de seringueiros, que vivendo dispersas na mata e nas margens dos rios, alguns distantes dezena de quilômetros dos lugares onde existem escolas, não podem de modo algum frequenta-las, sem se exporem a uma serie de inconvenientes e perigos, que as meninas afetam especialmente [...] e tanto mais fácil e prático é esse internato, quanto é certo, nem o patrão nem o próprio seringueiro, na sua maioria, se negara a pagar uma contribuição qualquer para sua manutenção. (O Alto Purús, 1910, n° 130, p, 02).

Todavia, ao final de 1911, já na gestão Dr. Godofredo Maciel, diante do *lobby* proveniente do aumento populacional e do anseio pela a criação de escolas, o prefeito tece uma grande coluna a respeito dos professores ambulantes, combinando a apresentação do tema aos possíveis resultados da implementação do sistema no Alto Purús.

No decorrer do texto, é citada a criação de uma instituição subordinada ao Ministério da Agricultura, a qual se vinculavam professores ambulantes. Estes últimos propagariam também o ensino técnico a lugares rústicos e longínquos, objetivando o alcance de resultados imediatos por meio de processos de ensino simples.

Duas grandes causas concorrentes para a implementação do ensino ambulante eram a disseminação da população em colossal território e a assinalada repugnância popular, para quaisquer aprendizagens. Finalmente, o posicionamento favorável à atuação dos professores ambulantes foi descrito na coluna:

As escolas primárias, no nosso país, fora dos núcleos de população, acham-se invariavelmente destinada a lenta atrofia, por alunos, até serem suprimidas, de modo a apartar despesas inúteis. Em tais condições, somente os professores ambulantes, poderiam proporcionar vantagens, evitando total privação de qualquer ensino. (O Alto Purús, 1911, n° 180, p, 03).

Observa-se que, independentemente do prefeito em exercício, eram constantes as pressões populares para a abertura de escolas no departamento do Alto Purús. Todavia, a falta de recursos públicos e de estudos técnicos de viabilidade local prejudicaram, em muito, a gestão do serviço. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que até findado o ano de 1911, mesmo diante de tantas “reformas” na área da Instrução Pública, não houve nenhum administrador em Sena Madureira capaz de organizá-la de forma eficiente.

Todavia, tal situação vislumbra um novo caminho a partir de 1912, quando o Sr. Samuel Barreira assume o posto de prefeito efetivo, tomando diversas frentes de organização para a consolidação da Instrução Pública no departamento, especialmente do ensino primário. A eficácia de sua gestão foi marcada pela promulgação do Primeiro Regulamento de Instrução Pública do Alto Purús.

3.2.2 Ensino Secundário

As exposições realizadas até o momento permitem perceber que, desde o início do departamento do Alto Purús, o principal objetivo delineado na área de Instrução Pública fora a consolidação de escolas de ensino primário, diretamente relacionado aos índices amazônicos de analfabetismo, superiores à média nacional. No ano de 1909, a prefeitura inclusive relatou, por meio de seu órgão de comunicação oficial, que a instrução elementar não era prioritária:

Todos sabem o especial empenho que o Sr. Dr. Prefeito do Departamento há empregado no sentido de ministrar a nossa população a necessária instrução elementar, desde que é cedo demais para se tratar do ensino secundário. (O Alto Purús, 1909, n° 55, p, 01).

Todavia, no ano de 1910, com a aprovação do projeto de lei que reorganizava o Território Federal do Acre pelo congresso nacional, ficou decretada “a reorganização do ensino público criando as cadeiras de instrução primária que forem necessárias e dos institutos de ensino secundário, um em Sena Madureira e outro na cidade do Rio Branco”. (O Alto Purús, 1910, n° 101, p, 01).

Mesmo sendo um departamento de território federal, na ausência da figura de um estado federado, o Alto Purús poderia assumir o papel de criador e mantenedor do ensino secundário. Porém, apesar da previsão legal, durante toda a vigência temporal desta pesquisa (1904-1916) a prefeitura não inaugurou quaisquer escolas com oferta direta de ensino secundário, sob suas expensas.

Houve, todavia, o estímulo à abertura de instituições de ensino particular que foram prestigiadas com repasses financeiros da prefeitura, detalhadas adiante. Cabe aqui ressaltar que esta possibilidade de atuação fora prevista pelo Primeiro Regulamento de Instrução Pública do Departamento do Alto Purús, nos casos que a prefeitura considerasse de utilidade pública.

Diferentemente dos cursos elementar e complementar, não havia referência alguma sobre os conteúdos que deveriam ser ministrados no ensino secundário no “Programa de Ensino das Escolas Públicas do Alto Purús”. Este documento compunha o Regulamento, e tratava do currículo escolar.

Os estabelecimentos responsáveis pela difusão do ensino secundário no departamento do Alto Purús foram quatro, a saber: Instituto Acreano, Colégio Jardim da Infância, Gynnasio Acreano e Instituto Normal Monsenhor Tavora. Cada um contribuiu, em algum grau, para o melhoramento da Instrução Pública na região. Como citado anteriormente, ambos recebiam subsídios públicos para o funcionamento.

O colégio Jardim da Infância foi inaugurado no dia 1^a fevereiro de 1912, e estava sob a responsabilidade das diretoras proprietárias Ana. A. Fernandes Tavora e Idalina Fernandes Tavora.

Era destinado a crianças do sexo feminino, entre 5 a 16 anos de idade. Nesta perspectiva, eram publicadas grandes propagandas a respeito das aulas voltadas ao público-alvo: “O curso de artes constará do ensino de desenho, música vocal, bandolim, violino, piano

e variadíssimos trabalhos de agulha, cujas aulas serão pagas separadamente”. (O Alto Purus, 1912, n° 187, p, 04).

A escola abrangia as modalidades de ensino preliminar, secundário e complementar, e atendia nos regimes de internato, semi-internato e externo. As mensalidades tinham caráter bimestral, girando em torno de 300\$000 (trezentos mil réis) e a matrículas poderiam ser realizadas por todo o decorrer do ano.

O Instituto Acreano (1914) foi fundado e dirigido pelo experiente Dr. José Lopes de Aguiar, especialista em assuntos relacionados a Instrução Pública em Sena Madureira, e coordenado pelo Sr. Joaquim Santos. Este estabelecimento de ensino estava localizado na sede do grupo escolar e era responsável por propagar o ensino gymnasial, tal qual estabelecia o programa do Colégio Pedro II.

Este colégio, auto titulado como “o mais acessível” financeiramente para galgar o diploma, realizava aulas no turno vespertino e destacava-se por suas aulas práticas de línguas, inclusive de latim.

Instituído em 1918, o Instituto Normal Monsenhor Tavora foi o último estabelecimento de ensino secundário inaugurado durante o período de vigência da pesquisa. Este era dirigido pela senhora Idalina Fernandes Távora, educadora referência para os pais de Sena Madureira, reconhecida por suas grandes contribuições no campo da Instrução Pública. O estabelecimento de ensino funcionou em duas modalidades: externo para ambos os sexos, e internato para o feminino. As mensalidades variavam de 15\$000 (quinze mil réis), para o curso infantil, a 250\$000 (vinte e cinco mil réis), para o internato.

Porém, nenhuma dessas instituições se desenvolveu no campo do ensino secundário do Alto Purus como o Gynnasio Acreano, possuidor do maior número de alunos matriculados. Foi fundado no dia 14 de julho de 1913, sob grande festa de inauguração, pelo Dr. Luiz Santos e sua esposa dona Hermengarda Cabral Santos. Aquele, experiente na área da Instrução Pública, portava longo currículo como ex-diretor de um importante colégio em Belém, no Pará.

A escola estava instalada na Avenida Brasil, principal logradouro em Sena Madureira, ofertando a modalidade de internato para meninos, e semi-internato e externato para ambos os sexos. A matrícula poderia ocorrer na modalidade de curso primário, secundário ou profissional. Além disto, haviam turmas noturnas aos que fosse inviável a participação das aulas no período matutino ou vespertino.

Dentre os pontos que destacavam o Gymnasio Acreano, temos a oferta de algumas disciplinas específicas, como: educação física, cívica, moral e religiosa, além de aulas de piano e bandolim.

O Gymnasio era apresentado, no Alto Purús, como o estabelecimento que preencheria a lacuna da falta de oferta de cadeiras no ensino secundário, e, aos olhos do prefeito, sua inauguração representava mais um passo rumo à modernização da cidade.

Todas as qualificações curriculares e a organização demonstrada no processo de fundação do Gymnasio Acreano, credenciaram o Sr. Luiz Santos a ocupar o cargo diretor geral da Instrução Pública no Departamento do Alto Purús, a convite do prefeito Samuel Barreira.

O Gymnasio Acreano consistiu no único estabelecimento de ensino secundário de Sena Madureira a ter regimento publicado. No tocante ao ensino secundário, o referido documento definiu:

VII – O curso secundário é destinado a preparar alunos que pretendem se matricular em qualquer das faculdades superiores do país, lecionando-se todas as matérias necessárias a esse fim [...] XII – As aulas do Gymnasio Acreano funcionarão diariamente: as diurnas, das 7 ½ às 12 ½ da manhã e das 3 às 5 da tarde; as noturnas das 7 às 9 horas [...] XXIV – O ano letivo começara no dia 1ª de Março e terminará no dia 24 de Dezembro de cada ano, depois dos exames finais em todos os cursos do estabelecimento. (O Alto Purus, 1913, n° 012, p. 04).

Diante destas considerações fica explícita a participação efetiva do Gymnasio Acreano na formação dos cidadãos puruenses, notadamente daqueles que tinham poder aquisitivo para o acesso ao ensino secundário de caráter privado.

Porém, após o período de intendência municipal, a prefeitura do departamento concedia bolsas integrais de estudo para cursar o ensino secundário no Gymnasio Acreano. Seriam contemplados aqueles que figurassem entre os quatro melhores alunos que concluíssem o ensino primário em algum dos estabelecimentos de ensino mantidos sob as expensas exclusivas da prefeitura.

3.2.3 Ensino Noturno

O ensino noturno era praticado no Brasil desde o Império, e, até meados de 1880 tinha como finalidade atuar contra o analfabetismo e promover o ensino de ofícios a adultos.

Inicialmente esta modalidade de ensino não obteve tanto êxito, pois a população brasileira era essencialmente rural e as profissões estavam majoritariamente ligadas à produção agrícola. Nesta perspectiva, ler, escrever e contar não interferia diretamente nos modos de produção, não correspondendo diretamente às necessidades do público-alvo - os adultos trabalhadores.

No Departamento do Alto Purús, data de 1913 a primeira oferta de ensino noturno. O fato do Território Federal do Acre ter sido instituído como terras brasileiras exclusivamente para a extração do látex da seringueira - trabalho predominantemente florestal e rústico - condiz com o parágrafo anterior, e corrobora com o fato do ensino noturno ser outorgado apenas quase uma década depois da fundação do departamento.

Com a expansão da venda da borracha, foi necessária a constituição de um centro comercial organizado e administrado pelo poder público do Alto Purús. Tais mudanças certamente trouxeram novas demandas à cidade de Sena Madureira, pois segundo GIORDANI (2005):

É sabido que a estrutura do sistema de educação fundamenta-se na estrutura e organização social, nas relações de trabalho vigentes em cada momento histórico, enfim, na base material da sociedade. (...) A pressão por expansão resultou do aumento da demanda efetiva por educação, imposta pelas novas relações de trabalho. (GIORDANI 2005 p.25)

No ano de 1912 o jornal O Alto Purús realizou sua primeira menção à necessidade do estabelecimento de um curso noturno na cidade de Sena Madureira. Na ocasião, foram aludidos aqueles que, tendo o dia ocupado pelo trabalho, fonte de subsistência, dispunham apenas da noite como tempo livre para buscar instrução.

Assim, por meio da Resolução nº 17, o então prefeito interino no ano de 1913, autoriza a instalação de uma escola primária noturna para adultos.

Inicialmente, suas atividades funcionavam exclusivamente na escola “mixta” na Rua Amazonas, sob a direção de José Barroso de Tostes. No entanto, devido ao considerável aumento na quantidade matrículas, outra escola é criada por meio da Resolução n.21, conforme segue citado:

Atendendo a conveniência do ensino e os bons resultados alcançados pela única escola noturna existente nesta cidade, cuja avultada frequência está exigindo justificada divisão de trabalhos professores; RESOLVE: Art. 1ª – Criar uma segunda escola primária noturna nesta cidade sob as mesmas condições que regem a primeira... (O Alto Purus 1913, n. 03, p. 03).

A segunda escola noturna inaugurada funcionava no prédio do Grupo Escolar, era direcionada ao público masculino, e estava sob responsabilidade da Sra. Maria Távora de Matos. Evoluiu, segundo relatórios da Inspeção Escolar assinados pelo Sr. Souza Leão, de 10 para 38 alunos matriculados, ao término de 1917. Contextualizados à realidade da época e à especificidade da modalidade de ensino, os números eram expressivos, e comprovam a importância deste segmento escolar para o departamento.

Durante o período de vigência desta pesquisa, apenas estas duas escolas noturnas foram criadas, e os registros apontam uma modesta progressão no número de matrículas, ano após ano.

3.2.4 Grupo Escolar

Os grupos escolares foram propagados no departamento do Alto Purús, como o maior avanço organizacional do modelo de escolas do Brasil, apresentado pela nova república que se instituiu. Portanto, se apresentava como um marco modernizador na organização da instrução pública na região.

Segundo Saviani (2004), os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano, já que no meio rural ainda predominou as escolas isoladas por muito tempo. O Grupo Escolar foi uma escola eficiente para a seleção e a formação das elites. (...) os grupos escolares também eram conhecidos como escolas graduadas, já que possuíam turmas seriadas.

Foi durante a primeira gestão de Samuel Barreira como prefeito departamental que se iniciou-se o projeto para a instalação do primeiro grupo escolar na cidade de Sena Madureira. De acordo com Souza (2004), “o modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica - em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor”. Por isto, os grupos escolares faziam parte do discurso modernizador de Barreira, que refutava os velhos processos de escolarização, e propagava os métodos considerados mais “adaptados” à realidade no processo de aprendizagem do aluno, à exemplo das escolas graduadas.

Desde 1910, último ano que o Dr. Samuel Barreira atuou como prefeito interino no Departamento do Alto Purús, já se noticiava a importância da constituição de um grupo escolar em Sena Madureira:

[...] ser a mesma aula frequentada por alunos que se encontram nos mais variados graus de instrução, o que é um reflexo de velhos processos hoje relegados pelos mais ilustres pedagogos da atualidade. Não se podendo, por esta disparidade de estudos, reuni-los em classe, para a qual aproveitassem simultaneamente as dissertações do professor sobre a matéria lecionada, torna-se muito maior e muito mais pesado o trabalho deste, sem, contudo, dar os bons resultados que seria de desejar. (O Alto Purús 191º, nº 135, p. 02).

Os grupos escolares distribuiriam os alunos por classes, conforme o seu adiantamento, formando cada classe uma cadeira, em busca de sanar o atraso educacional de Sena Madureira. Naquele período, o método já era utilizado em grandes cidades, possuidoras de grande prestígio, apresentando-se como tendência e trazendo soluções eficazes para o bom desempenho do ensino, em vários aspectos conforme dito por Faria Filho (2000):

Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação plasmaria uma pátria ordeira e progressista. (FARIA FILHO, 2000, p. 147).

Seguindo instruções do relatório construído pelo diretor da Inspeção Escolar, e considerando a necessidade de uma reorganização da Instrução Pública, o Dr. Godofredo Maciel, prefeito do departamento do Alto Purús, assina a Resolução nº7, no dia 16 de maio de 1911.

O ato criou o Grupo Escolar do departamento, a ser dirigido pela professora Rita Gadelha da Cunha. Este era destinado a crianças do sexo feminino e continha cursos de prendas e trabalhos manuais²². Seguem fragmentos do programa de ensino deste grupo, publicado em *O Alto Purus*:

1ª ANO – Costuras em Geral, começando-se das peças mais simples até vestuários modelados por figurinos. Trabalhos de crochê. Bordados brancos a linha e bordados

²² A escola de prendas e trabalhos manuais tinha como finalidade atender as alunas, fazendo com que aprendessem instruções referentes a trabalhos domésticos e de boas maneiras a fim de se tornassem boas mães de família, seguindo os padrões sociais impostos as mulheres da época, para mais informações acessar <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>>

em filó. 2ª ANO – Bordados a soutache, á lâ, a fita, á seda, á missanga e a ouro. Bordados Renaissance. Trabalhos em Talagarça. Flores de cera, pano, parafina e goma. Trabalhos em gesso, como sejam estatuetas, salvas e plantas. Trabalhos em pedra-Hume e papel podre. (O Alto Purus 1913, nº 304, p. 02).

Interessante informar que, a resolução também anuncia que o grupo de estudo seguirá um plano de ensino a ser aprovado pela prefeitura. O fato corrobora que, até a presente data, não havia nenhum plano de ensino, e que a primeira regulamentação, de fato, consistiu no “Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Alto Purús”, criado e publicado pelo Sr. Samuel Barreira.

Com a publicação do referido regulamento, em 1914, o funcionamento do Grupo Escolar, não mais ofertava aulas elementares apenas, mas também complementares e de modalidades específicas - educação física, música e jardim da infância, a exemplo -, sempre que julgado necessário.

Os mapas escolares enviados pelo diretor da Instrução Pública ao prefeito, no ano de 1914, informaram que dos 189 alunos matriculados, 102 constavam no Grupo Escolar, distribuídos conforme parágrafo infra citado:

Os 102 alunos do Grupo Escolar, cuja frequência média foi de 80. Se acham do seguinte modo distribuído; curso complementar, 13, com frequência média de 1; 3º ano elementar, 14, com frequência média de 11. 2º ano elementar 18, com frequência média de 12; 1º ano elementar, 58, com frequência média de 47. (O Alto Purus 1914, Nº296, p. 03).

Devido ao prestígio que o Grupo Escolar conquistava na cidade, a demanda por vagas foi crescente ano após ano. Ao exceder o número regulamentar, o prefeito decidiu desdobrar o 1ª ano elementar em duas cadeiras, sendo uma, agora, masculina.

A partir de 1915, o Grupo Escolar referência no ensino do Alto Purús, inaugura a primeira aula de educação cívica e ginástica sueca. As atividades seriam realizadas em uma praça, durante o período matutino, e ministradas voluntariamente por um sargento do exército.

Ainda neste ano, o número de crianças matriculadas, exclusivamente no Grupo Escolar, já ultrapassava 380. Assim, esta “moderna” metodologia, inicialmente proposta por Samuel Barreira, consolidava-se progressivamente na cidade de Sena Madureira.

3.3 PRIMEIRO REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURUS -1914.

Nenhuma das ações executadas pelos prefeitos departamentais dessa região foi tão significativa como a do prefeito Samuel Barreira: a criação e promulgação do Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.

A Instrução Pública, especialmente no ensino primário, ganhou uma nova identidade pelo advento da República, de acordo com Schelbauer (1998): “[...] é neste período que a escola passa a ser vista como a instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o País rumo ao progresso e à consolidação da democracia, nos moldes dos países civilizados” (p. 64).

Neste contexto, o regulamento atendia ao ensino e às necessidades do Alto Purus sob diversos pontos de vista: à sociedade puruense, simbolizava a tão cobrada organização no ensino; aos professores, representava o instrumento norteador para o trabalho; à União, o cumprimento do papel orientador e normativo do poder público; e ao prefeito Samuel Barreira, um instrumento de progresso para a cidade.

Assim foi assinada, no dia 20 de abril de 1914, pelo senhor Samuel Barreira na condição de prefeito do Departamento do Alto Purús e pelo Dr. Godofredo Maciel na condição de secretário da prefeitura, a Resolução nº29, a qual aprovava e colocava em vigor o Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.

O documento foi publicado no *O Alto Purús* de forma fracionada: a primeira parte no dia 26 de abril, e a segunda no dia 03 de maio de 1914.

O regulamento é constituído por 07 capítulos, totalizando 34 artigos, e pelo “Programa de Ensino das Escolas Públicas do Alto Purús” para os cursos elementar e complementar.

Os capítulos do regulamento foram nomeados de acordo com as temáticas, e assim ordenados: “Do Ensino”; “Da Organização e dos Trabalhos Escolares”; “Da Matrícula, do Ano Letivo e dos Exames”; “Da Disciplina Escolar”; “Dos Funcionários e Professores”; “Dos Concursos” e “Das Disposições Gerais”.

Por sua vez, o “Programa de Ensino das Escolas Públicas do Alto Purús” trata do currículo escolar dos cursos elementar e complementar, indicando os conteúdos que deveriam ser ministrados de acordo com cada grau de instrução.

O capítulo I é iniciado com a apresentação da prefeitura como responsável e mantenedora do ensino primário departamental, como forma de ofertá-lo a todos os residentes

de forma gratuita, respeitando o programa curricular para o grau de instrução a que os mesmos fizessem jus.

As escolas primárias foram divididas em duas classes - as de curso elementar e as de complementar -, estando as escolas isoladas e as noturnas na classe do curso elementar. Os grupos escolares poderiam ser classificados como cursos elementares ou complementares, devido ao antagonismo entre a vida social na cidade de Sena Madureira e no interior dos ‘seringais’.

Os horários letivos variavam de acordo com as certas especificidades. Para o grupo escolar, tinha o horário de funcionamento das 7:30 às 11:30h, enquanto nas escolas isoladas, das 8:00 às 11:00h.

O regulamento cita como “favores” da prefeitura o repasse financeiro a estabelecimentos particulares de ensino profissional e secundário que atuavam no departamento. No período em questão, não havia obrigatoriedade da oferta dessas modalidades de ensino por parte dos governos, mas elas eram reconhecidas como de grande utilidade pública.

No capítulo II, o regulamento aborda a organização do ensino e dos trabalhos escolares, esclarecendo que a instrução passaria a ser ministrada em Grupos Escolares, representando o que de mais moderno havia em se tratando da organização do ensino à época.

Não obstante, o regulamento também garantia a manutenção de escolas isoladas, localizadas nas áreas suburbanas e do interior do departamento. Carvalho, Calixto e Bezerra. 2017, afirmaram que “nos três departamentos observava-se a predominância das escolas isoladas como principal estratégia de oferta da educação”. Estas, em verdade, representavam o grande desafio de levar a escolarização para dentro da Floresta Amazônica.

Outro ponto importante deste capítulo é a oferta das escolas noturnas para a classe proletária. Elas atuavam como um eficaz “remédio” contra o analfabetismo, e eram responsáveis por ofertar educação física, intelectual, artística, moral e cívica aos alunos. As instituições de ensino noturnas, fossem públicas ou privadas, também deveriam obedecer ao currículo oficial da prefeitura do Alto Purús.

O capítulo de número III, intitulado “Da Matrícula, do Ano Letivo e dos Exames”, estabelece que o ano letivo deveria ser iniciado em 1ª de abril, e teria término previsto para 24 de dezembro. Ficou determinado, ainda, que o ensino noturno tivesse um calendário especial, com início estabelecido em 15 de janeiro, e o término em 24 de dezembro. Para ambas as modalidades de ensino, a conclusão dos exames de avaliação final era primordial para o fim do ano letivo. Estes últimos deveriam ser antecipadamente marcados pela comissão responsável.

A apresentação dos resultados dos alunos após os exames finais, realizada no jornal *O Alto Purús*, não consistia na divulgação de notas, já que a aprovação do estudante dependia da combinação entre a “média anual” - sendo 6 a mínima para a aprovação - e a nota dos exames, e era representada em conceitos, conforme segue:

Art.10 – A nota que cada aluno obtiver nesses exames, será combinada com a sua média anual, para daí se deduzir o seu grau de aprovação. Parágrafo Único – Para esse resultado prevalecerá a seguinte classificação de notas: grau 10, aprovação distinta; graus 9, 8, 7 e 6 aprovação plena; graus 5, 4 e 3 aprovação simples; menos de grau 3, reprovação. (Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús 1914, Cap. III, Art.10)

Outro ponto relevante observado neste capítulo trata das matrículas escolares. Estas não teriam prazo para término, mas iniciariam juntamente com a reabertura do ano letivo, sendo realizadas a qualquer tempo. Todavia, deveriam ser obedecidos os requisitos mínimos para a inscrição, quais sejam: a comprovação de vacinação da varíola; se menino, situar-se na faixa etária entre 6 e 15 anos; se menina, ter mais que 6 anos de idade; não estar acometido de qualquer doença infectocontagiosa.

Diante das demais informações contidas no documento, percebe-se que as matrículas eram bem organizadas e fiscalizadas pelo poder público. Eram automaticamente matriculados, na classe posterior, os alunos que se mantinham na mesma escola e conseguiam a aprovação nos exames finais, enquanto os candidatos que vinham de outros locais eram submetidos a exames a fim de aferir sua idade escolar.

O capítulo IV trata exclusivamente da disciplina escolar. Considerando o novo cenário sociopolítico em que o Brasil estava sendo inserido, este capítulo instituiu um perfil curricular “moderno e civilizado”, adequado à formação formal e social da identidade do “novo cidadão brasileiro”. O primeiro artigo aborda, por exemplo, a importância da pontualidade para o início das atividades escolares, e a ausência da sala de aula limitada à concessão da professora regente.

Cabe salientar o grau de atenção e especificidade dados às práticas disciplinadoras pelo Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús. O art. 17, reproduzido a seguir a título de exemplo, elenca as hipóteses de castigo para cada situação:

Art.17- Sendo inadmissível a adoção de castigo físicos, serão aplicadas unicamente as seguintes penas para a manutenção da disciplina escolar, proporcionadas sempre a gravidade das faltas cometidas pelos alunos:
a- Notas más nas lições;
b- Cópia de Lições ou de um trecho qualquer;
c- advertência em particular;
d- advertência em classe;

e- exclusão da escola de três a dez dias;
f- exclusão definitiva. (Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús 1914, Cap. IV, Art.17)

Conforme supracitado, a última e mais grave penalidade era a exclusão do aluno. Esta somente poderia ser revogada mediante pedido exclusivo ao diretor da Instrução Pública do Departamento, caso provada a regeneração. Em caso de aceitação, retornaria o aluno a uma das instituições de ensino mantidas pela prefeitura.

Todavia, o capítulo “Disciplina Escolar” não somente punia alunos indisciplinados, mas também premiava àqueles que se destacavam pelos seus bons rendimentos e condutas escolares. Os melhores alunos do ensino primário eram credenciados a cursar o ensino secundário nas instituições particulares, por meio de bolsas custeadas pela prefeitura. Também, como forma de premiação, eram distribuídos terrenos do Centro de Sena Madureira. Todas estas premiações passavam pelo crivo do prefeito departamental.

O capítulo seguinte, “Dos Funcionários e Professores” regulamentou a estrutura hierárquica, instituindo os cargos mais importante dentro da Instrução Pública, sequencialmente: o de diretor geral da instrução e o de inspetor escolar.

Art. 19º - Os serviços relativos a instrução ficará a cargo de um diretor geral, que no exercício de suas funções, o fiscalizara diretamente e por intermédio do inspetor escolar, como legitimo representante do prefeito neste ramo da administração pública. (Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús 1914, Cap. V, Art.19)

Ainda a respeito do cargo de diretor geral da instrução, sua lotação seria dada por indicação direta do prefeito em exercício. A ele cabia: zelar pelo fluxo das atividades escolares; enviar ao prefeito relatórios mensais a respeito do movimento escolar, e dos docentes e discentes de forma geral; apresentar ao prefeito um relatório apresentando as atividades executadas inerentes ao exercício de seu cargo, anualmente; julgar recursos e abonar faltas de professores, quando justificadas; acompanhar e fiscalizar os livros de escritura dos estabelecimentos de ensino; planejar o início de cada ano letivo; e comunicar o prefeito sempre que necessário, nos casos em que as tomadas de decisões pudessem afetar o ensino no departamento.

O capítulo V trata, então, do cargo de inspetor escolar. Este era responsável frequentemente realizar as visitas escolares, atuando como auxiliar direto do diretor geral.

Todavia, o processo de ensino basicamente ocorre a partir de uma troca de discurso, que se dá entre aluno e professor. Baseado no protagonismo deste profissional na construção do ensino, o capítulo encerra abordando a carreira dos professores do Alto Purús. Eles poderiam ser tanto efetivos, caso obtivessem suas cadeiras mediante concurso, como professores interinos, indicados pelo prefeito em exercício.

Em outra categorização, eles eram complementares, elementares ou adjuntos. No tocante à organização funcional destes profissionais:

Art.23° - A respeito da classificação dos professores quanto á sua categoria, observar-se-ão os seguintes dispositivos;
A/ As cadeiras complementares serão sempre preenchidas mediante concurso, na ordem da classificação dos respectivos candidatos.
B/ Para o preenchimento dos lugares de professores elementares e adjuntos, o governo do Departamento dará sempre preferência aos que já houverem sido aprovados em concursos anteriores, que ficarão validos durante um ano para efeito de nomeação.
C/Dando-se uma vaga para uma cadeira complementar, o prefeito escolherá, para regela, um dos professores elementares já aprovados em concurso ou, não existindo professor que satisfaça essa condição, mandará proceder a novo concurso.
D/ As vagas nas cadeiras elementares serão preenchidas pelos adjuntos, tendo-se em consideração a antiguidade e as aptidões reveladas no exercício do magistério público.
(Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús 1914, Cap. V, Art.23)

O penúltimo capítulo do regulamento discorre sobre os concursos, e é destacado no documento por dar continuidade ao anterior. Ele aborda a normatização a ser aplicada nas distintas etapas do concurso e efetivação dos profissionais.

Vale ressaltar que, por mais “democrática” que fosse a admissão no serviço público por meio de concurso, o preenchimento da vaga estava condicionado ao interesse do chefe máximo departamental:

Art. 24° - Independente do preenchimento de qualquer cadeira complementar, o prefeito poderá ainda, sempre que julgar oportuno faze-lo, mandar abrir concurso para os cargos de professores elementares e até mesmo de professores adjuntos, a fim de tornar sua nomeação efetiva.

Diante da autorização do prefeito, ficava sob a responsabilidade do diretor da Instrução Pública do departamento a organização do concurso. Este deveria ser anunciado por meio de edital, devidamente publicado com antecedência mínima de 60 dias. O diretor também presidia a comissão de todo o processo do concurso, configurando o representante direto e fiscal do governo.

A comissão executora era complementada por dois outros membros, indicados pelo prefeito no prazo de até 30 dias antes da data de realização da prova.

A fim de garantir isonomia ao concurso, o regulamento garantia fiscalização para que nenhum dos indicados a fazer parte da banca avaliadora tivesse vínculo parental com quaisquer candidatos.

Por fim, a comissão também era encarregada por constituir as questões que englobavam o concurso, após aprovação do prefeito. Eram avaliados, no concurso, os conhecimentos sobre as seguintes matérias: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Geometria, Ciências Naturais e Pedagogia.

O concurso era dividido em diversas etapas, distribuídas por vários dias, como pode-se observar:

Art.29 – As provas escritas de português e aritmética serão feitas cada uma num dia, podendo as provas orais ser feitas em um ou mais dias, conforme o número de candidatos inscritos. Art. 30- Uma vez terminados os trabalhos, a comissão examinadora fará a classificação dos candidatos, baseando-se na média das notas que cada um houver obtido, mandando depois um relatório, a esse respeito, ao prefeito que, entretanto, ficará com a atribuição de anula-lo, no caso de se haver dado alguma irregularidade na execução do mesmo. (Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús 1914, Cap. VI, Art.29)

O último capítulo do Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús, intitulado “Disposições Gerais”, aborda assuntos diversos não enquadrados nos demais.

Ele esclarece que cada escola mantida pela prefeitura deveria apresentar, no máximo, 30 alunos matriculados por turma, e que nos casos em que este valor fosse superior, o prefeito ordenaria seu desdobramento e nomeação de mais um professor.

Outro tópico interessante cita a metodologia adotada pelo regulamento na busca de frear as constantes faltas dos funcionários da prefeitura. Ao professor, mais precisamente, caso o número de faltas em um mês ultrapassasse três, era obrigatória a justificativa pessoal ao prefeito. Não sendo aceita a justificativa, este tinha o poder de destituí-lo do cargo.

Este capítulo fora finalizado pela descrição das obrigações e funções administrativas inerentes ao professor da Instrução Pública do departamento. Era dele a responsabilidade por ter a posse de um livro especial, que deveria conter a frequência de cada aluno, notas e comportamento. Estes dados deveriam ser organizados e enviados ao diretor da Instrução

Pública. Ainda, este era responsável por distribuir os materiais inerentes ao desenvolvimento das aulas, sendo estes; pena, giz, tinta e outros objetos.

Após o término dos 34 artigos que regiam a Instrução Pública, o regulamento apresenta o “Programa de Ensino das Escolas Públicas do Alto Purús”, no qual são expostos matérias, conteúdos, bibliografias e orientações pedagógicas para os cursos elementar e complementar.

O programa propunha ao 1º ano do curso elementar o *Primeiro Livro de Leitura*, da coleção de Felisberto de Carvalho. Orientava-se ao trabalho docente: a discriminação das letras, entre maiúsculas e minúsculas, vogais e consoantes, além de pontuação e acentuação. Para trabalhar a escrita, indicava-se as atividades de caligrafia, e, no tocante à tabuada, a orientação limitava-se aos trabalhos da adição e subtração. Era bastante aconselhável, por parte do programa, trabalhar letras e números no quadro negro.

A primeira indicação para o 2º ano do curso elementar constitui o *Segundo Livro de Leitura*, também de Felisberto de Carvalho. As atividades vinculadas eram a interpretação de trechos dos textos constantes no livro, bem como a classificação das palavras para a acentuação e a divisão silábica. Para treino da escrita, eram indicadas transcrições dos textos dos livros, e, com relação a tabuada, deveriam ser trabalhadas operações mais complexas, como multiplicação e divisão de números inteiros.

A partir do 2º ano, incorporava-se ao programa um conjunto de saberes denominado “lição de coisas”. Ali era ensinada uma série de conhecimentos e conceitos específicos, como o descobrimento do Brasil, “Terra e Sol”, “Dia e Noite”, classificação dos animais e grupos alimentares.

No tocante ao 3º e último ano do curso elementar, a área Literatura continua sendo trabalhada pela coleção de Felisberto de Carvalho, sendo exercitados a interpretação e o estudo dos significados de palavras menos comuns. Deste mesmo material seriam extraídas palavras para ditados. Na área de cálculos, além de revisar os conteúdos dos anos anteriores, acrescentava-se potenciação, raiz quadrada e raiz cúbica.

Nesta fase, a “lição de coisas” destacava-se pelos estudos das partes do corpo humano, reinos da natureza, vegetais, classificação dos minerais, noções de agricultura, floricultura e do trato aos animais domésticos. A grande novidade do conteúdo curricular neste ano de ensino era a gramática. Eram abordados: fonologia, acentuação e estudo das sílabas.

No que se refere ao conteúdo curricular exposto como programa de ensino para o curso complementar das escolas públicas do Alto Purús, este era bastante extenso e detalhado.

Para o 1^a ano do curso complementar na área da leitura, continuam as recomendações para o estudo da coleção de Felisberto de Carvalho, através do quarto livro. A partir dele, seriam exercitadas a interpretação textual e eloquência por meio da recitação de poesias. A seleção de palavras textos para ditados ficavam sob responsabilidade dos professores.

Da gramática, além do contínuo aprendizado sobre fonologia, iniciavam-se os estudos sobre taxionomia em geral, conjugação de verbos e flexões nominais e verbais. A “lição de coisas” ainda tratava sobre natureza, anatomia e classificação geral dos animais.

Ainda, a respeito do programa curricular do 1^a ano do curso complementar, eram novidades curriculares: as áreas de geografia que abordavam noções básicas da Terra, como o estudo dos continentes e oceanos; os aspectos regionais, capitais, rios e relevo do Brasil; e os estudos na área de história do Brasil, desde seu descobrimento até o processo de independência, privilegiando nessa cronologia as primeiras explorações, sua divisão em capitânicas, as atuações dos jesuítas, as dominações holandesas e francesas além de todo o percurso da família real nestas terras, culminando com o processo de independência.

A geometria vale ser ressaltada como outra nova área de estudo do 1^a ano do curso complementar. Nela trabalhava-se as definições preliminares de espaço, extensão, corpo, volume e superfície, posições, medidas e polígonos em geral.

Por fim, a ‘lições de coisas’, neste ano, era basicamente responsável por trazer noções de zoologia, esqueleto humano e função de nutrição.

Com relação ao 2^a ano do curso complementar, o conteúdo assemelhava-se ao do 1^a ano, porém com maior grau de complexidade. Era utilizado a quinta obra de leitura da coleção de Felisberto de Carvalho. Havia aprofundamento, na área da gramática, nos estudos das flexões verbais e nominais, conjugação dos verbos, elementos das morfologias e noções gerais de sintaxe.

No campo da Aritmética, os alunos aprendiam operações com números complexos e no sistema métrico decimal, além de proporção, regra de três, regras de companhia e câmbio. Em geometria, os alunos viam de forma mais detalhada os triângulos e quadriláteros, e adquiriam noções sobre sólido, sólidos de aresta e sólidos redondos e ângulos diedros, triedros e poliedro.

Na área de estudos conhecida hoje como ciências humanas, no campo da geografia lecionavam-se: os regimes administrativos do Brasil, União e estados, as representações de cada ente no congresso, as principais vias de comunicação, as principais fontes de riqueza do país, bem como a organização político-administrativa das cinco partes do mundo. No que se refere à

História do Brasil, apresentavam-se os seguintes conteúdos: primeiro reinado, revolução pernambucana, reinado de Dom Pedro II, guerra do Paraguai, campanha abolicionista, propagandas republicanas, proclamação da República e os governos do Marechal Deodoro, Marechal Floriano, Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves.

Por fim, o último ano do programa, as “lições de coisas” deveriam promover conhecimentos a respeito da anatomia dos vegetais, fisiologia dos vegetais, classificação dos vegetais, propriedades do líquido e dos gases, luz e eletromagnetismo.

Aqui encerra-se a terceira e última sessão, que teve como intuito apresentar, de forma minuciosa, o processo de estruturação e reorganização da Instrução Pública no Departamento do Alto Purús, enfatizando os marcantes acontecimentos durante a gestão do prefeito Samuel Barreira: o aumento significativo no número de matrículas, a constituição de novas modalidades de ensino, e, especialmente a normatização instituída por meio do Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisa realizada sobre todas as edições do jornal *O Alto Purús*, na busca de compreender como a Instrução Pública estava organizada naquele departamento, diversas informações foram confrontadas com outros referenciais teóricos. Torna-se imprescindível a apresentação, nesta seção, de uma breve síntese a respeito da definição da temática estudada.

A pretensão inicial desta pesquisa esteve ancorada na reconstituição da forma como a Instrução Pública foi planejada e aplicada no departamento do Alto Purús, dando ênfase ao ensino ministrado na cidade de Sena Madureira, capital departamental. Tal pesquisa concretizou-se com base nas edições publicadas do jornal *O Alto Purús* (1908-1918), digitalizadas e disponíveis no Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como de decretos expedidos durante o período da pesquisa (1904-1916).

Portanto, apresenta-se na introdução do trabalho um estudo geral a respeito da forma como estava organizado o ensino no departamento do Alto Purús, desde a fundação, em 1904. Diante dos registros, fora observada a permanência superior a seis anos de um gestor público à frente da prefeitura no departamento, fato raro ao cargo e à época. Conjuntamente, estavam concentradas fortes ações no âmbito da Instrução Pública durante sua gestão, fato que delimitou a pesquisa até o término de seu mandato efetivo, em 1916.

Em se tratando do delineamento da pesquisa, foram realizadas reflexões a respeito das gestões dos diversos prefeitos, a relevância do periódico *O Alto Purús* para o desenvolvimento do ensino no departamento, bem como a ênfase dada pelo prefeito Samuel Barreira, em suas ações, ao campo da Instrução Pública, especialmente ao promulgar o primeiro regulamento na área. Estes fatores foram determinantes para a construção da introdução, e induziram o delineamento e a organização em capítulos deste trabalho.

Na seção I, primeiramente, buscou-se expor os contextos históricos que envolveram a criação do Departamento do Alto Purús em 1904, logo após a anexação de terras pertencentes à Bolívia, posteriormente “batizadas” como Território Federal do Acre. Portanto, apresenta-se o processo de organização política e administrativa do departamento, bem como a influência da União na administração local. Após esta apresentação, foi dada ênfase à administração de cada prefeito departamental que governou o Alto Purús entre 1904 e 1916. Apresentou-se ainda, nesta subseção, as ações mais significativas de cada prefeito - gerais e na área da instrução -, e o protagonismo de Samuel Barreira revela-se ao passo em que a escolha de sua gestão vai sendo justificada.

Na seção II, destacou-se o alto grau de participação do jornal *O Alto Purús* na defesa e desenvolvimento da Instrução Pública no departamento, principalmente na cidade de Sena Madureira. Nessa perspectiva, durante esta seção, organizou-se a escrita a fim de aproximar o leitor do periódico. Foram abordados o seu processo de criação e as finalidades que estavam ele incumbidas como um órgão de comunicação oficial da prefeitura, ao menos nos primeiros anos de sua existência. Apresentou-se, ainda, a estrutura organizacional e aspectos relacionados à edição, confecção e reprodução.

A referida seção segue elencando os vários diretores que presidiram o periódico. Homens ocupantes de cargos públicos experimentaram a relevância que a função de diretor de *O Alto Purús* tinha como condutor para a governabilidade na região. Lembrou-se do ano de 1911, marcado pela venda do jornal à iniciativa privada, bem como de seu retorno, em 1913. Finaliza-se esta seção demonstrando vários indícios que estabeleceram este jornal como protagonista no processo de desenvolvimento da Instrução Pública no departamento.

A seção III, intitulada “Os discursos de Samuel Barreira: Organizar para avançar”, partiu do intuito de creditar ao Sr. Samuel Barreira e aos seus acalorados discursos, a personificação dos ideais da República dos Estados Unidos do Brasil na formação da identidade de um novo cidadão, neste caso tendo a Instrução Pública como ferramenta. A primeira subseção buscou identificar as principais reformas educacionais a nível nacional, promulgadas com o início da República, sendo estas, a base para qualquer possível forma de organização do ensino no departamento do Alto Purús. Foram, ali, relacionadas as ações tomadas no campo da instrução em Sena Madureira e as orientações dadas pelo governo nacional.

Apresentou-se ainda, as diversas faces de organização que foram dadas à Instrução Pública no departamento do Alto Purús, no decorrer do tempo e com a transição de uma gestão para outra. O capítulo foi categorizado por ensino (primário, secundário, noturno e Grupo Escolar), visando deixar mais claro como a mesma é utilizada como ferramenta no processo de desenvolvimento da região. Por fim, a última subseção expôs o “Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús”, produzido e promulgado na gestão do prefeito Samuel Barreira, a qual constituiu torna-se a principal norma relacionada ao ensino até então oficializada por um gestor departamental.

A relevância do “Primeiro Regulamento da Instrução Pública” para este departamento consiste na oficialização de uma ferramenta norteadora, até então inexistente, para a organização do ensino em Sena Madureira. Isto permitiria que a educação assumisse seu protagonismo no desenvolvimento deste departamento. Este documento abordou temáticas

como matrícula, ano letivo, estrutura organizacional da Instrução Pública, concurso para professores e orientação dos conteúdos a serem estudados de acordo com o grau de instrução. Todavia, o regulamento subordinava-se às orientações impostas pelo governo da República.

Constatou-se no decorrer da dissertação, que o Território Federal do Acre obteve sua anexação ao Brasil exclusivamente devido aos interesses extrativistas. O governo brasileiro vislumbrava o lucro pela extração do látex das seringueiras para a produção de borracha – material extremamente cobiçado, principalmente devido às duas grandes guerras mundiais. Todavia, para tal, seria necessária a constituição de uma organização política e administrativa local a fim de fiscalizar, representar a ordem e contabilizar o balanço gerado pelo movimento desse comércio. Assim, o governo da República resolve inicialmente dividir o Território do Acre em três departamentos.

Estudos e reflexões das publicações realizadas pelo jornal *O Alto Purús* indicam que a República não apresentava interesse em suprir as necessidades econômicas desta região, apesar de a mesma ter-lhe trazido bons rendimentos financeiros. Prova disso são as inúmeras citações, constantes neste trabalho, dos prefeitos do departamento do Alto Purús solicitando ajuda financeira à União ou alegando o não atendimento das demandas e a não realização de repasses. As narrativas do ex-prefeito Tristão de Araripe, especialmente, sugerem como o departamento era visto pela República.

Obviamente, diante deste cenário de pouco prestígio perante a União, o departamento dificilmente conseguiria estabelecer e consolidar o sistema de serviços públicos necessários para os habitantes do Alto Purús. Mesmo assim, o desenvolvimento por méritos próprios o tornou próspero e preparado para novas mudanças, quando comparado aos demais departamentos. Narrou-se neste trabalho que Sena Madureira reuniu diversos motivos e empreendimentos que a colocaria como capital, caso houvesse a unificação de todos os departamentos no Acre.

Nesta perspectiva, Sena Madureira desenvolveu-se e tornou-se referência dentro do Território do Acre, porém, dentre suas necessidades básicas de oferta de serviço público encontrava-se a área da Instrução Pública. Sua demanda econômica para manutenção dos serviços educacionais correspondia a mais de um terço de toda a receita da prefeitura, e os sérios problemas financeiros que o departamento possuía atingiam diretamente a oferta de ensino.

A grande rotatividade dos prefeitos departamentais no Território Federal do Acre, ficando as nomeações e exonerações a cargo do presidente da República, tornavam a situação administrativa destas prefeituras ainda mais delicada, já que os gestores não conseguiam pôr

em prática um plano de governo devido ao pouco tempo que se mantinham no cargo. Certamente, o maior tempo à frente da prefeitura bastante favoreceu Samuel Barreira na aplicação de um plano de governo concreto e eficiente, que favoreceu a Instrução Pública.

De igual modo, percebeu-se durante a pesquisa que o periódico intitulado *O Alto Purús* consolidou-se como principal aliado para o desenvolvimento da Instrução Pública na região. Para tal, o jornal dominicalmente publicava diversas matérias a respeito da pasta, bem como as ações governamentais, como: ofícios, memorandos, licitações, nomeações e exonerações no campo da instrução. Mais que isto, o periódico destinou colunas específicas e exclusivas ao ensino no Alto Purús. Sempre usou de suas publicações e da influência sobre seus leitores, a fim de favorecer o aumento dos repasses financeiros para a área, bem como estimular a abertura de novas escolas, matrículas e demais instrumentos que favorecessem a organização do sistema de ensino no departamento.

É compreensível que, pelo fato do Alto Purús administrativamente ser apenas um departamento de um território federal, fosse totalmente subordinado às ordens do governo da República. Diante do exposto, apresentaram-se neste trabalho as principais reformas educacionais promulgadas pela República, as quais influenciaram diretamente na construção da nova organização que se buscava no Alto Purús.

Nesta perspectiva, o prefeito Samuel Barreira personificava na região os ideais da nova República: “Organizar para Avançar” foi uma espécie de “mantra” adotado por ele, a fim de divulgar uma nova organização no campo do ensino.

Entre um ano e outro, até a efetivação de Samuel Barreira na prefeitura, a instabilidade no campo da educação era gigantesca. Abriam-se escolas na mesma velocidade com que eram fechadas, e as taxas de analfabetismo maiores do que a média nacional na região amazônica somadas aos índices de evasão escolar, tornavam a instrução um grande desafio para qualquer gestão.

Indubitavelmente, a constituição e promulgação do Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús, realizado pelo prefeito Samuel Barreira, foi o principal marco para a estruturação do ensino na região. O documento regulamento foi responsável por tratar de toda parte administrativa, pedagógica e curricular do ensino, abordando questões como: matrículas, disciplina escolar, concursos, conteúdos programáticos. Enfim, delineou todas as ações a serem realizadas para fins de organização da Instrução Pública, de modo que a mesma venha fosse instrumento de avanço puruense. Apresentou-se como o instrumento norteador e modernizante pelo qual a sociedade puruense sempre clamou.

Portanto, a gestão de Samuel Barreira como prefeito departamental se sobrepôs às demais, principalmente na perspectiva das reorganizações realizadas por ele no campo da Instrução Pública. Sendo o Primeiro Regulamento de Instrução Pública do Alto Purús a fronteira para o alinhamento da oferta e da organização do ensino na região. Além disto, o jornal *O Alto Purús* criado pelo próprio Samuel Barreira, em 1908, atuou diretamente neste processo, como grande instrumento de conscientização da população quanto a importância de um sistema de ensino sólido na formação de cidadãos ativos e dispostos a trabalhar pelo “progresso” tão pregado pela República.

Reconhecendo que ainda muito temos a colaborar para com a história da Educação no Acre, humildemente acredito estar inserido como agente na reconstituição desse passado, tendo contribuído com esta pesquisa que valorizou a proatividade e a coragem de indivíduos que lutaram e influenciaram a consolidação da Instrução Pública de Sena Madureira. Reitero a necessidade de contribuição, não só com a história da educação no Alto Purús, mas de todos os departamentos que compuseram o Território Federal do Acre.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, A. L; GAZOLA, S; GRECO, E. A; PAINI, L; VALINO, M. L. **Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil**, Maringá, vol. 27, n°. 02, 2005. p. 223-230. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/202/150>. Acessado em: 10/10/2017.
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de território a estado. – um olhar social...** São Paulo: USP, 2005, 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP.
- BIROLI, F; MIGUEL, F. F. **Orgulho e Preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público**, Campinas, vol. 18, n° 01, 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100002. Acessado em: 05/10/2017.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. In: Acta Scientiarum Education. Maringá, v.34, n.2, p.157-168, Jul.- Dez. 2012.
- BRASIL. Decreto N°6.901, de 26 de março de 1908. Dispõe sobre **O Regulamento Administrativo para o Território do Acre**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6901-26-marco-1908-503100-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 08/10/2017
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino. Imprensa e Ideologia no Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- CARVALHO, M. C. A; CALIXTO, J. A; BEZERRA, D. R, B. **A Implantação dos Grupos Escolares no Antigo Território Federal do Acre**. In: IX Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE. 2017, Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba –15 a 18 de agosto de 2017. ISSN 2236-1855
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 355 p. (Estudos CDAPH. Série historiografia).
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. – Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2006.
- DANTAS, Andréa Maria Lopes. **O ‘vozear’ na mata e a modernidade anunciada: Educação no Território do Acre através dos jornais (1906 -1930)**, Revista HISTEDBR. Campinas – SP, número especial, p. 28-41, 2011.
- DANTAS, AML; LIMA, Elizabeth Miranda de. **Da riqueza do território a grandeza moral e cultural dos habitantes; a implantação da educação primária no Acre Território (1905-1930)**. In: José Carlos de Souza Araujo, Rosa Fatima de Souza, Ruba-Mar Nunes Pinto.

(Org.). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. 1ed. Araraquara – SP: Junqueira Marin, 2012, v. , p. 272-299.

FARIA, Luciano Mendes Filho, LOPES, Eliane Marta Teixeira & VEIGA, Cyntia Greive (Org) **500 Anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão** (1987). 20 ed. Trad. Sob a direção de Raquel Ramalhate. Petrópolis, Vozes, 1999. 288 p.

GIORDANI, L. **O sentido e o significado do Ensino médio Noturno na construção das atividades dos seus alunos**. 2005. 267f. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em educação. Mato Grosso do Sul. 2005.

HISTEDBR in **Decreto N. 891 de 08 de Novembro de 1890** – Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Acessado em 2017. Disponível (http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto_20981-1890%20reforma%20benjamin%2constant.htm)

LIMA, Elizabeth Miranda de. **Modos diferenciados na produção e escolarização primária no Acre território: a organização do trabalho docente e dos saberes presentes na educação da infância acreana**. In: _____; NASCIMENTO, Luciana Marino do; ALBUQUERQUE, Luciete Basto de Andrade (Org). **Moderno/Contemporâneo: Reflexões sobre a educação escolar**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2012. P. 17-34.

LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. P. 111-153.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de, **RODRIGUES ALVES: Apogeu e Declínio do Presidencialismo**, 2 vols. José Olympio Editora, 1973.

MODERNO in **Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico** [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003 – 2015 [Consultado em dez. 2016]. Disponível em (<http://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/moderno>).

MOURA, Nadjanayra Neri de. **O JORNAL ALTO PURUS: Uma análise de algumas notícias e sua relação com a educação no Departamento do Alto Purus (1908 – 1914)**. 2003. 69 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2003.

MONTEIRO, A, T. **O Processo de Anexação do Acre ao Brasil sob a Ótica do Direito dos Tratados e do Paradigma do Realismo Político das Relações Internacionais**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Programa de mestrado DINSTER UFSC/UFAC. Florianópolis. 2008.

NISKIER, Arnaldo. (1995) **Educação brasileira: 500 anos de história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consulto.

OLIVEIRA, D. M. A. **Reformas do Ensino e a Construção da Escola Pública Republicana – 1889/1930**: O caso de Sergipe. In: A história da escola pública republicana, 2003, Aracaju - SE, IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História Sociedade e Educação – Rede HISTEDBR, 2003. V.1. p. 75-76.

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de formação – História da Educação** – 3 ed. São Paulo; PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

SILVA, Carolina Ribeiro Cardoso da. **“O valor do aluno”: vestígios de práticas de avaliação na escola primária (Florianópolis / SC, 1911 a 1963)**. 2014. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação. Santa Catarina, 2014.

SOUZA, Natharça Mangueira de. **A organização da educação acreana e o discurso da modernidade**; as reformas Hugo Carneiro e Francisco de Paula Assis Vasconcelos. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação. Rio Branco, 2016.

Jornais

- O Alto Purus, anno I, n°1, 1908.
- O Alto Purus, anno I, n°2, 1908.
- O Alto Purus, anno I, n°3, 1908.
- O Alto Purus, anno I, n°5, 1908.
- O Alto Purus, anno I, n°6, 1908.
- O Alto Purus, anno II, n°54, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°55, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°56, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°62, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°83, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°84, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°92, 1909.
- O Alto Purus, anno II, n°96, 1909.
- O Alto Purus, anno III, n°101, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n°102, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n°103, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n°127, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n° 130, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n°132, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n°138, 1910.
- O Alto Purus, anno III, n°216, 1910.
- O Alto Purús, anno IV, n°140, 1911.
- O Alto Purus, anno IV, n°141, 1911.
- O Alto Purus, anno IV, n°147, 1911.
- O Alto Purus, anno IV, n°155, 1911.
- O Alto Purus, anno IV, n°166, 1911.
- O Alto Purus, anno IV, n°167, 1911.

- O Alto Purús, anno IV, n°174, 1911.
- O Alto Purús, anno IV, n°177, 1911.
- O Alto Purus, anno, IV, n°179, 1911.
- O Alto Purus, anno, IV, n°180, 1911.
- O Alto Purus, anno V, n°001, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 189, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 187, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 190, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 197, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 217, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 218, 1912.
- O Alto Purus, anno V, n° 220, 1912.
- O Alto Purus, anno VI, n° 12, 1913.
- O Alto Purus, anno VI, n° 19, 1913.
- O Alto Purus, anno VI, n° 227, 1913.
- O Alto Purus, anno VI, n°230, 1913.
- O Alto Purus, anno VI, n°234, 1913.
- O Alto Purus, anno VI, n°237, 1913.
- O Alto Purus, anno VII, n°283, 1914.
- O Alto Purus, anno VII, n°303, 1914,
- O Alto Purus, anno VII, n°314, 1914.
- O Alto Purus, anno VIII, n° 330, 1915.
- O Alto Purus, anno VIII, n°334, 1915.
- O Alto Purus, anno VIII, n°341, 1915.

ANEXOS

ANEXO A

Primeiro Regulamento da Instrução Pública do Departamento do Alto Purús, Parte I.

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS

Aprovado pela Resolução n. 29 de 08 de abril de 1964

CAPÍTULO I
DO GERAL E DO FINAL

Art. 1º—A instrução pública, fundada na ciência pública, fundada pela Pedagogia da Alta Pátria, tem por fim desenvolver progressivamente a consciência humana de acordo com a realidade geográfica, social e econômica do país, visando a formação integral do cidadão para a vida cidadã e o bem-estar da comunidade.

Art. 2º—O ensino será ministrado em grupos escolares e em escolas isoladas, sendo mais recomendada a primeira e sua criação e funcionamento obedecerá às normas legais, observadas as condições locais.

Art. 3º—Obedecendo aos requisitos indispensáveis da Pedagogia, será dada, em qualquer grau, educação física, intelectual, artística, moral e cívica.

Art. 4º—A instrução física consistirá de exercícios militares e de ginstastica esportiva.

Art. 5º—A instrução intelectual tem por objeto a matéria mais essencial a qualquer nível de vida, compreendendo:

- a) língua castelhana, com interpretação da leitura;
- b) aritmética, com ênfase na aritmética e aritmologia;
- c) ensino prático de língua portuguesa, com o conhecimento da respectiva gramática;
- d) aritmética, fundamentalmente prático, dando as mais importantes regras de tabuada que sejam de uso simples, incluindo:

 - 1) geometria prático;
 - 2) ensino de geografia geral, particularizando-se a do Brasil;
 - 3) revisão da história do Brasil;
 - 4) totem de escola, visando principalmente, sobre aspectos de higiene e saúde.

Art. 6º—A educação artística consistirá de uma aula de Teoria Musical e de Jogo, com ênfase em canções, de cânticos e hinos patrióticos.

Art. 7º—Solomonizando-se a pedagogia de todas as grandes culturas nacionais, por meio de aulas públicas e conferências sobre a pedagogia prático-social e de desenvolvimento a educação moral e moral dos jovens estudantes, tornando-se indispensáveis para cada professor tanto de também a formação o caráter dos seus discípulos, a propósito de todas as

partes para a formação de seus alunos ou complementando, ao serviço da mesma para o bem de suas famílias e da comunidade.

Art. 8º—O ensino será ministrado em grupos escolares, em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 9º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 10º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 11º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 12º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 13º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 14º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 15º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 16º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 17º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 18º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 19º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 20º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 21º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 22º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 23º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 24º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 25º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 26º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 27º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 28º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 29º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 30º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 31º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 32º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 33º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 34º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 35º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 36º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 37º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 38º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 39º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 40º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 41º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 42º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 43º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 44º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 45º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 46º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 47º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 48º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 49º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

Art. 50º—O ensino será ministrado em escolas isoladas, em escolas de nível médio e em escolas de nível superior, de acordo com a realidade local.

